



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**PEDAGOGIAS INTERGERACIONAIS DE MASCULINIDADE: UM ESTUDO
SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DE HOMENS EM
SERVIÇO REFLEXIVO**

MYLLENA OLIVEIRA PORTELA

Rondonópolis - MT
2025

MYLLENA OLIVEIRA PORTELA

**PEDAGOGIAS INTERGERACIONAIS DE MASCULINIDADE: UM ESTUDO
SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DE HOMENS EM
SERVIÇO REFLEXIVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Rondonópolis, Área de Concentração: Educação, Cultura E Processos Formativos, Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Diferenças, como requisito parcial para obtenção do título Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. George Moraes de Luiz

Rondonópolis - MT
2025

MYLLENA OLIVEIRA PORTELA

**PEDAGOGIAS INTERGERACIONAIS DE MASCULINIDADE: UM ESTUDO
SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DE HOMENS EM
SERVIÇO REFLEXIVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Rondonópolis, Área de Concentração: Educação, Cultura E Processos Formativos, Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Diferenças, como requisito parcial para obtenção do título Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. George Moraes de Luiz

Banca Examinadora:

Prof. Dr George Moraes de Luiz
(Orientador)
Universidade Federal de Rondonópolis

Profa. Dra. Carmem Lúcia Sussel Mariano
(Examinadora Interna)
Universidade Federal de Rondonópolis

Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas
(Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco (Campus Recife)

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

Ficha Catalográfica elaborada de forma automática com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

P843p

Portela, Myllena Oliveira.

PEDAGOGIAS INTERGERACIONAIS DE MASCULINIDADE: UM ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DE HOMENS EM SERVIÇO REFLEXIVO [recurso eletrônico] / Myllena Oliveira Portela. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 181 f., il., pdf). – 2026.

Orientador(a): George Moraes de Luiz.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Rondonópolis, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rondonópolis, 2026.

Inclui bibliografia.

1. Práticas discursivas. 2. Masculinidades. 3. Violências. 4. Intergeneracionalidade. I. Luiz, George Moraes de, *orientador*. II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: “PEDAGOGIAS INTERGERACIONAIS DE MASCULINIDADE: UM ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DE HOMENS EM SERVIÇO REFLEXIVO”

AUTORA: MESTRANDA MYLLENA OLIVEIRA PORTELA

Dissertação defendida e aprovada em **25 de FEVEREIRO de 2026**.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. DOUTOR GEORGE MORAES DE LUIZ (Presidente Banca/ORIENTADOR)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

2. DOUTORA CARMEM LÚCIA SUSSEL MARIANO (Membro Interno)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

3. DOUTOR BENEDITO MEDRADO DANTAS (Membro Externo)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO

4. DOUTORA RAQUEL PEREIRA GONÇALVES (Suplente)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

RONDONÓPOLIS, 25/02/2026.



Documento assinado eletronicamente por **George Moraes de Luiz, Docente - UFR**, em 25/02/2026, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Benedito Medrado Dantas, Usuário Externo**, em 25/02/2026, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carmem Lucia Sussel Mariano, Docente - UFR**, em 26/02/2026, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0635345** e o código CRC **41F5C21A**.

AGRADECIMENTOS

Sinto que nenhuma palavra é suficiente para expressar a gratidão que carrego por todo o percurso que me trouxe até aqui.

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, Prof. Dr. George Moraes de Luiz, cuja orientação, paciência e acima de tudo, confiança foram fundamentais para que esta pesquisa pudesse se concretizar.

Expresso gratidão também à banca, Prof^a. Dra. Carmem e Prof. Dr. Benedito, aos professores e colegas do Programa, que, com direcionamentos tão atentos, contribuíram para o aprimoramento deste trabalho.

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro, que me permitiu conduzir esta pesquisa com liberdade e explorar caminhos que talvez não fossem possíveis de outra forma.

Por fim, sou grata à tudo que me foi proporcionado durante essa trajetória.

Eles dizem: O presente tornou-se estranho. O passado está sendo contestado. O futuro é incerto. Mas de que presente falam? A quem pertence "seu" passado? Para quem tinham reservado o futuro?

(Paul B. Preciado)

LISTA DE QUADROS

Quadro I — Exemplo de Parte de Transcrição Sequencial: Luciano.....	38
Quadro II — Exemplo de um Trecho de Mapa Dialógico: Vanderlei.....	39
Quadro III — Caracterização dos participantes da pesquisa.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Fluxo de Participação no Serviço.....	85
Tabela 2 — Idade dos Homens Encaminhados.....	87
Tabela 3 — Naturalidade dos Homens Encaminhados.....	88
Tabela 4 — Nível de Escolaridade dos Homens Encaminhados.....	90
Tabela 5 — Cor/Raça dos Homens Encaminhados.....	90
Tabela 6 — Tipo de Denúncia.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial/Álcool e Drogas

CEPRAPSI – Centro de Práticas Psicológicas

CEP – Comitê de Ética e Pesquisa

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

GHAV – Grupo para Homens Autores de Violência

HAV – Homens Autores de Violência

LMP – Lei Maria da Penha

SER – Serviço de Educação e Reflexão

SESP-MT – Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFR – Universidade Federal de Rondonópolis

RESUMO

Este estudo, situado na educação não-formal, tematiza as masculinidades e violências a partir das experiências de homens encaminhados pela Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ao Serviço Reflexivo, localizado em Rondonópolis-MT. A base teórico-epistemológica que sustenta este trabalho parte das contribuições do construcionismo social e das práticas discursivas, em diálogo com as noções de gênero, masculinidades e intergeracionalidade, sob o entendimento de que as relações de gênero e as práticas de violência se configuram como processos formativos e educativos, nos quais se aprendem e se reproduzem dinâmicas relacionais e de masculinidade. O objetivo principal consiste em analisar como as manifestações da violência contra a mulher se desenvolvem e se transformam nas relações intergeracionais-familiares entre homens, tendo como referência a experiência de vida de homens encaminhados ao Serviço Reflexivo pela Vara Especializada de Violência Doméstica contra a mulher do município de Rondonópolis. De maneira específica, objetivamos a) caracterizar os participantes em uma perspectiva interseccional; b) compreender como as dinâmicas familiares e os padrões de relacionamento entre as gerações influenciam a perpetuação ou ruptura da violência contra a mulher e c) identificar possíveis fatores de risco e de proteção na transmissão intergeracional de padrões de violência contra a mulher. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de orientação construcionista, integrando a análise documental das fichas de acolhimento e desligamento dos participantes do Serviço, e a realização de entrevistas semiestruturadas com nove participantes concluintes do Serviço. Os dados revelam a predominância do encaminhamento ao Serviço de homens majoritariamente pretos e pardos, jovens adultos, pais e que não ultrapassaram o ensino médio. As falas resultantes das entrevistas indicam uma compreensão limitada das violências e a frequente relativização quando situadas no contexto familiar ou interpretadas como práticas educativas. Observam-se também deslocamentos nas compreensões de masculinidade, sobretudo na tentativa de associá-la à sensibilidade e ao cuidado; contudo, persistem referências a valores tradicionais da masculinidade hegemônica, como a honra, rigidez, resistência e autoridade. Os achados sugerem que os entrevistados demonstram compreensões ambíguas sobre transformações nas relações familiares e de gênero, expressando simultaneamente abertura e receio diante da ameaça de desestabilização de lugares historicamente atribuídos a homens e pais. Conclui-se que as práticas de violência e de masculinidade funcionam como orientações cotidianas, tanto reprodutoras quanto tensionadoras de modelos normativos marcados pela violência, evidenciando o potencial educativo de processos reflexivos voltados à ressignificação do ser-homem e das relações afetivo-familiares.

Palavras-chave: Práticas discursivas; Masculinidades; Violências; Intergeracionalidade.

ABSTRACT

This study, situated within non-formal education, addresses masculinities and violence based on the experiences of men referred by the Specialized Court for Domestic and Family Violence against Women to the Reflective Service located in Rondonópolis, Mato Grosso, Brazil. The theoretical and epistemological foundation of this work draws on contributions from social constructionism and discursive practices, in dialogue with the notions of gender, masculinities, and intergenerationality, under the understanding that gender relations and violent practices are configured as formative and educational processes in which relational dynamics and forms of masculinity are learned and reproduced. The main objective is to analyze how manifestations of violence against women develop and transform within intergenerational family relationships among men, taking as reference the life experiences of men referred to the Reflective Service by the Specialized Court for Domestic Violence against Women in the municipality of Rondonópolis. Specifically, the study aims to a) characterize the participants from an intersectional perspective; b) understand how family dynamics and patterns of relationships across generations influence the perpetuation or rupture of violence against women; and c) identify possible risk and protective factors in the intergenerational transmission of patterns of violence against women. The research adopts a qualitative approach with a constructionist orientation, integrating documentary analysis of participants' intake and discharge records from the Service and semi-structured interviews conducted with nine participants who completed the program. The data reveal that the men referred to the Service are predominantly Black and Brown, young adults, fathers, and individuals whose education did not extend beyond secondary school. The narratives resulting from the interviews indicate a limited understanding of violence and a frequent relativization of violent acts when situated within the family context or interpreted as educational practices. Shifts in understandings of masculinity are also observed, particularly in attempts to associate masculinity with sensitivity and care; however, references to traditional values of hegemonic masculinity persist, such as honor, rigidity, endurance, and authority. The findings suggest that the interviewees demonstrate ambiguous understandings regarding transformations in family and gender relations, simultaneously expressing openness and apprehension in the face of perceived threats to historically attributed positions of men and fathers. It is concluded that practices of violence and masculinity operate as everyday orientations that both reproduce and challenge normative models marked by violence, highlighting the educational potential of reflective processes aimed at resignifying what it means to be a man and reconfiguring affective and family relationships.

Keywords: Discursive practices; Masculinities; Violence; Intergenerationality

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
1. De onde parte a pesquisa.....	14
2. A aprendizagem sobre ser-homem.....	17
3. A produção da violência contra a mulher.....	19
4. Pensando a descontinuação da violência: os Serviços Reflexivos para Homens.....	19
5. Estrutura do trabalho.....	20
1. METODOLOGIA.....	22
1.1 O construcionismo social como posição epistemológica.....	22
1.2 A pesquisa qualitativa: caminhos de compreensão.....	25
1.3. Contexto e participantes do estudo.....	27
1.3.1 Descrição e estrutura do serviço reflexivo.....	27
1.4 O campo da pesquisa.....	33
1.5 Sobre os documentos.....	34
1.5.1 Coleta de dados documentais.....	34
1.5.2 Análise dos dados documentais.....	36
1.6 Sobre as entrevistas.....	36
1.6.1 Coleta de dados.....	36
1.6.2 Análise dos dados narrativos.....	38
1.7. Considerações éticas.....	41
REFERENCIAL TEÓRICO.....	43
2. CONSTRUCIONISMO SOCIAL: FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS.....	44
2.1 Pressupostos e princípios.....	44
2.2 O papel da linguagem.....	45
3. O DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL.....	47
3.1 A temporalidade do discurso.....	52
4. GÊNERO, MASCULINIDADES E VIOLÊNCIAS.....	54
4.1 Gênero como categoria de análise e produção social-discursiva.....	54
4.2 Perspectivas pós-estruturalistas sobre gênero.....	55
4.2.1 O gênero na perspectiva de Butler.....	55
4.2.2 O gênero na perspectiva de Scott.....	56
4.2.3 O gênero na perspectiva de Louro.....	57

4.3 Hierarquias e performatividade das masculinidades.....	58
4.3.1 As masculinidades.....	58
4.4 A dimensão interseccional das masculinidades	64
4.5 Interfaces entre a construção social das masculinidades e a violência	66
4.6 Violências, família e intergeracionalidade.....	70
4.6.1 A violência contra a mulher	71
4.6.2 A violência intrafamiliar	72
4.6.3 A intergeracionalidade da violência.....	74
5. OS SERVIÇOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA	76
5.1. Histórico e desenvolvimento dos serviços reflexivos.....	76
5.2 As limitações da intervenção	78
5.3 Princípios e metodologias	80
5.4 Perspectivas críticas e interdisciplinares nos grupos reflexivos	82
5.5 Os alicerces do trabalho crítico-reflexivo	83
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	86
6.1 Fluxo de participação no serviço e implicações iniciais.....	86
6.2 Marcadores sociodemográficos e contexto da violência	88
6.2.1 Idade e pressões sociais na masculinidade.....	88
6.2.2 Naturalidade e configurações regionais da virilidade	89
6.2.3 Escolaridade, cor/raça e os efeitos da socialização racializada.....	90
6.2.4 Tipificação da denúncia e o desafio do reconhecimento da violência	93
7. DINÂMICAS FAMILIARES E PADRÕES INTERGERACIONAIS: ENTRE A PERPETUAÇÃO E A RUPTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	97
7.1 O “ser homem” no discurso dos participantes: heranças e reinterpretações.....	102
7.2 O cuidado masculino e as tensões da masculinidade na contemporaneidade.....	115
7.3. Rupturas e permanências nas práticas paternas e familiares	123
8. NARRATIVAS SOBRE A VIOLÊNCIA: FATORES DE RISCO, PROTEÇÃO E O “NÃO-DITO” NA TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL	134
8.1 A compreensão da violência: limites e relativizações	134
8.2 Fatores de risco na socialização masculina e a transmissão da autoridade.....	145
8.3 A família como campo de tensões: identificando fatores de proteção.....	147
Considerações finais	152
Referências	159
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	168

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	172
ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....	173
ANEXO B - TERMO DE COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO.....	176
ANEXO C - CARTA DE ANUÊNCIA DO CENTRO DE PRÁTICAS PSICOLÓGICAS (CEPRAPSI).....	177
ANEXO D - CARTA DE ANUÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO	178

APRESENTAÇÃO

1. De onde parte a pesquisa

Ao pensarmos em educação, muitos dos significados suscitados talvez não contemplem o contexto de onde esta pesquisa parte. E, por se tratar de um estudo desenvolvido nesse campo, é importante, antes de tudo, situá-lo dentro dos diversos direcionamentos que a educação oferece.

O Serviço Reflexivo para Homens Autores de Violência se relaciona à educação não formal ao compartilhar do compromisso com a reflexão crítica e a transformação social, partindo das experiências de vida de seus participantes e buscando a ruptura de padrões associados à violência, constituindo-se como um espaço de caráter socioeducativo e preventivo, articulado às políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Embora as intervenções possam variar em formatos, metodologias, abordagens epistemológicas e contextos, a vinculação com os processos educativos constitui um aspecto central e comum, seja pela via das aprendizagens previamente concebidas acerca das questões de gênero (Scott, 1995) e referentes às violências que resultam na naturalização e reprodução de ideais hegemônicos e relações díspares ou ainda, pela via da ressignificação e alteração dessas aprendizagens. De todo modo, a educação, enquanto elemento indissociável da linguagem (Melo, 2012) se faz presente em quaisquer relações sociais, sobretudo em processos grupais.

Por meio do diálogo e das trocas fomentadas nos grupos, os participantes se tornam capazes de revisitar suas experiências e de lhes atribuir novos sentidos, compreendendo-as a partir de uma outra perspectiva. Além disso, a intervenção propicia o confronto de contradições e a análise crítica sobre o ser-homem, a afetividade, as relações de poder e interpessoais dentre outros aspectos que perpassam a construção das subjetividades masculinas.

E sendo a educação um processo de ‘hominização’ do homem e de descoberta de suas possibilidades de ser ao dialogar com o mundo (Fernandes, 2010), os grupos emergem como espaços nos quais as possibilidades conhecidas são colocadas em análise, afastando-as, inclusive, da noção de escolhas autônomas. Essas dinâmicas se referem a um processo educativo, e, nesse sentido, reitero a educação como prática que se dá em todos os contextos e relações. Trata-se de um processo contínuo que escapa ao ensino formal, abarcando a formação sociopolítico-cultural e ética que se dá a partir de diversos agentes e instituições. Abandonar perspectivas simplistas ou rasas pertinentes à educação, concebendo-a como polissêmica e

interdisciplinar é o que sustenta a legitimidade e o potencial de intervenções e de pesquisas como essa.

E se, por um lado, é necessário situar a pesquisa na dimensão educativa, por outro, é igualmente importante apresentar aqueles que dela participam. Ambos os aspectos se articulam, pois é no encontro entre educação e experiência de vida que emergem as narrativas aqui reunidas.

E é no coração da América do Sul, de onde escrevo, que diversas figuras se encontram. Uns se reconhecem no modo de viver - caipira, pantaneiro, ribeirinho, homem do agro (Silva; Costa; Barros, 2023); (Gerhardt, 2024). Outros se nomeiam pelo lugar de onde vêm - gaúchos, maranhenses/nordestinos, cuiabanos (Almeida, 2024). Em um território marcado pelo conservadorismo e tradicionalismo, embora múltiplo em representações masculinas, o ser-homem recai predominantemente sobre o ideal do perfil bruto, rústico e sistemático. O homem mato-grossense, guiado pela lógica sacrificial comum no ideal de masculinidade hegemônica, no qual o trabalho (especificamente, a eficácia) existe como traço de representação fundamental, constrói a sua subjetividade. Deve-se ser forte, provedor, imparável, defensor da família e dos costumes tradicionais, mesmo que a própria trajetória de vida em nada se alinhe a esses valores idealizados.

Embora existam múltiplas formas de viver-ser aqui, o profundo e contínuo processo de valorização das noções e práticas colonizadoras, da produtividade e exploração da terra como algo passível de orgulho, da perpetuação da figura do homem forte, trabalhador, que domina a terra e os animais ainda é muito latente e significativa, produzindo reverberações em dimensão geracional, mesmo que em outras formas, linguagens e práticas. Para Almeida (2024), trata-se de uma representação de “longa duração do compromisso civilizatório orientado pela conquista, pela guerra e pela submissão dos outros, das mulheres e da própria natureza” (p. 104). Ainda nas primeiras experiências de socialização, são transmitidos valores morais e crenças profundas sobre o que é ser homem de verdade, perspectiva intrinsecamente associada às violências. Cabe ressaltar, no entanto, que tais representações e estereótipos não são estáticos, apresentando-se de modo fluido, transitando entre passado e presente.

A criação e recriação contínua de modelos masculinos fundamentados na agressividade, controle, competitividade, ausência de expressividade e afetividade contribuem para a legitimação dos atos de violência como ferramenta de negociação relacional ou manutenção de uma posição de poder. Em contrapartida, modelos femininos são vinculados à passividade,

fragilidade e submissão (Nogueira, 2001; Oliveira, 2004; Connell; Messerschmidt, 2013) em uma perspectiva masculinista que entende as mulheres como irracionais e incapazes.

Resultante disso, neste cenário no qual me situo, foram contabilizados 100 homicídios contra mulheres e 47 feminicídios no último ano, número proporcional a 47% das mortes de mulheres em todo o estado. Pertinente às tentativas de feminicídio, o estado teve 66 casos. No que se refere às outras formas de violência, foram registrados 9.287 casos de lesão corporal dolosa (violência doméstica); 2.151 casos de violência psicológica; 19.018 casos de ameaça e 2.221 casos de *stalking*. No mesmo ano, foram distribuídas 17.529 medidas protetivas, e foram concedidas 16.759. Foram registradas 13.584 ligações com o objetivo de denunciar violência doméstica (SESP-MT, 2024). O estado possui, atualmente, a maior taxa de feminicídios em relação à média nacional.

Nesse sentido, esta pesquisa parte do interesse em compreender de que modo a construção e a transmissão das noções de masculinidade se relacionam com o fenômeno da violência, especialmente a intrafamiliar contra a mulher, evidenciando como expressões de violência psicológica, moral, física, sexual e patrimonial se entrelaçam às formas pelas quais homens aprendem, reproduzem e legitimam determinados modos de exercer autoridade e controle. Nos interessa pensar também como essas compreensões, expressas em vivências e narrativas individuais, influenciam as dinâmicas familiares e se articulam a processos sociais que ultrapassam o âmbito privado.

Além disso, cabe ressaltar as motivações pessoais que me sustentaram no decorrer desse percurso que antecede, inclusive, a trajetória como mestranda. A vivência marcada inerentemente pelo gênero, raça e classe que carrego é determinante para desenvolver a maneira como percebo e me posiciono no mundo, contribuindo para a construção de uma perspectiva crítica, insatisfeita e questionadora frente à ordem sociopolítica, cultural (e discursiva) vigente. Esse lugar de enunciação, ainda que muitas vezes apresente obstáculos diversos, principalmente sendo um corpo-alvo, é um ponto de partida importante para pensar as múltiplas relações de poder interseccionais às questões de gênero e de violência.

Assim, escolher em âmbito pessoal, acadêmico e profissional, comprometer-me com a transformação social coletiva, utilizando o conhecimento e a pesquisa como ferramenta de enfrentamento é o que permitiu converter, mesmo que parcialmente, a inquietação em escrita. Além disso, há a impossibilidade de ignorar o predomínio da violência, discriminação e misoginia que se dá muitas vezes de forma simbólica e velada.

Diante disso, emergiu o desejo de intervir (ainda que nos bastidores, nos limites que permitem a escrita e a pesquisa) e contribuir para desestabilizar ou ao menos desnaturalizar as dinâmicas que sustentam discursos e práticas de violência. Este trabalho, nada mais é, que apostar na possibilidade de agir na contracorrente.

Deste modo, apresento o questionamento principal que norteia essa pesquisa: Como elementos vinculados à violência contra a mulher se manifestam nas relações intrafamiliares e intergeracionais entre homens, com base na experiência de homens encaminhados ao Serviço Reflexivo pela Vara Especializada de Violência Doméstica contra a Mulher?

O caminho proposto, no entanto, não parte de respostas prontas, mas do esforço de compreender como determinados aprendizados sobre o ser homem se entrelaçam à produção e à reprodução da violência. Essa tentativa se organiza em torno de pontos específicos: as pedagogias intergeracionais de masculinidade, nas quais se formam e se transmitem valores entre gerações e que permite compreender como esses aprendizados se consolidam como normas e subjetividades; a manifestação da violência contra a mulher, enquanto expressão concreta e relacional dessas pedagogias; e, por fim, os serviços reflexivos para homens, pensados como espaços de educação e deslocamento capazes de tensionar os sentidos aprendidos da masculinidade.

2. A aprendizagem sobre ser-homem

Para tanto, as masculinidades são tomadas como uma construção social que articula normas, instituições e afetos (Oliveira, 2004). Isso significa que existir como homem implica participar de um sistema simbólico que ordena comportamentos, regula o corpo e faz da invulnerabilidade e da autoridade elementos centrais. Essa construção opera por diferenciação, sustentando-se sempre em relação ao outro, sobretudo no que tange ao que é socialmente definido como feminino. Dessa estrutura relacional derivam políticas de valor que legitimam determinadas condutas e performances, enquanto desqualificam outras (Butler, 2004).

Aprender a ser homem, portanto, é um processo que se distribui no tempo e em múltiplos espaços de socialização, como sugerido por Connell e Messerschmidt (2013). Assim, as pedagogias intergeracionais de masculinidade deslocam a explicação da violência do campo do ato individual para o campo das formações sociais, em que práticas de correção, rituais de imposição de honra, normas de contenção afetiva e modos de ensinar que funcionam pela repetição e pela legitimação são condensados. Compreender a violência à luz desse conjunto é

reconhecer que certos modos de agir, sentir e interpretar o mundo são ensinados como técnicas de manutenção de autoridade e de auto-afirmação (Guareschi *et al.*, 2006).

Essa pedagogia do masculino se reproduz na medida em que os signos normativos se transformam em técnicas de interpretação da realidade. Connell (1995) descreve que os modelos hegemônicos de masculinidade - centrados na força, no controle e na negação da fragilidade - atuam como ideais regulatórios, orientando os processos de socialização. Ao lado deles coexistem expressões subordinadas, alinhadas ou contra-hegemônicas que resistem à norma dominante, produzindo tensões e conflitos. Quando o ideal hegemônico é ameaçado, reações de reafirmação emergem em diferentes graus, desde a hipervigilância corporal, como aponta Butler (2003), até o uso da coerção como meio de recompor a ordem simbólica. A violência, nesse sentido, se revela como recurso socialmente aprendido e reconhecido para sustentar o que a masculinidade exige (Oliveira, 2004; Cavaler; Souza; Beiras, 2022).

Assim, olhar para os processos de ensino e aprendizagem entre gerações permite mapear tanto as reproduções do repertório hegemônico quanto as contradições internas que abrem espaço para a reelaboração de sentidos. Portanto, ao mesmo tempo que a dinâmica intergeracional perpetua dinâmicas relacionais desequilibradas, também permite a emergência de fissuras (Oliveira; Sani, 2009). Nessa direção, as experiências sociais e afetivas das novas gerações introduzem outras sensibilidades e linguagens, criando zonas de conflito simbólico nas quais os sentidos do masculino são postos em disputa. É nesse intervalo entre repetição e ruptura que se localizam as possibilidades de transformação.

A família, a comunidade e as demais instituições, para Biroli (2014), assumem papel decisivo nesse processo, funcionando como mediadores das aprendizagens e, ao mesmo tempo, como espaços onde se negocia o valor dos repertórios transmitidos. São elas que determinam o alcance e o limite das normas, que definem o que deve ser preservado e o que pode ser transformado. Entender essa rede de mediações é essencial para compreender por que a violência persiste como resposta legitimada e em que condições se torna possível questioná-la.

Essa conexão entre transmissão e ruptura é fundamental para a pergunta que orienta o estudo. Ao questionarmos como elementos vinculados à violência se manifestam nas relações intergeracionais, o que buscamos é identificar quais práticas tornam a violência uma estratégia de negociação relacional, e quais condições simbólicas permitem que as formas aprendidas sejam problematizadas e reconstruídas. Descrever esses ciclos de transmissão não significa naturalizá-los, mas expressar o ponto em que a reprodução pode se converter em abertura, onde a pedagogia da dominação pode ceder lugar à reflexão.

3. A produção da violência contra a mulher

Quando observada de modo abstrato, desconsiderando suas complexidades, a violência contra a mulher tende a ser confinada ao plano jurídico ou tratada como expressão de conflitos privados, como enfatizado por Bandeira (2014). Entretanto, nas condições aqui discutidas, ela é compreendida como uma manifestação de uma gramática relacional mais ampla, que institui uma hierarquia de valor entre os gêneros e naturaliza posições desiguais de poder.

No plano cultural e estrutural, tais práticas de violência encontram respaldo em discursos que perpetuam a dominação dos homens em relação às mulheres e em arranjos institucionais que organizam essas interações, fundamentando-as e as justificando a partir de lógicas patriarcais (Bandeira, 2014) emergentes desde as primeiras dinâmicas relacionais. Nessa perspectiva, a intergeracionalidade não é apenas o meio pelo qual a violência se repete, mas o próprio mecanismo que a inscreve em um continuum de sentido, no qual formas sutis e explícitas de dominação se legitimam mutuamente e se reatualizam a cada geração (Oliveira; Sani, 2009; Silva; Oro; Bossardi, 2021).

Assim, responder à questão norteadora da pesquisa implica demonstrar os nexos entre os repertórios normativos de masculinidade e as distintas manifestações da violência contra a mulher, revelando as condições discursivas, afetivas e materiais que sustentam sua reprodução e, simultaneamente, os pontos de inflexão que tornam possível sua contestação. Compreender a violência nesse enquadramento é compreender também que ela se aprende, se ensina e se naturaliza como parte de um projeto que ultrapassa o indivíduo e alcança os modos de significar a diferença e o poder (Domenach, 1989).

4. Pensando a descontinuação da violência: os Serviços Reflexivos para Homens

Diante desse quadro, os serviços reflexivos para homens se apresentam como um campo privilegiado para pensar possibilidades concretas de ruptura nos ciclos intergeracionais de reprodução da violência. Se a violência é aprendida, reiterada e legitimada por meio de práticas educativas e simbólicas, é igualmente no espaço da reflexão e da educação que podem emergir deslocamentos capazes de tensionar essas aprendizagens (Beiras *et al.*, 2021; Prates; Andrade, 2013). Os serviços reflexivos, ao convocarem homens autores de violência a pensarem sobre suas próprias narrativas e comportamentos, constituem dispositivos pedagógicos e discursivos que operam no limite entre responsabilização e transformação.

A pertinência desses serviços reside em reconhecer que a mudança não se reduz à obediência a uma norma jurídica, mas exige a reconstrução das formas de significar o poder, o afeto e a autoridade. Trata-se, portanto, de processos educativos que trabalham sobre a linguagem - entendida como espaço de elaboração simbólica e de ação, como defendem Beiras e Bronz (2016). Assim, a palavra, quando se desloca do plano da justificativa para o da criticidade, deixa de funcionar como defesa e passa a se constituir como instrumento de revisão de si. O potencial político e pedagógico desses dispositivos está justamente na possibilidade de desestabilizar as gramáticas herdadas da masculinidade hegemônica, introduzindo rupturas na transmissão intergeracional que a sustenta.

A metodologia de intervenção se baseia na premissa de que compreender os efeitos da violência é condição para interrompê-la - e que tal compreensão só é possível quando o sujeito reconhece, na própria trajetória, os sentidos aprendidos e transmitidos de ser homem (Beiras *et al.*, 2021). Nesse processo, o grupo é onde narrativas se confrontam e se reinscrevem e a experiência reflexiva permite não apenas reconhecer o dano, mas reposicionamento diante da lógica que o produziu.

Pensar esses serviços como dispositivos de educação crítica é situá-los dentro da mesma rede de aprendizagens que se busca compreender ao longo desta pesquisa. Se as pedagogias intergeracionais ensinam, ainda que de modo silencioso, a normalidade da dominação, os serviços reflexivos ensinam, de modo intencional e dialógico, a possibilidade de reconfiguração simbólica das masculinidades.

5. Estrutura do trabalho

Esta pesquisa está estruturada em dois momentos distintos, que dialogam entre si na construção de uma compreensão mais ampla e aprofundada acerca das questões investigadas.

O primeiro momento contempla cinco capítulos. O capítulo 1 é dedicado à metodologia e são apresentados os percursos analíticos e as decisões metodológicas que orientaram o desenvolvimento do estudo, explicitando as bases epistemológicas que o sustentam. Nesse capítulo, descrevo também o processo de coleta e análise documental, seguido da abordagem das entrevistas realizadas e as escolhas que se mostraram mais coerentes com a perspectiva construcionista que orienta o trabalho. O capítulo 2 inaugura o referencial teórico, introduzindo os fundamentos e princípios do construcionismo social e discutindo o papel da linguagem na constituição das realidades sociais. No capítulo 3, aprofundo essa discussão ao tratar do discurso como prática social e da temporalidade do discurso. No capítulo 4, apresento as

discussões sobre gênero, masculinidades e violências, articulando esses conceitos e suas ramificações, de modo a evidenciar como operam as hierarquias e as relações de poder implicadas em tais construções. Por fim, no capítulo 5 abordo os serviços reflexivos para homens autores de violência, apresentando seu histórico, desenvolvimento, metodologias, limitações e alicerces teórico-práticos.

No segundo momento da dissertação, concentro-me nos achados e nas análises interpretativas. Assim, no capítulo 6, descrevo o perfil dos participantes do Serviços Reflexivo, delineando aspectos sociodemográficos relevantes à compreensão para algumas das análises subsequentes. No capítulo 7, apresento as histórias de vida dos entrevistados, situando suas experiências e contextos de socialização, apresento também a análise sobre o “ser homem” sob a ótica desses homens, examinando as aprendizagens de masculinidade que receberam, os valores que reproduzem e aqueles que foram ressignificados. No capítulo 8, analiso as narrativas sobre a família, violência, buscando compreender como esses homens percebem, justificam ou problematizam suas ações e relações e os possíveis fatores de risco e de proteção. Nesse ponto, apresento também algumas notas reflexivas, em que destaco o que emerge nas entrelinhas dos discursos.

Por fim, nas considerações finais, retomo a experiência no campo e o percurso da pesquisa, refletindo sobre os principais aprendizados, as limitações e as potencialidades do estudo.

1. METODOLOGIA

Por meio desta pesquisa, pretendemos, especificamente: a) caracterizar os participantes em uma perspectiva interseccional; b) compreender como as dinâmicas familiares e os padrões de relacionamento entre as gerações influenciam a perpetuação ou ruptura da violência contra a mulher e c) identificar possíveis fatores de risco e de proteção na transmissão intergeracional de padrões de violência contra a mulher.

Para tanto, a estruturamos em uma metodologia mista, que agrega dois eixos de investigação. O primeiro eixo consiste na análise documental dos prontuários do Serviço Reflexivo, que oferece um panorama sistemático dos perfis, trajetórias e padrões de comportamento registrados institucionalmente, permitindo identificar elementos recorrentes nas histórias de vida e nas manifestações de violência. O segundo eixo fundamenta-se na realização de entrevistas semiestruturadas com participantes selecionados, possibilitando acessar as narrativas subjetivas, os significados atribuídos às experiências vividas e as compreensões sobre as relações intergeracionais de masculinidade. Esta abordagem metodológica integrada permite triangular dados objetivos documentados nos prontuários com as elaborações discursivas dos sujeitos, enriquecendo a análise ao articular registros institucionais com as vozes dos próprios homens, revelando tanto os aspectos estruturais quanto às dimensões subjetivas da construção e transmissão intergeracional das masculinidades associadas à violência.

1.1 O construcionismo social como posição epistemológica

Inicialmente, é imprescindível descrever a fundamentação que alicerça a pesquisa e as linhas de pensamento que a integram, tendo em vista que ultrapassam a dimensão teórico-epistemológica e correspondem a uma forma específica de apreender e pensar o mundo. Assim, baseio-me em uma perspectiva construcionista, a qual propõe uma redefinição da ciência, seus objetivos e métodos.

Spink (2013) apresenta essa discussão propondo teorias e métodos alternativos às abordagens tradicionais presentes em pesquisas qualitativas. Assim, a pesquisa é tida como prática social, reflexiva e crítica, configurando um campo de busca permanente (Spink; Menegon, 2013). A produção de conhecimento, nesse sentido, ultrapassa a lógica de um conjunto de métodos empregados com o objetivo de produzir informações específicas acerca de uma determinada temática ou de meramente responder pendências científicas, mas

corresponde a um processo de construção de diferentes realidades a partir das diversas linguagens sociais (Spink; Medrado; Mélo, 2014). Mesmo pesquisas que propõem unicamente a sistematização de dados ou a descrição analítica de algum fenômeno estão imersas em fatores históricos, políticos, culturais e sociais, que interferem na pesquisa desde a escolha do objeto, que implica a subjetividade do pesquisador, até os dados obtidos, que refletem algum aspecto de uma realidade socialmente construída.

Para Best (2002) embora números, categorias, classificações e dados estatísticos pareçam sólidos, supostamente passíveis de evidenciação e, portanto, críveis, ainda assim todos esses elementos partem de uma construção coletiva e cotidiana. Afinal, a escolha do recorte de pesquisa, da narrativa a ser utilizada, dos dados a serem expostos, trata-se de uma decisão do pesquisador que, por sua vez, é intrinsecamente um sujeito social, com historicidade e subjetividade que mediam os direcionamentos a serem tomados, ainda que muitas vezes, de maneira irrefletida, como apontado por Spink e Menegon (2013).

Spink, Medrado e Mélo (2014) ressaltam que instrumentos, métodos, dados e pesquisador, são todos produtos sociais e artefatos retóricos. Deste modo, na contramão das abordagens tradicionais, o conhecimento é concebido como algo determinado pelas relações sociais, bem como por um sistema de crenças e valores (Woolgar, 1996). Junto ao emergir de novas perspectivas sobre a prática científica, foram elaborados pontos de vista mais políticos, explicitando o caráter desigual e as relações de poder presentes no campo científico.

Ao adotar o construcionismo social como vertente-base, entendemos a produção de conhecimento como pesquisa edificante (Spink; Menegon, 2013), termo derivado da filosofia edificante de Rorty (1994), utilizada para “representar esse projeto de encontrar modos novos, melhores, mais interessantes, mais fecundos de falar [...] o discurso edificante é suposto ser anormal, tirar-nos para fora de nossos velhos eus pelo poder da estranheza, para ajudar-nos a nos tomarmos novos seres” (p. 354). Assim, a pesquisa edificante é tomada como ferramenta para suscitar novos questionamentos e, conseqüentemente, novas respostas e discursos. Trata-se de encarar os debates e o processo de produção de conhecimento como contínuo e permanente, “mantendo a conversação fluindo em vez de fechar precocemente a discussão”, como descrito por Spink e Menegon (2013, p. 54).

Além disso, empregar a visão construcionista implica assumir como foco a explicação dos processos pelos quais as pessoas elaboram as descrições, explicações, organizações, registros e sentidos acerca do mundo no qual vivem e sobre elas mesmas (Spink e Menegon, 2013). Corresponde, como apresentado por Spink, Medrado e Mélo (2014), ter a pesquisa

como processo artesanal, isto é, atentar-se aos detalhes e nuances das experiências vividas e das narrativas que os sujeitos apresentam. Para os autores

Trata-se de entender a historicidade (condições de possibilidades) de nossas práticas e das teorias que construímos sobre elas, situando-as como produtos humanos histórica e socialmente localizados. Mas não é simples. Requer questionar e abrir mão do realismo, entendendo nossas vidas como construções humanas que se tornam fatos por causa de processos sociais que compete a nós, cientistas sociais, estudar. Requer, ainda, romper com a dualidade mente-corpo que sustenta a mais poderosa metáfora de nosso fazer em ciência em geral e em psicologia, em particular: a existência de uma mente (interior) que pensa o mundo (exterior) e que o cinde em sujeito e objeto. Requer, finalmente, que rompamos com outras dicotomias secundárias, como a que cinde o mundo social e natural, situando um na esfera das trocas simbólicas e o outro na objetividade da matéria (Spink; Medrado; Mélo, 2014, p. 23).

Na contramão das epistemologias tradicionais, a explicação dos processos de conhecimento é transferida para a exterioridade dos processos e estruturas da interação humana, distanciando-se, portanto, da perspectiva representacional do conhecimento que concebe a mente como passiva frente à realidade, “uma montagem de representações exatas” (Rorty, 1994, p. 169). Assim, o conhecimento não se refere a algo que acontece de maneira individual e interna, dentro das mentes das pessoas, mas é algo produzido coletivamente nas interações sociais (Spink; Menegon, 2013).

Além disso, as autoras apontam que, em contraste à outras linhas teórico-epistemológicas, na abordagem construcionista, o sujeito e o objeto são concebidos como construções sócio-históricas e, portanto, o modo como a realidade é apreendida pelos sujeitos institui os objetos que a compõem, isto é, a realidade depende de como as pessoas a observam, interpretam e elaboram sentidos.

Em suma, “somos essencialmente produtos de nossas épocas e de nossos contextos sociais; não escapamos das convenções aí desenhadas. O construcionismo é um convite a examinar essas convenções e entendê-las como regras socialmente situadas” (Spink; Menegon, 2013, p. 56). Compreende-se, dessa forma, que os significados atribuídos ao conceito de ‘realidade’ são resultantes de processos sócio-históricos e estão intrinsecamente relacionados às práticas discursivas em que são construídos. Consequentemente, ocorre a resignificação da relação sujeito-objeto, desenvolvida em uma dinâmica dialógica e dialética. Nesse processo, tanto o objeto quanto o pesquisador são reconstruídos na interação.

Além disso, a pesquisa construcionista adota uma visão não-tradicional do sujeito, partindo da noção de uma “produção de si” construída nos discursos e nos atos induzidos,

produzidos e performados (Spink; Medrado; Mélo, 2014). Essa perspectiva permite deslocar a ênfase na busca por essências ou verdades internas, considerando os modos pelos quais as pessoas se constituem e se posicionam nas interações sócio-discursivas.

Assim, o tema presente nas falas ou nas expressões dos sujeitos não representam uma subjetividade fixa e estável, mas sim posições variáveis que dependem dos contextos, relações e sentidos vigentes em uma circunstância específica. Para os autores, a análise fundamentada em um ponto de vista construcionista valoriza a complexidade e multiplicidade da vida, e embora resulte em diversos desafios, rejeita a ideia de “serenar em um ‘porto seguro’ de uma teoria ou metodologia” (p. 26).

1.2 A pesquisa qualitativa: caminhos de compreensão

Neste estudo, o elemento essencial é a palavra, carregada de significados ideológicos que enriquecem as relações sociais e marcam processos transitórios e de transformações. Enquanto produto da palavra, a fala transmite valores, normas, símbolos e representações sócio-histórico-culturais. Spink e Menegon (2013) descrevem a metodologia qualitativa como uma escolha que ultrapassa a dimensão técnica, refletindo uma maneira específica de entender como o conhecimento é produzido e de como se dá a realidade. Trata-se de escolher entre diferentes versões de mundo e as formas de interpretá-lo e descrevê-lo.

Acerca disso, Goldenberg (2004) descreve que os métodos qualitativos buscam enfatizar as particularidades de um fenômeno a partir de seu significado para o grupo estudado, processo o qual a autora define como um “mergulho em profundidade” dentro de um contexto e grupo específico que propicie a análise de questões pertinentes ao tema estudado. Para a autora, corresponde a decidir pela intensidade e imersão que se dá na observação, entrevistas, análises de diferentes fontes, constituindo métodos que alcançam níveis de compreensão viabilizados pela pesquisa qualitativa.

Nesse sentido, Spink e Menegon (2013) sugerem a reconceituação de critérios e condutas que orientam a pesquisa. A partir da noção de ‘horrores metodológicos’ apresentados por Woolgar (1988), as autoras discorrem sobre as ideias de indexicalidade, inconclusividade e reflexividade, aspectos intrínsecos ao fazer científico e que, na pesquisa qualitativa-construcionista, são imprescindíveis. A indexicalidade corresponde à situacionalidade, ou seja, a associação com a circunstância vivenciada. Desse modo, os sentidos são alterados em consonância com o contexto. Na perspectiva adotada, na qual a realidade é concebida como objeto de análise principalmente dado seu caráter dinâmico, diverso e histórico, a

indexicalidade não configura uma problemática ou limitação metodológica, mas elemento enriquecedor da coleta de dados, ressaltando a especificidade das narrativas e experiências dos atores da pesquisa. Spink e Menegon (2013) apontam que descrever e explorar plenamente o contexto de pesquisa se trata de uma responsabilidade do pesquisador. A inconclusividade diz respeito à imprecisão, variabilidade e complexidade dos fenômenos sociais.

Em contraste com outras abordagens, na pesquisa qualitativa, as mudanças e a processualidade dos fenômenos são consideradas elementos positivos, ao passo que sugerem a possibilidade de transformação social. Embora a generalização, enquanto conteúdo, seja comprometida, há espaço para a reinterpretação por meio da multiplicidade de processos de produção de sentidos. A reflexividade está relacionada ao ciclo de interpretação e aos efeitos decorrentes da presença do pesquisador e de sua subjetividade, que na pesquisa qualitativa é transformada em um recurso adicional.

Assim, a reflexividade é concebida sob duas vertentes propostas que as descrevem como reflexividade pessoal e funcional, as quais se referem, respectivamente, à reflexão sobre o eu-pesquisador e como os interesses e valores particulares produzem afetamentos e interpretações acerca da pesquisa, e a reflexão sobre a comunidade pesquisada e como as subjetividades influenciam no processo de desenvolvimento da pesquisa e conseqüentemente, em seus resultados. Tendo em vista a fundamentação nos pressupostos construcionistas e qualitativos, a pesquisa é orientada por um ciclo interpretativo e dinâmico.

Portanto, a escolha pela pesquisa qualitativa se justifica pelo seu caráter particular e perceptivo, como enfatizado por Creswell (2007). Esta abordagem permite:

1. O uso de métodos interativos, propiciando a participação ativa e sensibilidade dos participantes.
2. Flexibilidade no processo de pesquisa, viabilizando alterações para refinar os aspectos a serem investigados.
3. Uma análise interpretativa, situada sócio-político-historicamente, que reconhece a complexidade e multiplicidade das narrativas dos participantes.

A pesquisa descritiva, por sua vez, articulada à abordagem narrativa, contribui para a identificação, organização e análise dos fatores que produzem determinados fenômenos a partir da observação e registro dos conteúdos apresentados (Gonsalves, 2011). Deste modo, a caracterização, descrição do perfil dos participantes e seus aspectos sociodemográficos constituem dados complementares que, inerentemente, sustentam e produzem suas realidades, e conseqüentemente, suas narrativas. Além disso, a pesquisa descritiva permite a compreensão

mais abrangente e fundamentada em uma perspectiva histórica dos processos intergeracionais relacionados à violência contra a mulher e às interpretações de masculinidades por meio da análise das práticas discursivas.

Portanto, tal metodologia se alinha de forma coerente com os objetivos do estudo, permitindo uma exploração aprofundada das dinâmicas familiares, das subjetividades masculinas e das transformações e ressignificações passíveis de serem elaboradas no Serviço Reflexivo. Ao adotar esta abordagem, buscamos capturar a complexidade das experiências vividas pelos participantes e as nuances das transformações nos aspectos estudados, alinhando-se ao objetivo de produzir subsídio teórico-metodológico para o aprimoramento dos programas direcionados a homens autores de violência.

1.3. Contexto e participantes do estudo

1.3.1 Descrição e estrutura do serviço reflexivo

1.3.1.1 Contextualização e fundamentação teórica

Para garantir uma análise aprofundada das questões propostas, realizei uma pesquisa de campo no Serviço de Educação e Reflexão para Autores de Violência no âmbito doméstico e familiar contra a mulher (SER), situado no município de Rondonópolis, Mato Grosso. Este cenário constitui um lócus de pesquisa particular que produz realidades e experiências apresentadas nos discursos dos participantes.

O Serviço Reflexivo adota como abordagem teórico-metodológica o construcionismo social, orientado por uma postura feminista. Em suma, empregar uma visão construcionista implica compreender as subjetividades masculinas, relações de gênero e as violências como elementos passíveis de transformação e ressignificação, elaborados por práticas sócio-discursivas-culturais correspondentes a momentos históricos situados. Trabalhar a partir dessa abordagem significa também compreender como urgente o rompimento com modelos explicativos que apontam somente as diferenças e o porquê ou como essas práticas se estabelecem, direcionando a relevância para as brechas, rupturas e contradições presentes nos discursos de gênero que propiciam a visualização de caminhos de transformações progressivas e efetivas (Medrado; Lyra, 2008).

Esta perspectiva oferece como possibilidade o distanciamento com compreensões essencialistas e deterministas associadas aos comportamentos masculinos que auxiliam na naturalização de ações violentas, pensando os participantes como sujeitos ativos, capazes de

alterar as próprias histórias de vida, principalmente no que concerne ao aspecto afetivo-relacional-familiar.

Ao fundamentar a intervenção em uma perspectiva feminista crítica, cumpre-se também um papel teórico e político. Para Medrado e Lyra (2008), pensar os homens e as masculinidades sob a ótica dos feminismos, trata-se de um resgate do caráter plural, polissêmico e crítico das abordagens feministas, de maneira que a análise das relações de gênero e as construções provenientes dessas dinâmicas possam ser compreendidas para além do binarismo homem x mulher e da divisão sexual do mundo, considerando a dimensão relacional do gênero, as interações sociais e as relações de poder que interferem e moldam as subjetividades masculinas. Os autores também destacam que adotar uma matriz feminista permite examinar as interseccionalidades entre gênero, sexualidade, raça, etnia, classe, idade e posições socioeconômicas, por exemplo, a fim de evitar compreensões simplistas e dicotômicas (Medrado; Lyra, 2008).

Além disso, as leituras feministas permitem desafiar a noção de uma masculinidade hegemônica universal, reconhecendo a diversidade de experiências masculinas e as relações de poder que as perpassam.

1.3.1.2 Estrutura institucional e parcerias

O Serviço Reflexivo se refere a uma iniciativa que decorre da parceria estabelecida entre a Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) e a Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do município. Esta parceria visa inibir o crescente número de casos de violência doméstica, intrafamiliar e de gênero a partir de intervenções direcionadas aos homens tipificados na Lei nº 11.340/2006, também denominada Lei Maria da Penha, como previsto nos incisos VI e VII do Art. 22, que trata das Medidas Protetivas de Urgência que obrigam o agressor.

O Serviço foi elaborado, implementado e é mantido pelo curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Esta unidade acadêmica atua como responsável direta por sua estruturação e funcionamento desde sua inauguração em 2023, garantindo a continuidade e qualidade das atividades desenvolvidas.

A fundamentação e desenvolvimento do serviço se deu a partir das Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (Brasil, [s.d]), agregando metodologias implementadas em iniciativas semelhantes de

outros municípios, tendo em vista a aproximação contextual, territorial e cultural, bem como a semelhança de demandas do Estado, como por exemplo, em Barra do Garças-MT, Várzea Grande-MT e Nossa Senhora do Livramento-MT.

O Serviço constitui uma materialização da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Rondonópolis, que busca oferecer atendimento não apenas à pessoa em situação de violência, mas também ao autor do fato, visando prevenir novas ocorrências e romper com o ciclo da violência.

1.3.1.3 Objetivos e propósitos do serviço

Dentre os diversos objetivos que podem ser pretendidos em uma intervenção dessa dimensão, o presente Serviço prevê, principalmente:

a) Contribuir com a execução de medidas alternativas de prevenção e redução da violência doméstica e familiar, com a implementação de grupos reflexivos e educativos a homens autores de violência, que promovam a conscientização e responsabilização;

E especificamente, intenta:

b) Promover reflexão transformadora sobre os conflitos inerentes aos relacionamentos íntimos, especialmente conjugais e familiares; c) Proporcionar discussão a respeito de conflitos ligados a relações afetivas, familiares e conjugais; d) Estimar os estragos e prejuízos atrelados a comportamentos violentos e agressivos; e) Criar ambiência onde se possa partilhar histórias, sentimentos e questões provenientes de conflitos íntimos; f) Realizar um dos encargos da Medida Protetiva, determinado pelo Poder Judiciário; g) Redução de danos na rotina da violência doméstica, com a inserção também do homem na rede de proteção social; h) Levantar dados nas entrevistas e ao longo das atividades realizadas nos grupos reflexivos, que possam oferecer contribuições em pesquisas, estudos e publicações acadêmicas.

Assim, essa pesquisa se insere como ação prevista e complementar à intervenção. Ao buscar, por meio dos discursos e vivências dos participantes, produzir conhecimento acerca das dinâmicas subjetivas, sociais e relacionais que perpassam as experiências masculinas, torna-se possível contribuir para o aprofundamento de aspectos teóricos e práticos no que se refere às possibilidades de enfrentamento da violência e do aprimoramento dos Serviços Reflexivos para homens autores de violência. Além disso, reitera o compromisso da pesquisa e da intervenção com a transformação social a partir da dialogicidade e reflexividade.

1.3.1.4 Participantes e critérios de inclusão/exclusão

Os participantes do Serviço e também integrantes da pesquisa são encaminhados via Poder Judiciário após implementação da medida protetiva proveniente da Lei Maria da Penha. Dada a denúncia e natureza da violência, os homens indiciados são orientados pelo oficial de justiça a contatar o Serviço Reflexivo a fim de que possam ser inseridos nos grupos reflexivos.

O público atendido, portanto, corresponde a homens em processo de responsabilização por violência doméstica e familiar, cuja participação no Serviço constitui uma medida protetiva e alternativa (Beiras *et al.*, 2021), resultante de uma estratégia da rede de proteção às mulheres. Trata-se de homens convocados a refletirem sobre suas práticas e posicionamentos por meio de uma ação que pretende romper com o ciclo da violência adotando o diálogo, a escuta e a reflexão crítica como ferramentas interventivas. O Serviço recebe homens em diversas fases do inquérito: somente com medida protetiva, representados judicialmente, ou ainda, egressos do sistema prisional, desde que não tenham praticado crimes graves contra a vida das mulheres.

O Serviço estabelece como critérios de inclusão para participação nos grupos os seguintes aspectos: a) Os participantes devem, obrigatoriamente, serem maiores de 18 anos; b) Encaminhados oficialmente pela Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Rondonópolis-MT; c) Residirem em Rondonópolis-MT ou em um raio de até 50 km. Pertinente aos critérios de exclusão, são estes: a) Homens autores de fatos presentes na Lei Nº 12.015 de 2009; b) Dependentes químicos com comprometimento cognitivo, físico ou comportamental que reflitam em dificuldades significativas de compreensão, raciocínio ou memória; c) Condições de saúde debilitantes; d) Apresentação de agressividade, comportamento autolesivo ou de risco iminente; e) Portadores de transtornos psiquiátricos não tratados, como por exemplo, transtornos psicóticos ativos, transtornos de humor com risco iminente, transtornos de personalidade ou transtornos do neurodesenvolvimento que comprometam a comunicação e compreensão; f) Autores de crimes dolosos contra a vida; g) Participantes que apresentarem comportamentos prejudiciais ao funcionamento do grupo.

Embora tais critérios correspondam às diretrizes de funcionamento do Serviço, estes também definiram, inerentemente, os critérios de inclusão e exclusão dos participantes da pesquisa, tendo em vista que esta foi desenvolvida integralmente dentro do próprio Serviço e se manteve alinhada com as pretensões e políticas da intervenção. Assim, pertinente aos critérios específicos dos participantes da pesquisa, foram acrescentados os seguintes aspectos: a) Terem concluído ou serem concluintes dos grupos reflexivos; b) Serem pais de

meninos/homens, considerando que a pesquisa se refere à (re)produção intergeracional de masculinidades.

1.3.1.5 Equipe e organização

A equipe do Serviço é composta por um psicólogo também professor-coordenador, responsável pela estruturação e organização geral da intervenção, pelo trâmite institucional junto à Universidade e pela articulação com a Vara Especializada, triagem dos participantes e pela orientação e supervisão dos profissionais e estudantes atuantes nos grupos.

Além disso, o Serviço conta com três psicólogas que também atuam como pesquisadoras, entre as quais me incluo, com participação direta tanto na condução dos grupos reflexivos quanto nas etapas de produção e análise dos dados. Complementarmente, há a equipe de extensionistas, formada atualmente por cinco discentes-bolsistas do curso de Psicologia, que auxiliam nas funções pertinentes à manutenção dos grupos, como a mediação, acolhimentos e especificamente o desenvolvimento do Projeto de Extensão.

Embora todos os integrantes estejam vinculados unicamente ao curso de Psicologia, há a pretensão de que a equipe seja ampliada e se torne multidisciplinar, de maneira que o Serviço seja vinculado a outros institutos da Universidade, bem como seja estabelecida uma aproximação com outros serviços que integram a rede de saúde e de assistência social.

1.3.1.6 Articulação com a rede de cuidado

Um aspecto fundamental do Serviço Reflexivo é sua integração com a rede intersetorial de cuidado do município. Durante o processo de acolhimento e ao longo dos encontros grupais, são identificadas demandas específicas que extrapolam o escopo do trabalho reflexivo. Nestes casos, os participantes são encaminhados para outros equipamentos da rede pública, garantindo um cuidado integral e multidimensional.

Os encaminhamentos são realizados principalmente para:

- CAPS Adulto (Centro de Atenção Psicossocial): para casos que demandam acompanhamento em saúde mental, como transtornos de ansiedade, depressão e outros sofrimentos psíquicos identificados;

- CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas): quando identificadas questões relacionadas ao uso problemático de substâncias, frequentemente associadas aos episódios de violência;
- CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social): para situações que envolvem vulnerabilidade social ou violação de direitos;
- Ambulatório de Saúde Mental: para acompanhamento psiquiátrico e psicológico continuado;
- Outros equipamentos da rede: conforme necessidades específicas identificadas durante o processo.

Esta articulação intersetorial permite que o Serviço Reflexivo não se limite apenas à dimensão reflexiva e educativa, mas também contribua para a promoção da saúde integral dos participantes, reconhecendo que as manifestações de violência frequentemente estão associadas a outros fatores como sofrimento psíquico, dependência química, vulnerabilidades sociais e problemas de saúde não tratados.

A comunicação constante com estes equipamentos da rede possibilita um acompanhamento mais efetivo dos casos, ampliando as possibilidades de intervenção e potencializando os resultados do trabalho reflexivo.

1.3.1.7 Metodologia e funcionamento do SER

A intervenção está vinculada à Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e embora o encaminhamento se dê como uma ação estritamente judicial e seja concebida pelos participantes como uma forma mais branda de punição, as políticas, as bases epistemológica e metodológica que orientam a condução do Serviço são pautadas em uma lógica de não-violência e não-punitivismo. Assim, os grupos são constituídos sob práticas baseadas na dialogicidade, reflexividade crítica e, sobretudo, na responsabilização, em consonância com diretrizes nacionais (como a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011) e internacionais, bem como em estudos e intervenções tidas como referenciais no contexto brasileiro (Organização Mundial da Saúde, 2021; Brasil, 2006; Brasil, 2011; Beiras; Bronz, 2016; Beiras *et al.*, 2021; 2022; UN Women, 2020).

Além disso, propor o reconhecimento das masculinidades como mutáveis, aprendidas e reproduzidas permite a problematização de práticas cotidianas que direta ou indiretamente sustentam as violências. Dessa forma, no nosso trabalho dentro do Serviço, pretendemos

viabilizar aos participantes o desprendimento de discursos que tornam suas subjetividades e comportamentos rígidos e destrutivos. A reflexão coletiva, ancorada em uma abordagem não-punitiva, favorece a responsabilização e a reflexão sem desumanizar, inferiorizar e estereotipar os participantes.

A intervenção é organizada em 12 encontros, tendo em vista as recomendações vigentes na literatura nacional (Beiras; Bronz, 2016). Destes, o primeiro e o último são encontros individuais, os quais se referem ao processo de acolhimento e desligamento. No contato inicial com o participante, buscamos conhecer sua história e avaliar os critérios para participação. Nesse momento, o participante tem a oportunidade de expressar seus sentimentos em relação ao processo judicial e seus receios pertinentes ao Serviço, de modo que suas dúvidas sejam esclarecidas e que a ação interventiva seja concebida como uma oportunidade para repensar atitudes e dinâmicas relacionais. Além disso, o coordenador do Serviço possui autonomia para solicitar à Vara Especializada a dispensa do participante ou a substituição da medida protetiva que determina a participação no grupo, caso o homem encaminhado não se encaixe no perfil estabelecido para os grupos reflexivos.

Os demais encontros são coletivos, com participação de 5 a 12 homens, nos quais é proposta uma dinâmica de encontros semanais e são apresentadas aos participantes temáticas que abarcam gênero e masculinidades, paternidade, sexualidade, saúde, vínculos familiares, questões emocionais (como controle da raiva e expressividade), bem como qualquer outro assunto que apareça como demanda ou seja de interesse do grupo. A fim de que sejam suscitadas reflexões e discussões, são elaboradas questões norteadoras ou apresentados conteúdos audiovisuais, incluindo-se também atividades teóricas e práticas, de modo que os participantes compreendam de maneira adequada o ponto a ser explorado em cada encontro. Os encontros são mediados por uma dupla composta por um(a) psicólogo(a) e um(a) extensionista.

Ao final da intervenção, o participante retorna para o encontro de desligamento onde relata suas impressões acerca do Serviço, informa sobre o andamento do processo, mudanças na vida pessoal, dentre outros aspectos que se fizerem pertinentes.

1.4 O campo da pesquisa

O conceito de “campo” em uma perspectiva construcionista se refere à situação atual de um assunto, considerando sua posição nos aspectos da materialidade e socialidade (Law; Mol, 1995). Assim, como definido por Peter Kevin Spink (2003), “o campo é um processo

contínuo e multitemático, no qual as pessoas e os eventos entram e saem dos lugares, transformando-se em versões e produtos que também são feitas por pessoas e utilizados por pessoas em diálogos [...]” (p. 23). A investigação a partir do campo resultou em maior facilidade para relatar as experiências e os processos aos participantes, dada a imersão significativa no contexto analisado a qual corresponde, inerentemente, à uma forma de investigar e descrever o mundo, produzindo-o neste processo (Spink, 2003).

A principal vantagem observada se refere à proximidade com os participantes e a consequente fidedignidade das narrativas em relação a outras formas de pesquisa. Por outro lado, houve a necessidade de dedicar mais tempo, exigindo mais flexibilidade em relação ao percurso de pesquisa planejado devido ao processo de observação, limitações de acesso aos participantes e à minuciosidade requerida pela análise do discurso.

Parte da pesquisa foi conduzida em ambientes distintos, por vezes no Centro de Práticas Psicológicas (CEPRAPSI) da Universidade Federal de Rondonópolis (Anexo C), de acordo com a disponibilidade dos participantes e do espaço, mas quando necessário, se deu em lugares de escolha do participante, como o trabalho. A escolha pelo CEPRAPSI como espaço principal para a realização das entrevistas se deu pelo fato de a Universidade ser um ambiente familiar para os participantes, uma vez que eles frequentaram o local durante dez semanas como parte dos encontros do Serviço Reflexivo.

Ao utilizar esse espaço, pretendemos criar uma atmosfera de conforto e segurança para os participantes, a fim de garantir a espontaneidade e confiança necessárias durante o processo de coleta de dados. O local ofereceu a infraestrutura adequada para que a pesquisa fosse realizada priorizando o sigilo e acessibilidade dos participantes, com recursos que permitiram a privacidade de suas identidades e das informações discutidas. Dessa forma, o contexto institucional conhecido pelos participantes contribuiu para minimizar possíveis desconfortos e facilitou a adesão ao estudo. Além disso, a pesquisa incluiu uma etapa documental cujo objetivo foi caracterizar, descrever e traçar o perfil dos participantes, de modo a contextualizar suas narrativas e auxiliar na análise sobre os fenômenos socioculturais que abarcam as masculinidades e as violências.

1.5 Sobre os documentos

1.5.1 Coleta de dados documentais

A análise e caracterização do perfil dos homens encaminhados ao Serviço Reflexivo foi realizada a partir de levantamento das informações coletadas nas fichas de acolhimento e

desligamento, as quais reúnem dados sociodemográficos, aspectos pertinentes ao tipo de denúncia que resultou no encaminhamento dos participantes bem como elementos relacionais e familiares relevantes para o contexto da intervenção e sobretudo, da pesquisa. Cabe ressaltar que, uma vez que os dados coletados não incluem informações pessoais privadas ou passíveis de identificação, tratando-se estritamente de informações secundárias que visam investigar o fluxo de participantes, auxiliar na construção dos perfis atendidos, e conseqüentemente, auxiliar no aprimoramento do Serviço e na constituição de subsídio teórico-metodológico para situar os dados obtidos nas entrevistas, não se fez necessário o uso de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) específico para que a coleta fosse realizada e a análise acerca dos dados mencionados fosse desenvolvida.

De todo modo, o levantamento foi produzido sob autorização da equipe responsável em consonância com as normas institucionais e a política específica do Serviço, assegurando a confidencialidade das informações pessoais referentes aos homens encaminhados, evitando a divulgação de quaisquer dados que pudessem comprometer o sigilo deles ou ainda, comprometer o desenvolvimento da pesquisa, respeitando a Resolução CNS n° 738/2024.

A análise foi feita de maneira agregada, sem vinculação às identidades ou dados particulares dos participantes. Assim, os formulários preenchidos manualmente no serviço foram sistematizados por meio da plataforma *Google Forms*, e nesse processo, foram atribuídos códigos de identificação exclusivos de forma a permitir o controle interno sem possibilitar a identificação pessoal por parte de terceiros. Dados não essenciais para a análise pretendida foram anulados.

Os documentos foram revisados consistentemente, a fim de evitar possíveis inconsistências ou repetições de dados. A necessidade de múltiplas revisões também se deu em razão do encaminhamento contínuo de homens autores de violência ao Serviço via Poder Judiciário, demandando atualizações semanais ou em intervalos menores, quando necessário.

Os dados coletados dos formulários correspondem a um período de 2 anos e 2 meses, isto é, de julho de 2023 - início do Serviço - até setembro de 2025, quando a coleta foi encerrada para viabilizar a sistematização e análise das informações obtidas que reúnem os dados de participantes que concluíram todos os processos do Serviço, que foram dispensados ou desistiram. Os dados pertinentes aos integrantes com participação em andamento ou não-iniciados até o momento de encerramento da coleta foram desconsiderados, tendo em vista que as categorias e status de participação poderiam ser alteradas ao longo da intervenção, afetando a organização e análise precisa das informações.

1.5.2 Análise dos dados documentais

Após a transcrição, organização e enumeração das fichas de acolhimento e desligamento, as variáveis relevantes (como idade, raça/cor, naturalidade, entre outras) foram dispostas em tópicos distintos e subcategorizadas de acordo com as opções disponíveis para preenchimento nas fichas de acolhimento e desligamento ou com base em critérios estabelecidos a fim de auxiliar na análise comparativa de determinados dados.

Por exemplo, para o tópico pertinente à idade, foram atribuídas as categorias “Entre 18 e 25 anos; Entre 26 e 35 anos; Entre 36 e 45 anos; Entre 46 e 55 anos; Entre 55 e 60 anos; Acima de 60 anos”, e as informações de cada participante foi classificada de acordo com as faixas etárias correspondentes. Acerca das questões associadas às violências ou sentimentos/pensamentos frente a tais situações, houve a possibilidade que os participantes fossem classificados em mais de uma categoria. As demais variáveis e dados dos participantes também foram organizados de formas semelhantes.

Posteriormente, os dados obtidos em cada uma destas categorias foram inseridos no *GoogleForms*. Os resultados obtidos foram automaticamente inseridos em uma planilha, e na mesma plataforma foram convertidos em porcentagem e representados graficamente.

1.6 Sobre as entrevistas

1.6.1 Coleta de dados

Para a coleta de dados narrativos, utilizei como método entrevistas semiestruturadas (Apêndice B), possibilitando a intervenção e direcionamento por parte dos participantes. A escolha da entrevista enquanto técnica deu-se por caracterizar-se como uma comunicação estruturada no verbo que enfatiza a importância da linguagem e dos significados presentes na fala, como explicitado por Neto (2002). Considerando-se o caráter semiestruturado das entrevistas, não foi definido um número máximo de encontros. A quantidade foi estabelecida a partir das demandas e possibilidades físicas, psicológicas, intelectuais ou de deslocamento dos participantes. A fim de preservar o bem-estar dos participantes, as entrevistas tiveram duração máxima de uma hora, sendo suscetíveis a alterações tendo em vista as condições citadas acima.

No início de cada ciclo de grupos, os participantes foram informados sobre a presença de pesquisadoras e sobre a proposta de serem produzidas, posteriormente, pesquisas sobre o Serviço e suas vivências enquanto homens e participantes de um processo interventivo pioneiro no município. Tendo em vista que os participantes chegam ao Serviço inseguros, desconfiados

e com sentimentos de raiva e frustração, bem como não é possível identificar inicialmente se estes cumprem com os critérios estabelecidos para participação na pesquisa, o convite se deu somente após algum tempo de participação nos grupos, quando já haviam compreendido a dinâmica e estabelecido vínculo com a equipe.

Assim, aqueles cujo perfil se alinhava com os critérios de inclusão foram convidados a participar da pesquisa, apresentados aos objetivos, justificativas e procedimentos de participação, bem como ao Termo de Consentimento. Tratando-se de um estudo qualitativo, este não foi estruturado em um número pré-determinado de participantes. Ao longo do trabalho de campo, nove homens aceitaram integrar a pesquisa.

A participação nas entrevistas ocorreu mediante aceite e, posteriormente, assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A). Este documento visou garantir a integridade e o cuidado ético em relação às informações e aos participantes, afirmando o compromisso de uso e produção de dados de maneira fidedigna. O TCLE apresentou aos participantes os objetivos e as etapas de desenvolvimento da pesquisa, possíveis prejuízos, benefícios e condições do processo (ANPEd, 2019). Além disso, assegurou o caráter voluntário de participação na pesquisa, bem como o direito à recusa de participação ou retirada do consentimento em qualquer momento.

É importante pontuar que as entrevistas foram registradas com auxílio de dispositivo de áudio e posteriormente transcritas. A escolha da gravação em áudio para as entrevistas visou otimizar o tempo e foi realizada com o auxílio de aparelho smartphone particular. A gravação e a documentação somente foram efetuadas mediante autorização explícita do participante, resguardando o direito de recusar ou interromper a qualquer momento, conforme descrição no TCLE. A fim de assegurar a proteção das informações obtidas, os dados foram armazenados em pastas com chave de segurança e acesso restrito, não constando a identificação dos participantes, adotando-se formas alternativas de identificação, como códigos específicos representados por numeração ou pelo uso de nomes fictícios, conforme a decisão de cada participante.

Referente à transcrição na íntegra dos relatos dos participantes, esta se deu de forma manuscrita, a fim de assegurar a precisão no processo de tratamento dos dados. Além disso, enquanto pesquisadora, a transcrição permitiu maior proximidade e possibilidades de análises das informações obtidas. Para além de um aspecto técnico, a transcrição das palavras faladas consistiu na apreensão e forma do que foi dito, e constituiu-se enquanto processo interpretativo,

seletivo, teórico, representativo e permeado por significados (Azevedo *et al.*, 2017), deste modo, não se tratou de um procedimento neutro.

A fim de garantir o bem-estar dos participantes, foi adotado um processo empático de escuta, que implicou em promover abertura para captar e perceber os significados e perspectivas desenvolvidas pelo outro (Fátima *et al.*, 2006), compreendendo que os valores e valorações apresentados nas falas dos participantes foram mediadores da compreensão e explicação dos sentidos às suas práticas sociais (Weber, 2022).

1.6.2 Análise dos dados narrativos

A análise dos dados das entrevistas foi elaborada utilizando o método dos mapas dialógicos, desenvolvido por Mary Jane Spink (2013). Este método envolve três momentos distintos:

1. Transcrição integral das entrevistas: Nesta etapa inicial, todas as entrevistas foram transcritas na íntegra, preservando fielmente o conteúdo verbal e não-verbal das interações. Isso inclui pausas, hesitações, ênfases e outras nuances da fala que fossem relevantes para a análise.

2. Transcrição sequencial: Após a transcrição integral, foi realizada a transcrição sequencial. Nesta fase, o texto foi organizado em colunas, mantendo a sequência das falas. Esta etapa objetivou facilitar a identificação de padrões discursivos e a forma como diferentes temas se interconectam no discurso dos participantes, como no exemplo abaixo:

Quadro I - Exemplo de parte de transcrição sequencial: Luciano

Interlocutores	Transcrição sequencial	Temas
EM	Pergunta o que significa ser homem para o participante.	
LU	Relata o desafio de ser homem. <i>Hoje? (pausa) É uma pergunta... não machista mas... ser homem hoje tá difícil, hein? Que nem... muitos... a gente é justificado e denunciado por poucas coisas... então ser homem hoje não tá fácil não, tem que enfrentar muitas coisas, muitas leis que às vezes é abusiva pro nosso lado... eu acho... ser homem hoje... tá mais difícil que ser mulher.</i>	Masculinidade sob tensão; entendimento de injustiça legal

EM	Pede que ele explique o que faz com que se sinta homem.	
LU	Relata dificuldade em descrever. <i>Eu me sinto homem, não sei nem como te responder, eu me sinto homem e 'cabô', é a resposta que eu sei dizer.</i>	Masculinidade sentida como identidade inata
EM	Retoma a infância, pergunta como era definido o “ser homem” na criação recebida.	
LU	Descreve o saber aprendido. <i>Quando eu era pequeno pra ser homem meus pais sempre falavam que tinha que ser trabalhador, ser respeitoso com a família, 'tendeu'? Honrar o pai e a mãe... Tem que ser um homem bom na sociedade, 'essas' parte.</i>	Herança paterna de masculinidade tradicional

3. Elaboração dos mapas dialógicos: Na etapa final, foram construídos os mapas dialógicos propriamente ditos. Estes mapas se referem a representações visuais que organizam os conteúdos das entrevistas de acordo com as temáticas que foram desenvolvidas ao longo do texto analítico. Nesta fase, as falas foram reorganizadas em torno de temas emergentes, sendo estes, “compreensões sobre masculinidade”, “compreensões sobre família”, “compreensões sobre violência” e “outros”, permitindo uma análise mais aprofundada das práticas discursivas e dos repertórios interpretativos utilizados pelos participantes, como no exemplo a seguir:

Quadro II - Exemplo de um trecho de mapa dialógico: Vanderlei

Compreensões sobre masculinidade	Compreensões sobre família	Compreensões sobre violências	Outros
EN: <i>O que significa ser homem pra você?</i>			
VA: <i>Na verdade... é... vamos dizer no mundo atual, né? É um desafio. É um desafio ser homem,</i>			
<i>é um desafio ser pai de família, é... um desafio viver como separado,</i>			

*como divorciado, como
queira.*

*Até porque hoje, com
todas essas... essas
evoluções de leis, de
proteção,
principalmente à
mulher é... nós
homens, não que a
gente queira ser livre e
fazer o que... o que vem
na cabeça e... ser
irresponsável. Mas...
tá sendo um desafio
porque a gente tá
vendo aquela coisa que
as mulheres sempre
pediram que é a
igualdade, né? E... e
essa questão da
igualdade eu acho que
é bom, que é essencial
mas ela tem limite, né?
Teria que ter limite...*

*e hoje tá se perdendo a
referência de homem e
mulher, é... então
assim,*

*tá se perdendo a
referência de família,
até também... como
escolha e opção sexual
de cada um, tá se
perdendo muito,
porque hoje as
crianças 'tão
acostumado' a ver
tudo, né?*

*Então... tão
escandaloso assim e
banal que hoje as
crianças 'tão'
perdendo essa
referência,
principalmente os
meninos tão- tão
crescendo*

*nas escolas, nas
faculdades,*

			<p><i>principalmente as faculdades federais, né? Aonde se tem uma política de liberdade maior... e... nem sei se, politicamente falando talvez de esquerda de...</i></p>
--	--	--	--

mas é isso aí, esse é o grande desafio. O homem se manter como homem.

Os mapas de associação de ideias têm o objetivo de sistematizar o processo de análise das práticas discursivas, de modo que pudessem ser identificados os aspectos formais da construção linguística, dos repertórios utilizados e dialogias embutidas nos sentidos produzidos. A construção de mapas, enquanto parte do processo metodológico de análise dos dados, constitui-se como instrumento de visualização que propicia subsídios para o processo de interpretação e dos passos subjacentes (Spink; Lima, 2013).

Durante a elaboração dos mapas, foram definidas categorias gerais que refletem os objetivos da pesquisa. Os temas resultantes das entrevistas foram organizados a partir dessas categorias, preservando o contexto original dos relatos. É importante ressaltar que este processo é interativo e flexível, permitindo a redefinição dos temas conforme a análise progride, visando uma maior aproximação com os sentidos percebidos como centrais para a pesquisa.

A análise a partir dos mapas dialógicos propicia uma sensibilização para a existência de múltiplas modalidades de diálogos, facilitando a identificação de estratégias de fala como narrativas, argumentações e depoimentos. Isso possibilita uma compreensão mais profunda de como diferentes perguntas ou situações suscitam determinados tipos de respostas ou processos de negociação de sentido.

Por fim, a análise pretendeu integrar todos os dados obtidos, buscando compreender as dinâmicas familiares e as perspectivas dos diferentes participantes da pesquisa em relação às temáticas pertinentes às masculinidades, violências e relações familiares.

1.7. Considerações éticas

A postura ética adotada parte de seu aspecto dialógico e relativo, entendendo-a enquanto algo construído coletivamente, negociado por meio das interações humanas e passível de ressignificações, atribuindo enfoque ao processo de definição dos valores e normas de conduta.

Deste modo, tanto a ética quanto a pesquisa são percebidas enquanto práticas sociais permeadas por questões político-culturais, morais, teóricas e de poder (Cordeiro *et al.*, 2014) e, portanto, não-neutras. Portanto, adotamos tais princípios norteadores, pautados na intersubjetividade e reflexividade enquanto recursos de rigor metodológico, bem como na Resolução 466/2012 e a Resolução 510/2016.

O TCLE foi elaborado conforme a Resolução CNS n°. 510/2016 integrando os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, as medidas para sanar riscos e garantir a proteção e o sigilo dos dados, e o anonimato das identidades (como escolha dos participantes), o caráter voluntário da pesquisa, enfatizando a autonomia do participante para recusar o convite ou de encerrar a participação em qualquer momento da pesquisa, sem implicações decorrentes de tal decisão. Embora os participantes da pesquisa estivessem vinculados ao cumprimento de medida judicial, não se configuraram dilemas éticos nesse sentido, uma vez que a pesquisa contou com a anuência formal da juíza responsável pela Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, registrada em carta de anuência (Anexo D) e também com a autorização dos próprios participantes, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A).

Por fim, a conduta ética reforçou a necessidade de atenção e responsabilidade em relação aos limites dos participantes, dos relatos, dos significados e sentidos que estes atribuíram às suas vivências e dos afetamentos que foram produzidos em suas subjetividades. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) via Plataforma Brasil, sob o número 84753324.2.0000.0126 (Anexo A).

REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de favorecer maior sistematização das referências mobilizadas, a discussão teórica foi organizada em quatro eixos analíticos interdependentes. O eixo 2 trata do construcionismo social, seus fundamentos epistemológicos, pressupostos e princípios, enfatizando o papel da linguagem na constituição das realidades sociais. O eixo 3 dedica-se à compreensão do discurso como prática social e à discussão sobre a temporalidade do discurso, considerando suas implicações para os processos de produção de sentidos. O eixo 4 aborda gênero, masculinidades e violências, discutindo o gênero como categoria de análise e de produção social-discursiva, as perspectivas pós-estruturalistas sobre gênero, as hierarquias e performatividades das masculinidades, as interfaces entre a construção social das masculinidades e a violência, além das dimensões relacionadas às violências, à família e à intergeracionalidade. Por fim, o eixo 5 trata dos Serviços Reflexivos para Homens Autores de Violência, discutindo seu histórico e desenvolvimento, as limitações, princípios e metodologias que os orientam, bem como os alicerces do trabalho crítico-reflexivo. Essa organização objetiva explicitar conexões entre os referenciais e facilitar a visualização das categorias centrais que fundamentam a análise.

2. CONSTRUCIONISMO SOCIAL: FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

2.1 Pressupostos e princípios

O construcionismo social é fruto direto de uma série de transformações epistemológicas que revolucionaram as ciências humanas e sociais. Esta abordagem emergiu como resposta às incertezas que desafiam a objetividade e racionalidade científica tradicional, propondo uma compreensão da realidade como construção social mediada pela linguagem. Ao invés de considerar o conhecimento como reflexo de uma realidade independente, o construcionismo o entende como produto de práticas sociais e linguísticas historicamente situadas (Cordeiro *et al.*, 2023).

É fundamental compreender que não existe uma versão única do construcionismo, mas sim um movimento aberto e fluido, composto por contribuições de diferentes comunidades acadêmicas. Spink e Frezza (1999) identificam três principais influências que suscitaram o desenvolvimento das correntes construcionistas: as reflexões críticas ao representacionismo na filosofia, a retórica da verdade na sociologia do conhecimento e a busca do empoderamento de grupos marginalizados na política. Complementarmente, Gergen (1994) sugere que o construcionismo deriva das críticas ideológica, social e retórico-literária presentes nas ciências humanas, referindo-se respectivamente à forma como conjuntos de ideias e valores determinam os conhecimentos, ao modo como estes são produzidos nas relações cotidianas entre pesquisadores, e à maneira como as descrições científicas empregam uma retórica específica para garantir objetividade e verdade.

Numa perspectiva histórica mais ampla, Ibáñez (2003) situa as noções construcionistas como emergentes da crise da psicologia social, sendo sua integração favorecida pelas propostas foucaultianas, pelo giro linguístico, pelo pós-estruturalismo e demais abordagens pós-modernas. A complexidade na origem do construcionismo social reflete a multiplicidade de perspectivas que propiciam diferentes formulações sobre os processos de construção do conhecimento, como apontam Cordeiro *et al.* (2023).

Esta diversidade resultou em várias vertentes do movimento construcionista. Shotter (1993), por exemplo, destacou a vivacidade das relações interpessoais por meio do “construcionismo responsivo retórico”, “relacional” e “social ontológico”. McNamee e Hosking (2012) desenvolveram o “construcionismo relacional” para evidenciar os processos que constroem realidades relacionais. Danziger (1997) diferenciou o construcionismo em *dark*, voltado a aspectos não-discursivos, e *light*, focado em elementos discursivos e microssociais.

Zuriff (1998) propôs o “construcionismo empírico” e o “metafísico”, refletindo sobre a relação entre mundo natural e construído. Além disso, Hacking (1999) também apresentou sete tipos de compromisso com a transformação social pertinentes ao construcionismo: o histórico, irônico, reformista, desmascarador, rebelde e revolucionário, cada um com uma forma de compreender e atuar sobre os processos sociais. Com isso em vista, Cordeiro *et al.* (2023) destacam que, ao abordar o construcionismo, é necessário explicitar qual abordagem está sendo referenciada.

Acerca dos debates ontológicos no construcionismo, estes se dividem em duas principais perspectivas: realista e antirrealista. Na concepção realista, a realidade existe independentemente dos sujeitos, enquanto na perspectiva antirrealista, predominante no construcionismo, a realidade existe somente quando concebida por um sujeito concreto. (Cordeiro *et al.*, 2023). Na perspectiva antirrealista, a realidade é entendida como uma forma específica de ser, com conteúdos e estruturas específicas, negando que a forma do ser seja inerente e livre de interferências. Os antirrealistas argumentam que são os sujeitos que definem e organizam o mundo, ainda que de forma não-arbitrária, direcionados por determinações biológicas e sócio-histórico-culturais (Ibáñez, 2001a).

É importante ressaltar que, embora os sujeitos sejam produtores da realidade, não estão acima das configurações dela, pois são seres relacionais inseridos em tradições e contextos específicos. Portanto, o construcionismo propõe abandonar a divisão ontológica rígida, assumindo a codependência entre ser e realidade na qual os fenômenos sociais não são produtos fixos, mas permanecem em constante reorganização com base na dimensão social, histórica e discursiva (Ibáñez, 2001b).

2.2 O papel da linguagem

A linguagem ocupa posição central no construcionismo social, não porque a realidade seja puramente linguística, mas porque a linguagem é fundamental nos processos que a compõem. Esta centralidade deriva do chamado “giro linguístico” na filosofia, que representou uma mudança paradigmática transcendendo a mera ênfase na importância da linguagem. Como explica Ibáñez (2006), esta virada permitiu traçar novos direcionamentos sobre a natureza do conhecimento, reformular o conceito de realidade e desenvolver novas bases metodológicas de pesquisa. O giro linguístico promoveu um deslocamento fundamental dos estudos das ideias para o estudo de enunciados linguísticos, baseado no princípio de que “se a linguagem

representa a realidade, então sua análise pode nos informar sobre a natureza da realidade” (Ibáñez, 2006, p. 14). Esta mudança substituiu a relação “ideias/mundo” pela relação “linguagem/mundo” e promoveu a transição do privado e inobservável pelo público e manifesto.

Após o declínio da busca por uma linguagem ideal, a atenção voltou-se à linguagem cotidiana. Wittgenstein (1999) foi fundamental nesta transição, argumentando que o significado das palavras corresponde ao seu uso em práticas sociais específicas, denominadas “jogos de linguagem”. Assim, os filósofos de Oxford superaram a função meramente descritiva da linguagem, introduzindo o conceito de “atos de fala”, que são enunciados que produzem modificações na realidade, estabelecendo a linguagem como instrumento ativo da produção de fenômenos. O impacto desta virada linguística manifestou-se em quatro principais linhas: crítica ao representacionismo, reconhecimento da linguagem como ação e construção da realidade, compreensão da relação entre linguagem e poder, e reconhecimento do impacto da linguagem nas relações sociais.

No contexto brasileiro, Mary Jane Spink se destaca como uma das principais responsáveis pela introdução e disseminação da abordagem construcionista social, sobretudo no campo da Psicologia Social (Cordeiro *et al.*, 2023). Para a autora, a realidade é produto das práticas construídas socialmente, compreensão que rompe com teorias representacionais da realidade e do ser humano. A linguagem, nesse contexto, possui um papel fundamental. Spink descreve essa relevância a partir do conceito de linguagem em uso, que ultrapassa o caráter descritivo e é tida como prática social ativa, a qual constrói sentidos, significados, estrutura relações, subjetividades e as versões de mundo produzidas discursivamente no cotidiano (Spink, 2013).

Assim, os processos que envolvem as relações sociais e as construções de sentidos não se referem a processos meramente internos e individuais ou ainda, reproduções de padrões predeterminados, mas estão associados a atividades dialógicas complexas, marcadas pelo tempo e contexto, que dependem de posicionamentos discursivos disponíveis e assumidos nas interações sociais, que implica pensar nas dinâmicas e instituições sócio-político-culturais que sustentam determinadas práticas.

3. O DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

Referente à perspectiva discursiva, Spink e Frezza (2013) descrevem que o interesse no discurso como conteúdo de análise, emergiu do foco na linguagem como constitutiva do poder. As autoras descrevem, com base nas contribuições de Potter e Wetherell (1987), que a análise do discurso dá ênfase em três conteúdos, sendo estes a função, construção e variação, os quais se referem, respectivamente, ao discurso tomado como ação, ao uso dos recursos linguísticos preexistentes e a consequência da função e a construção.

As práticas discursivas, por sua vez, são descritas como aspecto central de análise na perspectiva construcionista e integram uma multiplicidade de produções sociais como ações, seleções, linguagens, contextos e escolhas que fundamentam a compreensão da produção de sentido no cotidiano.

Para Spink e Medrado (2013), o sentido corresponde a um empreendimento coletivo e interativo a partir do qual as pessoas constroem as expressões que as permite lidar e apreender os fenômenos e situações que perpassam suas vivências. Deste modo, a produção de sentido corresponde a uma atividade interindividual, dialógica, social e que requer a linguagem em uso. Trata-se de um fenômeno sociolinguístico que intenta conceber as narrativas, argumentações, conversas e outros aspectos que compõem as práticas discursivas, bem como os repertórios utilizados para formulá-las.

Ao versar sobre o conceito de práticas discursivas, Spink e Medrado (2013) adotam a concepção de linguagem como prática social e a partir disso, articulam os aspectos performáticos da linguagem e as condições de produção - contexto social, interacional de construção histórica. Para tanto, os autores sinalizam a distinção entre discurso e práticas discursivas.

O discurso diz respeito às regularidades linguísticas, ou seja, ao seu uso institucionalizado, processo este que se dá nas dimensões macro dos sistemas políticos e disciplinares e em níveis mais restritos de grupos sociais. Os autores afirmam que diferentes estruturas de poder possuem discursos específicos, e tornando-se institucionalizados, tendem a se manter sem alterações significativas, ainda que a mudança de contexto histórico possa acarretar transformações expressivas nos discursos.

Pertinente ao discurso institucionalizado, Davies e Harré (1990) descrevem que a ordem de muitas produções humanas, inclusive as dialógicas, são consequências de regras e convenções que existem independentemente daquilo que é produzido. A fim de discutir essa

relação, os autores assumem as regras como formulações explícitas da ordem normativa intrínseca nas produções humanas concretas, como as interações em cenários e interlocutores específicos. Davies e Harré (1990) afirmam que tais formulações são propriamente um tipo característico de discurso que adquire suas funcionalidades e objetivos sociais.

Segundo a visão adotada, as similaridades entre variados diálogos/discursos devem ser explicadas apenas pela via do passado, ou seja, ao que concretamente se deu antes e as memórias elaboradas a partir disso, que compõem recursos subjetivos e culturais para a construção do momento presente. Assim, as conversações correntes são moldadas por conversações antecedentes. Outro conceito apresentado por Davies e Harré (1990) corresponde ao posicionamento, que integra o conjunto de aspectos que organizam e propiciam a repetição dos discursos. Trata-se de um fenômeno conversacional.

A conversação é interpretada como uma ação conjunta na qual os participantes tornam ou tentam tornar suas próprias ações e de outrem socialmente determináveis. Um ato de fala pode se tornar determinado à medida que é tomado como tal por todos os participantes de uma conversa, deste modo, o que foi dito é transformado e evolui em consonância com o desenvolvimento da conversação. Assim, o significado do que foi dito será apresentado com base na posição dos interlocutores, que também configura um produto da força social que uma ação de conversa busca 'ter'.

É nesse sentido que um discurso passa a ser interpretado como um uso institucionalizado da linguagem e de sistemas de sinais semelhantes. Além disso, Davies e Harré (1990) apontam que discursos distintos e/ou opostos acerca de um mesmo fenômeno podem produzir efeitos simultaneamente em uma mesma conjuntura histórica. Como exemplo, utiliza-se o estudo de Frazer (1989) acerca dos discursos de classe, raça e gênero. Frazer aponta, como resultado de sua análise, que os discursos utilizados para pensar e compreender a realidade, principalmente sob marcadores como os mencionados, partem das posições e categorias disponíveis a cada interlocutor. A autora enfatiza que isso não significa que as pessoas estão submetidas permanentemente aos seus papéis ou experiências, bem como não há um discurso único para cada produção social, mas que os discursos são distintos devido às categorias discursivamente disponíveis e às relações de poder que as envolvem.

Portanto, ao falar ou agir a partir de uma posição situada, o interlocutor traz intrinsecamente sua narrativa subjetiva, composta por múltiplas posições e diferentes formas de discurso. Deste modo, Davies e Harré (1990) conceituam o posicionamento como um processo discursivo pelo qual os sujeitos são situados nas interações as quais participam

“observavelmente e subjetivamente coerentes em narrativas produzidas conjuntamente” (p. 48), havendo dois tipos de posicionamentos, o interativo e o reflexivo.

O primeiro corresponde às conversações nas quais o que uma pessoa diz posiciona a outra, e o segundo se refere ao qual uma pessoa se posiciona. Em todo caso, nenhum posicionamento é necessariamente intencional. A identificação dessas posições se dá por meio dos diálogos, nos quais elementos subjetivos são apresentados e cada interlocutor revela como concebe a si e os demais, indicando quais posições ocupam e em quais narrativas. Tendo isso em vista, os discursos assemelham-se à ideia de linguagens sociais (Bakhtin, 1986), ou seja, discursos característicos à uma categoria da sociedade, situados contextual e historicamente.

O contexto, nesse sentido, delinea a forma e o estilo dos enunciados, denominados gêneros de fala. Os gêneros de fala ou gêneros discursivos consistem em estruturas relativamente estáveis de enunciados que orientam a produção e a interpretação da fala, adaptando-se à situação, ao tempo histórico, à funcionalidade da interação e às pessoas com as quais a comunicação ocorre. Bakhtin (1986) descreve os gêneros de fala a partir de duas categorias, primários - gêneros de fala simples que emergem na dialogicidade cotidiana, são espontâneos e informais - e secundários - tidos como gêneros de fala com maior complexidade e elaboração, surgindo em contextos mais formais/institucionais.

No entanto, elementos pertinentes aos gêneros primários são incorporados aos secundários mas em uma outra estrutura discursiva. Assim, como apontado anteriormente por outros autores, Bakhtin (1986) apreende a linguagem como ausente de neutralidade e individualidade, perpassada e organizada a partir das relações e instituições sociais. Portanto, os gêneros de fala refletem tais ordenações e ainda que dotados de uma certa estabilidade, aspecto que propicia as reproduções e reconhecimento de determinados enunciados, também são passíveis de alterações resultantes de mudanças sociais.

Além disso, coloca-se ênfase na enunciação como responsiva, ou seja, vinculada à discursos anteriores ao passo que também prenuncia respostas posteriores. Deste modo, não se trata somente de estruturas linguísticas, mas de formas interativas e dialógicas de produzir discursos, ainda que orientadas por padrões específicos.

Com base nisso, Spink e Medrado (2013) ressaltam a existência e indispensabilidade das prescrições e regras linguísticas situadas. Todavia, ainda que o discurso enquanto conceito sugira uma estrutura de reprodução social calcada em regularidades, a diversidade e não-linearidade dos discursos também são consideradas. Ao pensar o discurso, assim sendo, elege-se o enfoque a ser interpretado, produzindo-se objetos distintos. Em suma, os conceitos de

discurso, linguagem social e gêneros de fala destacam as práticas, convenções e padrões gerados por meio dos processos de institucionalização. As práticas discursivas, contudo, enfocam os momentos da linguagem-ação, em que há ruptura, ressignificação e produção de sentido que operam na contramão do habitual.

Deste modo, as práticas discursivas são definidas como as maneiras pelas quais as pessoas produzem sentidos e adotam posicionamentos nas interações sociais cotidianas e são constituídas pela dinâmica, formas - que representam os gêneros discursivos - e conteúdos. A dinâmica corresponde aos enunciados direcionados por vozes, conceitos presentes na perspectiva bakhtiniana. A voz é um dos termos centrais do pensamento bakhtiniano e permite definir a polifonia da palavra. Seu sentido é, sobretudo, de ordem metafórica.

O conceito de vozes é tido como a memória semântico-social colocada na palavra, ultrapassando o aspecto de emissão vocal sonora. As vozes estão relacionadas às opiniões, pontos de vista e posturas éticas e ideológicas que aparecem unificadas pela produção dinâmica dos sentidos, que são produzidos e perpetuados pelas vozes personalizadas e permanecem em troca contínua com as demais vozes (Bakhtin, 1979). De acordo com Bakhtin (1979) a realidade está permeada por múltiplas vozes que atuam como construtoras dos sentidos das enunciações, e para produzir novos sentidos, é requerido o envolvimento entre duas ou mais vozes - ainda que distanciadas - em um processo de compreensão acerca do que foi dito antes, e do que poderá ser dito posteriormente.

A voz configura, portanto, a fonte de um sentido personalizado no qual há primeiro uma pessoa e o sentido é permanentemente produzido por meio do ato-resposta, alterando-se no decorrer do tempo à medida em que é recuperado por outros interlocutores. Além disso, cada voz possui uma raiz espaço-temporal que a caracteriza como única, bem como possui intrinsecamente uma ideologia que a identifica, compreendendo diálogos e negociações que se não na produção de um enunciado.

Spink e Medrado (2013) ressaltam que os enunciados constituem uma unidade do ato de comunicação, representam um encadeamento complexamente organizado. Assim, ao elaborar um enunciado, são utilizados sistemas de linguagens e enunciações antecedentes, e o interlocutor se posiciona em relação a ele. Em linhas gerais, nas interações cotidianas, o sentido é proveniente do uso dos repertórios interpretativos disponíveis.

Potter e Wetherell (1987) apresentam o conceito de repertórios interpretativos como sistemas recorrentes de termos que são empregados para descrever e classificar ações, eventos e outros fenômenos. Um repertório é, portanto, constituído por um conjunto limitado de termos

utilizados em construções estilísticas e gramaticais específicas e é também organizado em torno de metáforas e figuras de linguagem. Os autores apontam que os repertórios não são construídos como entidades inerentemente vinculadas a grupos sociais, de modo que pessoas de grupos sociais distintos fazem uso dos repertórios disponíveis e por vezes, similares. Pertinente a isso, Potter e Wetherell (1987) afirmam que a relação entre grupos e repertórios constitui uma problemática, representada pela noção realista e descontextualizada muitas vezes assumida acerca do pertencimento a um grupo.

O pertencimento à um grupo ou categoria se trata de um fenômeno ocasional, não significa, no entanto, que as pessoas possam deliberadamente pertencer a outros grupos ou categorias, afinal parte do que constitui o ato de pertencer é produto circunstancial de outras pessoas e de arranjos institucionais mais amplos, do mesmo modo que as categorias propriamente ditas também são provenientes de construções sociais.

Em suma, os autores salientam que na análise do discurso os grupos e a maneira como estes são construídos no decorrer das narrativas configuram um campo de pesquisa específico. E nesse tipo de análise, conciliar, unificar ou homogeneizar o uso dos repertórios não se faz necessário, tendo em vista a variabilidade subjetiva dos sujeitos e dos repertórios que (re)produzem.

A funcionalidade dos repertórios interpretativos está em propiciar o desempenho de diferentes tipos de ações no discurso. Deste modo, mediante o dinamismo e mutabilidade contínua das situações cotidianas, as pessoas recorrem a repertórios diversos a fim de se adaptarem às demandas vigentes. Dessa perspectiva teórica, espera-se exatamente a variabilidade e a polissemia em vez do consenso. A consistência, todavia, também se faz relevante na análise discursiva, pois torna possível identificar as circunstâncias nas quais as pessoas fazem uso de repertórios distintos.

No entanto, em situações diferentes, não necessariamente as pessoas produzem ou utilizam os mesmos repertórios (Potter; Wetherell, 1987). Spink e Medrado (2013) apontam que perceber as práticas discursivas como polissêmicas não implica negar a existência de tendências à hegemonia tampouco pressupor que diferentes sentidos produzidos possuem a mesma influência ou capacidade de acarretar mudanças.

Entretanto, a polissemia característica da linguagem permite a transição entre múltiplos contextos e vivências. A partir disso, pensar as produções de sentidos demanda aprofundar os contextos históricos e temporal nos quais os sentidos foram produzidos. Desta forma, os autores sugerem integrar à análise do uso dos repertórios interpretativos nas práticas discursivas

cotidianas, uma perspectiva orientada pelo tempo. Compreender o sentido como um aspecto situacional estabelece o diálogo permanente entre sentidos novos e antigos, estendendo-se ao longo do tempo de maneira ilimitada. Assim, ainda que temporalmente distantes, os sentidos elaborados em circunstâncias pregressas não são estáveis e podem assumir outros significados e representações

3.1 A temporalidade do discurso

O tempo longo sob a interpretação construcionista e discursiva, refere-se à esfera da construção social das produções culturais que constituem os discursos de um determinado período histórico. Trata-se do tempo que permite compreender os repertórios disponíveis em diferentes épocas, que foram forjados pelas circunstâncias vigentes em outros contextos e que concebem as vozes que precedem e permeiam os enunciados atuais. Spink e Medrado (2013) o descrevem como o tempo que constitui o espaço dos conhecimentos que foram elaborados e retomados sob outros pontos de vista a partir de campos de saber diversos, como as ciências, religiões e interpretações do senso comum.

Tais conhecimentos, ainda que pertencentes a outra dimensão temporal-histórica-cultural, permanecem manifestos a partir do processo de reprodução social, que se dá por instituições, normas e padrões. Assim, narrativas passadas não correspondem a conteúdos fundados, mas às “construções que alimentam, definem e ampliam os repertórios de que dispomos para produzir sentido” (Spink; Medrado, 2013, p. 32).

O tempo vivido é classificado como a resignificação das produções históricas antecedentes por meio dos processos de socialização primária e secundária. A socialização primária é definida por Berger e Luckmann (1985) como a primeira socialização das pessoas, experimentada ainda na infância e a qual as designa como membros de uma sociedade. Corresponde ao contato inicial com uma determinada estrutura social e seus significativos, que por sua vez, são impostos. As definições que são apresentadas a um indivíduo a partir dos significativos preexistentes e se referem à sua situação no mundo, denominam-se como a realidade objetiva. Contudo, Berger e Luckmann enfatizam que as pessoas não nascem somente em uma estrutura social objetiva, mas em uma dimensão muito mais ampla, um mundo social objetivo.

A socialização secundária, nesse sentido, é definida como o processo de interiorização de ‘submundos’ institucionais ou fundamentados em instituições, trata-se da aprendizagem de

funções específicas e vocabulários provenientes destas (Berger; Luckmann, 1985). Os autores descrevem os submundos como realidades parciais que diferem das do mundo inicialmente apresentado. Além disso, os processos que constituem a socialização secundária são estabelecidos a partir do pressuposto de que há uma personalidade formada e um mundo já interiorizado, resultando em uma problemática tendo em vista que os aspectos pertinentes à socialização primária tendem a permanecer.

Diferentes nuances são apreendidas na transição da socialização primária para a secundária, como a multiplicidade de mundos existentes e o caráter situado do mundo que fora apresentado e as representações atribuídas a este. E é na socialização secundária que a conjuntura institucional se torna notável. O papel da identificação também se torna menos relevante, de modo que para adquirir novos conhecimentos e apreendê-los como realidade, são requeridas “técnicas pedagógicas específicas” a fim de conferir interesse e importância aos elementos de outras realidades, como apontado por Berger e Luckmann (1985).

Em suma, ambas as socializações descrevem as vivências que integram a trajetória pessoal dos sujeitos em momentos distintos, ou seja, o tempo vivido. Por meio dos processos de socialização é que normas, significados e conhecimentos são transmitidos e internalizados cotidianamente, por meio das dinâmicas interacionais com outras pessoas e instituições, mediadas pela linguagem. Para Spink e Medrado (2013) é no tempo vivido que as linguagens sociais são aprendidas.

Em conclusão, o tempo curto é apresentado. Este se refere ao tempo da interanimação dialógica, o qual permite compreender como se dá a dinâmica de produção de sentidos. Deste modo, o tempo curto contempla a compreensão, a comunicação e a construção discursiva dos sujeitos e representa a concretude e interatividade da vida social. Além disso, no tempo curto é que se tornam existentes as possibilidades de combinação das vozes por meio das interações diretas. O tempo curto também é baseado na dialogia e na disputa de repertórios diversos que são empregados a fim de conferir sentido às vivências humanas (Spink; Medrado, 2013). A partir disso, emerge a necessidade de considerar as trocas entre esses tempos para que seja possível compreender as diversas maneiras como os discursos reverberam no meio social, principalmente em conceitos que moldam as subjetividades e experiências coletivas.

4. GÊNERO, MASCULINIDADES E VIOLÊNCIAS

4.1 Gênero como categoria de análise e produção social-discursiva

No cotidiano, o gênero aparece como um aspecto dado. As práticas e arranjos direcionados a partir da distinção entre homens e mulheres se apresentam de maneira tão familiar que são percebidos como naturais (Connell; Pearse, 2015). A compreensão dos gêneros pautada na naturalidade resulta de um esforço social expressivo que tem como objetivo nortear os comportamentos das pessoas. Assim, noções sobre quais comportamentos são apropriados a partir do ser-homem e ser-mulher são difundidas nas mais diversas instituições e reforçadas nas atitudes de todos os agentes sociais, perpassando, como exemplificam Connell e Pearse (2015), por legisladores até donos de pontas de estoque.

As autoras ressaltam que manifestações de grande magnitude marcadas estritamente pela distinção entre homens e mulheres e respectivamente, os papéis desempenhados, não são meramente consequências das ideias cotidianamente desenvolvidas acerca dos gêneros, mas que as influenciam e afetam diretamente.

Nesse sentido, a interpretação dos gêneros como características atribuídas e organizadas espontaneamente, ou seja, como um processo inerente da natureza humana se torna uma abordagem vulnerável. A noção de “tornar-se” mulher - ou homem - que alcançou amplitude nas reflexões de Beauvoir (1970) implicou, posteriormente, na localização do gênero como algo não-natural, mas deliberadamente e sistematicamente produzido.

Nesse sentido, o feminismo pós-estruturalista emerge como vertente que questiona efetivamente o caráter essencialista dos gêneros e as suas fronteiras duais e engessadas, acarretando, inclusive, na reformulação do conceito de identidade. A partir dessa perspectiva, o gênero é adotado como produto de uma construção social e todas as convenções e práticas derivadas desse conceito são elaboradas, primordialmente, na dimensão discursiva (Kendall; Tannen, 2015).

Os processos que estão vinculados ao gênero determinam condutas subjetivas e interpessoais que vão do simbólico ao concreto, interferindo diretamente no modo como as pessoas estabelecem e organizam relações e determinando a estrutura das instituições sociais. Assim, constitui-se como uma ideia com múltiplas particularidades, dentre as quais Nogueira (2001) destaca a construção de subjetividades, a elaboração das ordenações sociais e a criação de estruturas linguísticas que disciplinam e conduzem, sobretudo, a imaginação. A autora

afirma que o processo contínuo de fazer gênero recria, concomitantemente, a construção do mesmo a partir de diferentes olhares.

4.2 Perspectivas pós-estruturalistas sobre gênero

4.2.1 O gênero na perspectiva de Butler

Para Butler (2003), o gênero é interpretado como:

uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembléia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um telos normativo e definidor (Butler, 2003, p. 37)

Butler (2003) inicia a discussão com uma série de questionamentos e declara que, em algumas explicações, sugere-se algum determinismo de significados do gênero em que os corpos são tidos como ‘recipientes passivos’ de uma lei cultural intransigente e inevitável. A autora pontua que perceber o gênero a partir de uma abordagem caracterizada pela inflexibilidade o torna tão pré-determinado e imutável quanto a ótica biologicista, que, em casos como esses, apenas é alterada pela perspectiva cultural.

A partir do pensamento beauvoiriano, Butler (2003) retoma a noção do tornar-se mulher e enfatiza que nessa afirmação está implicada a ação de um agente que assume ou se apropria desse gênero e que poderia, inicialmente, até tornar-se outro. Com isso em vista, Butler insere uma problemática causada pela controvérsia presente na ideia de construção. Para a autora, tal controvérsia reside na polaridade entre livre-arbítrio e determinismo e complementa, “se o gênero ou o sexo são fixos ou livres, é função de um discurso que, como se irá sugerir, busca estabelecer certos limites à análise ou salvaguardar certos dogmas do humanismo como um pressuposto de qualquer análise do gênero” (p. 27).

Referente ao discurso, Butler (2003) afirma que os limites instaurados na análise discursiva do gênero inferem e determinam previamente quais formas o gênero poderá ser organizado e desempenhado na cultura, de modo que as demarcações analíticas fincam as linhas as quais as vivências condicionadas por meio dos discursos não podem ultrapassar, atuando sob configurações de gênero que sequer foram formuladas. Assim, as limitações que operam na dimensão do gênero são colocadas em consonância com as condições de um discurso cultural hegemônico, que, por sua vez, é fundamentado em um sistema binário que é tido como representação de uma linguagem da racionalidade universal, ou seja, como um princípio lógico

e objetivo independente da circunstância sociocultural. Introduce-se, dessa forma, o caráter coercitivo que perpassa e constitui o gênero, mesmo na dimensão do imaginário.

4.2.2 O gênero na perspectiva de Scott

A fim de situar o emergir do gênero como categoria de análise, Scott (1995) explora, a partir de teorias pós-estruturalistas, os processos históricos e discursivos que precederam a sua inserção como campo específico de estudo. A sua origem se dá em decorrência da necessidade em separar o entendimento sobre homens e mulheres da dimensão biológica atrelada ao conceito de sexo e ultrapassar o determinismo imbricado nessa noção. Para Scott essa distinção entre gênero e sexo deriva também da relevância em explorar o aspecto fundamentalmente social das diferenças entre homens e mulheres por meio da linguagem e enfatizar o caráter relacional das definições tidas como normativas.

Assim, o termo “gênero” se constitui como uma maneira de sinalizar a criação absolutamente social de noções sobre as funções apropriadas a serem desempenhadas por homens e mulheres, “trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. O gênero é, segundo esta definição, “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (Scott, 1995, p. 75). Portanto, ainda que falar de gênero possa abarcar o sexo, todo o sistema de relações que é apresentado a partir dessa categoria não é necessariamente determinado pelo sexo.

A introdução do gênero nos estudos sociais resultou na produção de diversas abordagens a fim de analisá-lo e Scott (1995) pontua que estas podem ser resumidas em três posições teóricas: a posição feminista, marcada pelo objetivo de explicar as origens do sistema patriarcal; a posição fundamentada na tradição marxista, vinculada com as críticas feministas; e por último, a posição parte pós-estruturalista e parte baseada nas teorias anglo-americanas de relação do objeto, orientada pelas escolas de psicanálise a fim de pensar a produção e reprodução da subjetividade do sujeito calcada no gênero. As distintas posições deram origem a novos desdobramentos dentro de suas próprias perspectivas, e segundo Scott, apresentaram questões a serem desenvolvidas.

Referente as teóricas do patriarcado, ainda que tenham questionado significativamente a desigualdade entre homens e mulheres, a relação com outras desigualdades não foi explorada. Além disso, a análise permaneceu estruturada na diferenciação física, pressupondo um significado universal, permanente e inerente fora de uma construção sociocultural. Acerca do

feminismo marxista, Scott (1995) pontua que encarar o gênero a partir de uma explicação materialista limitou ou ao menos atrasou a produção de novas linhas de análise.

Ambas as propostas de análise elaboradas nessa perspectiva teórica, uma correspondente ao conceito de sistemas duais (capitalismo e patriarcado) e outra fundamentada em discussões marxistas ortodoxas, mantiveram a explicação acerca das origens e transformações dos sistemas de gênero fora do debate sobre a divisão sexual do trabalho. Mesmo em estudos mais amplos, adotar o marxismo como referencial acarretou na ênfase demasiada dos fatores econômicos, não os relacionando com outros possíveis fatores determinantes na construção do sistema de gênero.

Deste modo, o conceito de gênero foi tratado como um subproduto de estruturas econômicas, não atribuindo-o uma condição de análise própria e independente. Pertinente à teoria psicanalítica, Scott (1995) sinaliza, inicialmente, uma distinção entre as escolas que se debruçaram sobre a questão da identidade associada ao gênero, sendo estas a escola anglo-americana (pautada nos termos das teorias de relação de objeto) e a escola francesa (estruturada em leituras freudianas e lacanianas, estruturalistas e pós-estruturalistas, no contexto das teorias da linguagem). Ambas, no entanto, focalizam as primeiras etapas do desenvolvimento, ainda que sob vieses distintos.

Para Scott, em relação à teoria de relações do objeto, a limitação reside no aspecto literalista que fundamenta a produção da identidade de gênero e a origem da transformação em estruturas de interação consideradas pequenas. Acerca da ótica pós-estruturalista e laciana, Scott pontua que há uma fixação exclusiva em questões associadas ao sujeito individual e uma tendência a adotar como dimensão central do gênero a diferenciação subjetivamente produzida entre homens e mulheres. Por fim, a autora afirma que a teoria é propensa a universalizar as categorias e relações entre o feminino e masculino.

4.2.3 O gênero na perspectiva de Louro

As críticas elaboradas a partir da interpretação de diferentes abordagens foram tomadas como base para o desenvolvimento de leituras mais amplas, multidisciplinares e relacionadas com outros aspectos como raça, classe e sexualidade. Assim sendo, o gênero desde a sua origem, para além de uma ferramenta analítica consiste, como enfatizado por Louro (1997), em uma ferramenta política.

Deste modo, o debate foi posicionado na dimensão social que é o lócus de produção das relações de gênero e é o campo no qual as justificativas para as desigualdades são passíveis de investigação, a partir de suas representações, ordenações, instituições e discursos. Louro (1997) ressalta que as reflexões contemporâneas objetivam produzir saberes ou suposições acerca do gênero de maneira contextualizada a fim de evitar generalizações ou o reforço de estereótipos. Ao pensá-lo como fenômeno social, portanto, torna-se imprescindível considerar as divergências e circunstâncias sociais e históricas que perpassam a análise. Nesse sentido, o conceito de gênero com produção situada em tempo e contexto específico ao ser empregado em conjunturas distintas passa por processos de resignificação e apropriação.

Uma das ideias decorrentes da diferenciação entre homens e mulheres, é que existem *papéis* específicos a serem exercidos por ambos em concordância com o gênero ao qual foram designados. Acerca disso, Louro (1997) enfatiza que tais papéis correspondem a padrões e regras arbitrariamente socialmente determinadas que ditam desde aspectos como a vestimenta, até as formas como as pessoas devem estabelecer as relações interpessoais.

Decorrente dessa aprendizagem, as pessoas devem conhecer como se portar de acordo com o contexto em que vivem e cumprir com essa expectativa, do contrário, tornam-se *dissidentes* (Preciado, 2023). Louro (1997) argumenta que se trata de uma concepção redutora e simplista, ao passo que desconsidera as múltiplas formas de vivenciar as mulheridades e masculinidades e minimiza a função das complexas redes de poder que constituem as hierarquias baseadas no gênero. No entanto, embora seja uma noção incapaz de contemplar as diversidades de gênero e estabelecer normas rígidas de conduta, os papéis são utilizados como guias instrutivos para a construção das subjetividades e performatividades.

4.3 Hierarquias e performatividade das masculinidades

4.3.1 As masculinidades

Ao escrever sobre as definições de masculinidade, Connell (2015) inicia apontando que todas as sociedades apresentam explicações culturais em relação ao gênero, mas nem todas possuem conceitos para se referirem à masculinidade. A autora explica que em contextos nos quais as pessoas não são divididas em categorias e características de gênero rígidas, pelo menos a princípio, a masculinidade enquanto conceito pode não existir ao menos explicitamente. A sua articulação emerge a partir da distinção com o feminino, que, por sua vez, era dado como uma representação incompleta ou inferior, ou seja, as análises correspondentes ao feminino

eram elaboradas com a mulher no lugar de ‘Outro’, alguma outra coisa que não um homem, algo faltante.

Antes de abordar as nuances que perpassam e caracterizam a masculinidade (nuances estas que dão origem, inclusive, à adoção do conceito no plural), faz-se relevante defini-la, ainda que corresponda a uma dimensão complexa e mutável. Oliveira (2004) a apreende como “um lugar simbólico/imaginário de sentido estruturante nos processos de subjetivação. [...] Apresenta-se como uma significação social, um ideal culturalmente elaborado ou sistema relacional que aponta para uma ordem de comportamentos socialmente sancionados” (p. 13). Para Connell e Messerschmidt (2013) a masculinidade representa a forma como os homens se posicionam por meio de práticas discursivas, assim, lugares simbólicos e institucionais são internalizados e assumidos a partir de uma condição tida como inerente da experiência do ser-homem (Gama, 2016).

No que concerne ao emergir dos estudos sobre a masculinidade, Oliveira (2004) descreve que os homens sempre foram objetos de estudo, mas nunca em uma perspectiva de gênero, ou seja, tomando a sua condição como ser masculino como característica central de análise. O interesse inicial em investigar as vivências e subjetividades masculinas se deu a partir da problemática denominada como uma ‘disfunção dos papéis sexuais’, ainda entre os anos 1950 e 1960. Posteriormente, em 1970, ainda sob a vigência das transformações ocasionadas no pós-guerra e da crescente participação das mulheres no contexto de trabalho fora do ambiente doméstico, é que a masculinidade se torna central em algumas análises, impulsionada pela ênfase nas políticas de identidade decorrentes da ascensão expressiva e inserção nos debates intelectuais por parte dos movimentos feministas e gays.

A partir disso, reflexões acerca da naturalização e legitimação de comportamentos que fortalecem as dinâmicas de poder e de desigualdade de homens em relação às mulheres foram suscitadas, bem como a noção de que os homens também eram afetados pela lógica de dominação masculina (Oliveira, 2004).

Nesse cenário, houve o confronto do homem enquanto categoria naturalizada e hegemônica com o desenvolvimento de novos discursos e sujeitos, retirando-o de sua centralidade e o analisando sob uma lente não-essencialista (Honório, 2009). Com base nisso surgiram os *men's studies*, com o objetivo de romper com o esquema da diferenciação sexual.

No entanto, Silva (2015), com uma abordagem antropológica, e Oliveira (2004) descrevem que os estudos dos homens assumiram, a princípio, uma postura de revanche em relação ao feminismo, operando como uma ferramenta de resposta à expressiva quantidade de

denúncias, reivindicações e apelações à conscientização feminina referente à dominação masculina. No que Oliveira define como uma ‘interessante inversão’, os homens passaram a adotar uma postura de fragilidade e constrangimento, em uma tentativa de provocar o distanciamento da posição de agressores adotando, portanto, a posição de vítimas.

Essa estratégia de resposta para Silva (2015) pode ser percebida como o silenciamento das relações de poder entre homens e mulheres e uma forma de assegurar os privilégios que derivam destas, além de, por meio de uma narrativa de “crise da masculinidade”, promover a invisibilização de outros grupos de homens e reforçar ideais identitários calcados em estereótipos pertinentes ao homem ‘de verdade’, noção amplamente difundida principalmente por homens brancos estadunidenses, preocupados com a perda de status frente às mudanças sociopolíticas. Complementarmente, Silva (2015) aponta que além do aspecto citado, outra característica passível de crítica é que os estudos dos homens correspondiam apenas a “estudos produzidos por homens, sobre homens e para homens” (p. 10), ou seja, pretendiam deliberadamente atender somente aos próprios interesses, não contribuindo, naquele dado momento, para os estudos de gênero.

Nesse contexto, a partir do desenvolvimento da ideia de ‘homens de verdade’ emerge o conceito de masculinidade hegemônica.

4.3.1.1 A masculinidade hegemônica

Connell e Messerschmidt (2013) apresentam a origem dessa concepção em estudos australianos acerca dos papéis sexuais masculinos que, posteriormente em outras conjunturas, foram ampliados para além da sexualidade. A ideia de que existiria uma hierarquia entre os homens é inicialmente notada a partir da tentativa de homens da nova esquerda a se organizarem em apoio ao movimento feminista, o que evidenciou as diferenças de classe na expressão da masculinidade. No entanto, tais relações hierárquicas se tornaram mais evidentes com as experiências de violência sofridas por homens gays por parte de homens heterossexuais. Assim, a compreensão de que existiam formas de ser-homem distintas e que apenas uma era legitimada e socialmente aceitável foi definitivamente explicitada.

Acerca do homem de verdade, representação do ideal hegemônico de masculinidade, Connell (2015) descreve que comumente se assume que a verdadeira masculinidade surge dos corpos dos homens, ou porque é tomada como inerente ao corpo ou porque supostamente expressa algo sobre ele. Assim, institui-se que o corpo masculino impulsiona e direciona a ação,

ideia que se manifesta em interpretações socialmente produzidas como a de que homens são naturalmente mais agressivos e que a violência é proveniente de um instinto estritamente masculino, ou que o corpo masculino limita o homem à determinadas práticas, as quais não abarcam o cuidado infantil, por exemplo, de modo que o homem seria naturalmente incapaz de se responsabilizar pela tutela dos filhos.

A homossexualidade também é tida como algo não-natural aos homens, outra noção demarcada pelo corpo. Nesse sentido, Medrado e Lyra (2002) apontam que, culturalmente, ser homem de verdade implica não apenas não ser mulher, mas também não ser homossexual, sobretudo passivo, tendo em vista que a passividade na dimensão sexual, quando performada por homens, é concebida como uma postura desviante. Portanto, os significados socialmente produzidos orientam os corpos masculinos.

Acerca da hegemonia, conceito gramsciano apresentado por Connell (2015), esta se refere à “dinâmica cultural pela qual um grupo exige e sustenta uma posição de comando na vida social” (p. 112), definindo-se como uma configuração das práticas de gênero que adotam a resposta dada ao problema da legitimidade do patriarcado garantindo a posição dos homens enquanto dominantes e as mulheres como subordinadas. No entanto, tal posição não é fixa bem como a masculinidade hegemônica não é permanentemente igual, correspondendo a um aspecto situado em um modelo de relações de gênero específico. Embora a posição de hegemonia não esteja assegurada à um único grupo de homens, Connell (2015) afirma que “novos grupos questionam velhas soluções e constroem uma nova hegemonia” (p. 113). Isto significa que a cultura sempre preferirá alguma forma de masculinidade, ou seja, sempre haverá um modelo dominante de ser-homem a ser instituído como ideal e legítimo, ajustado às demandas da conjuntura em que está inserido.

No entanto, ainda que constitua um fenômeno transitório e situado, Oliveira (2004) afirma que alguns valores associados à masculinidade hegemônica se mantêm, como o conservadorismo atrelado à religiosidade, à hipervalorização da família tradicional e da moral marcada pela lógica da heterossexualidade compulsória, como salientado por Butler (2003), o enaltecimento de um corpo visivelmente forte e viril, a conquista de poder econômico e status social, a ausência de demonstrações de vulnerabilidade e afetos, dentre outros aspectos.

Além disso, a dominação masculina é determinada não somente pelo gênero, mas também por outros marcadores sociais, como a etnia, raça, sexualidade e classe. Deste modo, os privilégios da masculinidade ainda que contemplem todos os homens em maior ou menor grau, beneficiam principalmente homens brancos, cisgêneros, heterossexuais e de classe média

e alta. Para Silva (2015) a masculinidade hegemônica corresponde a um modelo central que implica, necessariamente, em considerar outras formas de masculinidade que escapam ao padrão como inadequadas, inferiores, não-naturais e passíveis de serem violentadas e deslegitimadas.

Nessa mesma perspectiva, Medrado e Lyra (2002) apontam que a masculinidade hegemônica marcada pela branquitude, heterossexualidade e dominação, consiste em um modelo cultural ideal e é praticamente inatingível, no entanto, embora na dimensão da quase impossibilidade, é um padrão que possui efeito controlador, que se dá a partir da incorporação de uma ritualização de práticas sociointeracionais cotidianas e de uma discursividade que rejeita todo um campo emotivo vinculado ao feminino, subordinando ou desconsiderando outros modelos.

Referente às outras noções de masculinidades, Connell (2015) as classifica em três categorias: masculinidades subordinadas, masculinidades cúmplices e masculinidades marginalizadas.

4.3.1.2 As masculinidades subordinadas

O processo de subordinação se dá por meio de práticas cotidianas de ordem simbólicas, discursivas e sobretudo, materiais, como por exemplo “exclusão cultural e política, abuso cultural, violência legal (como prisão sob acusação), violência nas ruas (variando de intimidação a assassinato), discriminação econômica e boicotes pessoais” (Connell, 2015, p. 114). Acerca das masculinidades subordinadas, Connell aponta como principal alvo aquelas que são associadas à homossexualidade. Numa lógica patriarcal a homossexualidade representa tudo que a masculinidade hegemônica rejeita e despreza.

No entanto, homens heterossexuais que não performam a masculinidade-modelo também são vítimas de violência, principalmente de caráter moral e psicológico, sendo submetidos a ridicularizações e abusos verbais por vezes, desde a infância. Além disso, Guimarães (2022) enfatiza que, para além das representações dadas por homens gays que confrontam a heterossexualidade compulsória, a subordinação afeta homens excluídos da rede de produção-consumo do capitalismo “para os quais a masculinidade hegemônica é um dispositivo de dominação de classe social” (p. 6), bem como homens os quais as origens étnico-raciais estão subordinadas à masculinidade branca.

4.3.1.3 As masculinidades cúmplices

Pertinente às masculinidades cúmplices, estas são caracterizadas por integrar homens que não se encaixam totalmente no ideal hegemônico (ou seja, a maioria), mas que ainda se beneficiam da dinâmica patriarcal e compartilham noções e valores em comum. Connell (2015) afirma que se trata de uma relação complexa e manipulada, de modo que os homens-cúmplices podem respeitar as mães e esposas, não demonstrarem violência, auxiliarem nos trabalhos domésticos, mas se posicionarem contra o feminismo, por exemplo. Para ilustrar essa cumplicidade, destaco o termo “esquerdomacho”, criado a partir do crescente debate sobre o feminismo nas redes sociais. Mesmo com performances distintas da masculinidade descrita por Connell, o esquerdomacho é uma representação do homem cúmplice. De acordo com Prado (2025)

a definição de esquerdomacho se articula à comportamentos de homens que, ainda que associados a ideais de defesas de pautas políticas progressistas atentas às desigualdades sociais, se caracterizam por manterem atitudes e discursos em que se colocam como detentores de conhecimento em detrimento das mulheres (Prado, 2025, p. 23)

Prado afirma que nesse tipo de manifestação da masculinidade, o posicionamento pró-feminismo emerge somente em contextos nos quais é conveniente, ou seja, quando permite que os homens se isentem das responsabilidades ou das reflexões atreladas às relações de gênero. Para Gonçalves (2021) esse tipo de comportamento está vinculado à uma estratégia de manutenção das relações heterossexuais, de modo que por meio da performance de uma masculinidade supostamente desconstruída ou ainda, segundo a autora, mais “palatável” e suavizada, que é expressa com a adoção de práticas e comportamentos historicamente vinculados às mulheres ou de discursos de cuidado e vulnerabilidade, seja possível impulsionar a conquista sexual. Assim, para ambas as autoras, trata-se de uma masculinidade que se distancia discursivamente da masculinidade hegemônica, mas que concretamente repercute seus ideais, fortalecendo a manutenção das hierarquias de gênero e a reprodução de privilégios masculinos.

4.3.1.4 As masculinidades marginalizadas

Por último, Connell (2015) apresenta as masculinidades marginalizadas. A autora aponta que embora “marginalização” não seja o termo ideal, é o que melhor corresponde à relação

entre as masculinidades das classes e grupos étnicos dominantes e as masculinidades dominadas.

Assim, masculinidades negras, latinas, indígenas, gays, trans, de homens pertencentes à classe trabalhadora, pobres, dentre outras categorias de masculinidades, são sistematicamente submetidas a posições de inferioridade na estrutura social. A partir disso, ainda que a maioria dessas masculinidades desfrutem de privilégios em relação às mulheres, sobretudo as negras e pobres, a condição de marginalidade as torna passíveis de diferentes violências, à restrição de acesso à direitos e de determinados espaços, como exemplo, o casamento entre homens e a impossibilidade de ocupar cargos profissionais específicos, comprometendo o desenvolvimento social, educacional, cultural, econômico e político. Com isso em vista, adotar uma posição e abordagem contracolonial e interseccional para pensar as masculinidades é fundamental.

4.4 A dimensão interseccional das masculinidades

Medrado, Corrêa e Lyra (2016) apontam que a articulação com outros marcadores sociais exprime a complexidade das identidades e desigualdades sociais, que devem ser compreendidas de maneira integrada. Deste modo, pensar o gênero e aqui, especificamente, as masculinidades, requer considerar outros aspectos que resultam em opressão, e como as múltiplas interações entre eles produzem formas variadas de desigualdade.

Para os autores “a dimensão relacional e o caráter interseccional do gênero evocam a noção de dispositivo de poder como tecnologia de sujeição operada a partir de redes e mecanismos discursivos que controlam corpos” (p. 167), isto significa que estruturas de poder atuam simultaneamente em diferentes níveis, produzindo experiências de privilégio e exclusão que alternam com base na raça, classe, sexualidade e outras categorias, demarcando quais corpos ou experiências são legítimas e aceitáveis em determinados espaços sociais. Para os autores, trata-se também de romper com lógicas binárias no que concerne ao masculino e ao feminino.

Acerca disso, Pereira (2021) afirma que adotar a interseccionalidade como ferramenta analítica requer compreender os homens não somente como grupo dominante, mas

como sujeitos que, dependendo de suas identidades, podem ser caracterizados como grupo oprimido por outros homens, tendo suas masculinidades questionadas pelo grupo opressor. Estas masculinidades subordinadas, ditas questionáveis pela masculinidade hegemônica, podem incorporar um estado de fluidez entre opressão e aceitação quando diretamente ligadas aos interesses do grupo dominante. Esta hegemonia pode se consolidar pela

incorporação de masculinidades não-hegemônicas (subordinadas), como à marginalização racial/étnica, à deficiência física, à desigualdade de classe ou à sexualidade estigmatizada, visando uma ordem de funcionamento do gênero, em vez de uma opressão ativa na forma de descrédito ou violência (Pereira, 2021, p. 201-202).

Assim, a autora enfatiza que é a partir de um olhar interseccional sobre os homens e as masculinidades que se torna possível identificar que há uma relação hierárquica em que algumas masculinidades se tornaram inquestionáveis, enquanto outras são passíveis de questionamentos, dúvidas e não-reconhecimento.

Guimarães (2022) descreve, nesse sentido, que homens brancos, heterossexuais e de classe média são pensados como referência universal, ausentes de marcadores, isto é, não são vistos como pessoas com gênero, raça ou classe. Seus lugares no mundo são incontestáveis. Além disso, para a autora, a desumanização e subalternização do homem negro especificamente decorre da colonização, principalmente no Brasil, território no qual a mestiçagem como ferramenta de dominação e apagamento foi utilizada estrategicamente a fim de estabelecer o homem branco como imagem de virilidade e dominância. Guimarães (2022) aponta como outra estratégia para a subalternização, a hipersexualização do homem negro, elemento que o associa à atos violentos.

É nessa perspectiva que Fanon (2008) afirma que o negro não é um homem, havendo uma “zona de não-ser” (p. 26). Assim, os homens negros, educados a partir de uma lógica masculinista branca e pensados também a partir desse lugar, embora reprodutores de práticas de violência, as quais foram herdadas principalmente da branquitude, como aponta hooks (2004), permanecem submetidos à uma condição de não-existência. A validação enquanto ser humano, sobretudo enquanto homem, precisa passar pela superação simbólica da raça, de modo que a existência como homem negro exige ‘compensações’ para ser legitimada. Nesse processo, conquistas materiais e performance excepcional em todas as dimensões são aspectos que emergem como ferramentas de negociação.

A existência do homem negro só é passível de reconhecimento quando mediada por sucesso, produtividade ou excelência. Ao homem negro é necessário ser tão bem-sucedido em algo para que, com sorte, sua raça seja quase esquecida ou ao menos tolerada, fazendo-os sentir um falso senso de pertencimento ao grupo hegemônico branco (Pereira, 2021).

No entanto, Pereira (2021) enfatiza que os homens negros e suas masculinidades não são iguais. Embora subalternizados pelos homens brancos, outros marcadores como a sexualidade, classe, idade, região e identidade de gênero produzem intercruzamentos,

desigualdades e reforçam relações de poder e hierarquia entre homens negros. Acerca disso, Nascimento (2021) escreve que a lógica de separação, classificação, hierarquização e o ato de governar o outro é uma ferramenta colonizadora a qual pretende subjugar outras formas de viver-ser.

Compreender tais nuances e suas articulações é imprescindível para pensar as masculinidades, entendendo-as não como um atributo dos homens, mas como noção relacional da qual derivam múltiplas formas de ser-homem e possibilidades de organização e vinculação (Viveros-Vigoya, 2018).

Embora marcadas por violências e desafios diversos, as masculinidades não-correspondentes à hegemonia representam uma possibilidade de subversão dos padrões estabelecidos ao ser-homem, evidenciando as contradições e tensões que perpassam o sistema patriarcal, mesmo que os homens pertencentes aos grupos dominantes ou subalternizados desconheçam até mesmo o significado desse conceito, ainda que represente um dos fenômenos sociais mais ameaçadores aos corpos e espíritos masculinos (hooks, 2004).

4.5 Interfaces entre a construção social das masculinidades e a violência

Connell (2015) afirma que a característica mais surpreendente das experiências grupais nas relações de poder é a violência, utilizada como ferramenta primordial para controle, coerção e fortalecimento de ideais hegemônicos. Sobre a relação com a masculinidade, Oliveira (2004) aponta que se trata de uma característica intimamente ligada ao ser-homem, manifestada historicamente em circunstâncias de disputas territoriais, políticas, de honra, de modo que a violência foi gradativamente construída como um atributo necessário e estimável na conduta masculina. Acerca dos duelos, por exemplo, que é uma representação explícita de violência entre homens a fim de atestarem sua masculinidade, Oliveira descreve que

O duelo entre os cavaleiros sempre esteve associado à honra masculina, bem como à coragem e ao sangue-frio para defendê-la. A honra era uma expressão do poder de sangue e da qualidade da estirpe aristocrática. Funcionava como um signo da dignidade e da reputação de um indivíduo pertencente a uma determinada linhagem. Para os remanescentes cavaleiros do fim da era medieval, e mesmo para seus descendentes, ser chamado de covarde era o pior insulto que alguém poderia receber, pois isso conspurcava sua honra, atingindo uma dimensão temporal que compreendia seu passado social e a sua origem (sua ascendência), colocando em dúvida também o caráter de sua prole e de toda a sua descendência futura. Assim, coragem e ousadia eram virtudes que todo homem honrado deveria possuir, fazendo o ideal de masculinidade girar sempre em torno de sua presença ou ausência.[...] As disputas muitas

vezes deixavam marcas e cicatrizes para o resto da vida. Alguns não escondiam o orgulho de possuí-las e assim, não raro, elas se transformavam em verdadeiros troféus, inscritos nos corpos, símbolos de sua dignidade, atestado de destemor obtido e valorizado (Oliveira, 2004, p. 23-24).

Embora as práticas citadas correspondam a um outro período sócio-histórico e tenham caído em desuso, observa-se que os valores enfatizados ainda são comumente associados ao modelo ideal masculino e o uso da violência para assegurá-lo, permanece legitimado em alguns contextos. No cenário brasileiro, por exemplo, a legítima defesa da honra, que se referem a crimes cometidos por homens sob a justificativa de protegerem à própria moral ou imagem, se tornou proibida somente em 2023 (G1, 2023), porém enquanto esteve em vigor contribuiu para a impunidade de muitos agressores que violentaram e assassinaram suas companheiras.

Assim, é evidente que na produção das masculinidades, a honra e a violência são articuladas conjuntamente no processo de subjetivação dos homens, como apontado por Cavaler, Souza e Beiras (2022). Além da honra, a coragem, o destemor e o sacrifício são noções que direcionam cotidianamente as práticas masculinas. Ao classificar as masculinidades, Connell (2015) salienta que uma das distinções significativas entre a masculinidade hegemônica e a masculinidade cúmplice, vincula-se exatamente com a disposição de encarar a própria performance como arriscada e tomar o perigo da exposição e da liderança como fatores inerentes da experiência masculina.

Deste modo, o homem de verdade precisa ser impassível frente às situações em que o medo se apresenta e não hesitar perante a instabilidade e insegurança de tais circunstâncias. Introduz-se, portanto, uma das ideias mais profundas e expressivas na constituição de uma masculinidade-modelo: a de que aos homens não é permitido ser vulnerável. Acerca disso, Barbosa (2013) descreve que há uma tendência nos discursos sobre as masculinidades para perceber as emoções e quaisquer expressões derivadas como algo desordenado, incontrolável, de caráter subjetivo, ausente de influências ou produções externas e sendo um aspecto perigoso. Assim, a emocionalidade foi tida como característica feminina, de modo que um homem a fim de ser considerado racional e viril deveria suprimir e controlar emoções associadas à fraqueza. Portanto, Barbosa afirma que

Tal posicionamento deu ao homem o desejo de definir a virilidade como forma de identidade, o que fomentou o aparecimento de um homem emotivamente inseguro e hesitante, mascarando e interpretando mal o discurso das suas emoções. A aprendizagem da masculinidade, como concebida nos círculos mais conservadores, advogava a eliminação de argumentos e até expressões físicas de conteúdo emocional. Nesse contexto, era ensinado aos meninos, desde pequeninos, a não ter medo e a não chorar,

desencorajando manifestações emotivas. Se gargalhar era considerado um verbo essencialmente masculino, chorar era irremediavelmente infantil e feminino (Barbosa, 2013, p. 325).

Pertinente ao sacrifício, Oliveira (2004) destaca que é uma condição à qual a masculinidade está diretamente relacionada, tratando-se de um processo de purificação do homem que se dá com o sofrimento. Em contextos de guerra, por exemplo, suportar as condições de violências e adversidades só era possível sob a presença da ideia de que o verdadeiro homem viril é resistente e forte. Em uma conjuntura atual, essa ideia persiste na dimensão do trabalho e das relações interpessoais, onde há a exigência ainda que por vezes implícita, de suportar as dificuldades sem demonstrar “fraqueza”, acarretando a negligência dos próprios sentimentos e necessidades pessoais.

Trata-se do dispositivo da eficácia, que se divide em dois aspectos: virilidade laboral e virilidade sexual, como descrito por Zanello (2018). A autora aponta que com o advento do sistema capitalista, a força física e a honra foram ressignificados e transferidos para outras dimensões da vida social sendo uma delas a do trabalho, que se tornou o novo campo de batalha de maneira simbólica. O trabalho, assim sendo, é tido como um parâmetro para o julgamento de um homem, correspondendo a um ambiente no qual se dão “pequenas guerras” representadas a partir da soberania e da hierarquia em um conjunto de ações violentas e massificantes. Zanello enfatiza que a evidência de virilidade no trabalho acontece na conquista de *status* e de poder econômico, em circunstâncias contrárias, o homem que não alcança essa posição é acometido de um grande sofrimento psíquico, sentindo-se ‘menos homem’ por não cumprir com o papel de provedor, um traço identitário cultural central na constituição da masculinidade e que o ameaça narcisicamente.

Deste modo, “não lhe é permitido fracassar” (Saffiotti, 1987, p. 24). O trabalho se torna uma prioridade ao ponto que a família e os afetos sequer entram em disputa nas vivências masculinas, e quanto mais significativa a entrega, requerendo mais tempo, esforço e renúncias, mais masculinidade é atribuída ao homem. Afinal, abdicar do espaço público e das disputas sociais cotidianas para se dedicar ao cuidado e manutenção da família, das relações interpessoais e do ambiente doméstico, mesmo que minimamente, consiste em uma aproximação inaceitável do feminino.

A virilidade sexual, por sua vez, representa a extensão da eficácia desempenhada no espaço público. Zanello (2018) a apresenta como marcada por dois pontos, pela performance e pela interdição. Aos homens é exigida a demonstração de uma performance sexual potente e

dominante, medida pela quantidade de parceiras, pela característica ativa e pela expressão da dinâmica de controle-submissão, validando e legitimando as hierarquias de gênero mesmo no âmbito privado. Essa forma de virilidade não é limitada ao campo das práticas sexuais, constituindo também o campo dos afetos. Relacionar-se intimamente com outras pessoas tendo como finalidade somente reafirmar ou constituir uma posição verdadeiramente masculina, implica reprimir quaisquer sentimentos que ultrapassem o desejo sexual (que há de ser heterossexual, principalmente), e é nesse sentido que acontece a interdição. Esse processo de refrear determinadas emoções é entendido por Zanello como um embrutecimento afetivo, que inicia ainda em seus primeiros momentos de socialização, ou seja, de desenvolvimento de um eu subjetivo e coletivo.

Dessa forma, Nolasco (1995) ressalta que para os homens os afetos se revelam como elementos estranhos e inquietantes tendo em vista que em suas vivências enquanto meninos, geralmente a linguagem afetiva é negada ou permanece desconhecida. Para Berger e Luckmann (1985), a linguagem ou a sua ausência, nesse caso, faz com que a criança aprenda "por que" as estruturas são como são, de modo que “deve-se ser valente, porque o menino deseja tornar-se um verdadeiro homem [...] admitindo naturalmente que os meninos se dividem em valentes e covardes” (p. 181). Com ‘brincadeiras’ agressivas e constrangedoras e de processos expressivos ou sutis de negligência em relação aos meninos, estes compreendem que a eles cabem serem fortes, independentes, ausentes de vulnerabilidade e que por meio da violência, dominação e desprezo por aqueles que são tidos como inferiores, é que sua posição masculina será concebida e assegurada. Assim, os únicos sentimentos passíveis de serem experimentados pelos homens estão associados à raiva, à agressividade e à competitividade.

Proteger a posição de homem de verdade requer inclusive, renunciar à possibilidade de estabelecer o amor como aspecto essencial da vida, dado o policiamento ostensivo exercido por outros homens que integram o ciclo social (Zanello, 2018). Além disso, as performatividades de gênero, sobretudo no que concerne às masculinidades, são contínuas, isto é, o ser-homem é um projeto em constante construção ao qual conta com a vigilância de seus pares (Connell, 1997).

A violência como característica natural e própria dos homens parte, portanto, de uma narrativa historicamente construída e sustentada por processos distintos e situados temporalmente, como disputas territoriais, guerras, transformações econômicas, trabalhistas e políticas (Connell, 2015; Oliveira, 2004) e segue sendo transmitida para as novas gerações de homens por meio das instituições familiar e escolar, por exemplo (Barbosa, 2013; Louro, 1997).

Segregar meninos e meninas, atribuindo-lhes funções e comportamentos contrários e marcando-os como pessoas inerentemente diferentes, seja pelo corpo ou pela falsa suposição de uma discrepância da capacidade cognitiva, pelas cores rosa e azul ou ainda pelo “brincar de casinha/boneca” e “brincar de lutinha/arminha” acarreta uma problemática muito mais ampla e significativa. Tais práticas corroboram para a construção de uma subjetividade masculina marcada pelo ódio às mulheres e de qualquer outra categoria que se assemelhe ao feminino e contribuem para que a violência seja compreendida como algo legítimo e natural, principalmente para os homens.

4.6 Violências, família e intergeracionalidade

A violência como parte constitutiva da realidade deriva, conseqüentemente, da linguagem e dos discursos, configurando-se uma construção social (Cordeiro; Lopes, 2018). Nesse sentido, Domenach (1981) escreve que a violência está enraizada nas relações sociais e é construída nas subjetividades dos sujeitos, afirmando que não se trata de um fenômeno estranho e exterior, mas algo que se faz incessantemente presente em nossas vidas e práticas.

Acerca disso, Soares (2018) afirma que a violência se trata de um conceito amplo, transitivo e recorrente das circunstâncias individuais e sociais e está ancorado nas relações sociais e intersubjetivas. O autor também aponta que a naturalização da violência na sociedade civil tem sido acentuada e episódios marcados pela violência se tornaram manifestações práticas do cotidiano, abandonando o lugar de exceção. Esse processo de normatização requer a incorporação do inaceitável como algo corriqueiro e admissível, de maneira que as situações de violência passam a fazer sentido nas formas concretas que as pessoas agem em circunstâncias específicas, expressando também os jogos de poder vigentes.

Em um contexto em que são formulados diversos campos de disputa, a violência produz mecanismos de controle que, de acordo com Soares (2018) opera, impõe funções, constrói e destrói ou ressignifica novas ordens e representações sociais. Tais dinâmicas resultam na organização das pessoas em posições de poder ou de vulnerabilidade.

Dentre as ramificações da violência atreladas aos jogos de poder, abordaremos, tendo em vista o recorte deste trabalho, as violências contra a mulher, a violência intrafamiliar e o aspecto intergeracional que as perpassam.

4.6.1 A violência contra a mulher

Inicialmente, considero pertinente explicitar a razão pelo uso do termo “violência contra a mulher” e não “violência de gênero”. Isso porque, embora se reconheça que a violência contra a mulher se insere no escopo mais amplo da violência de gênero, é necessário considerar também “o que significa o emprego de cada uma dessas noções, sua rentabilidade analítica, bem como as limitações e paradoxos que elas nos colocam” (Gregori, 2021, p. 69). Assim, a opção por este recorte busca conferir maior precisão analítica e coerência discursiva, uma vez que os homens participantes do Serviço de Educação e Reflexão (SER) e da pesquisa, cujas narrativas fundamentam este trabalho, relacionam suas experiências e histórias de vida exclusivamente às mulheres, não havendo qualquer referência concreta a outras expressões de gênero em seus discursos.

No entanto, o conceito de gênero é apresentado como recurso teórico fundamental para a compreensão das dinâmicas estruturais que sustentam as desigualdades e que integram tanto a produção da violência quanto os modos de subjetivação masculinos.

Nessa perspectiva, a violência contra a mulher é caracterizada como um fenômeno multiforme e que envolve diferentes dimensões: psicológica, entendida como práticas que afetam a saúde emocional; moral, relativa a ofensas que atingem a honra e a dignidade; física, referente a agressões que lesionam o corpo; sexual, ligada a atos de natureza sexual impostos sem consentimento; e patrimonial, associada ao controle, destruição ou retenção de bens. Todas essas manifestações objetivam, invariavelmente, firmar uma relação de poder e submissão, promovendo situações de intimidação, isolamento, dependência ou medo (Silva; Coelho; Caponi, 2007).

Embora a violência possa abranger atos cometidos contra homens e mulheres, estudos e dados estatísticos evidenciam que as ações violentas praticadas sob justificativas ou ideais associados ao gênero afetam majoritariamente as mulheres e são exercidas principalmente por homens, como apresentado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025), que indica que 97% dos feminicídios são de autoria masculina.

Para Araújo (2008), essa forma de violência é mediatizada pelas diversas ordens patriarcais que permitem aos homens exercer domínio e controle sobre as mulheres, utilizando-a como ferramenta, ainda que de maneiras distintas.

Mesmo que os debates feministas tenham provocado mudanças significativas no que se refere à violência contra a mulher, questionando-a enquanto natural, legítima ou passível de

aceitação em algumas circunstâncias com base nos estereótipos e desigualdades entre homens e mulheres, Bandeira (2014) salienta que ainda constitui um fenômeno persistente e a responsabilização pela sua ocorrência permanece relacionada aos comportamentos das mulheres, afirmando, portanto, que a ordem tradicional é continuamente ressignificada, alterando os padrões e valores sexistas, mas não os eliminando. Assim, apesar dos avanços notáveis e inquestionavelmente relevantes, não houve ruptura significativa com as estruturas e compreensões dominantes acerca do ser-mulher e do ser-homem, que permanecem organizadas em disputas simbólicas e concretas que perpassam todas as instituições sociais, sobretudo a familiar.

4.6.2 A violência intrafamiliar

A família se constitui como uma das mais influentes instituições na formação das pessoas e de suas subjetividades, exercendo um papel central na orientação, controle e modelação de normas e visões de mundo daqueles que a integram. Biroli (2014) descreve que a noção de família pode estar atrelada a afetos e sentimentos distintos, tornando as experiências pertinentes às relações familiares algo singular e íntimo. Diante disso, o conceito de família aqui adotado se refere a grupos de pessoas que partilham laços afetivos, de consanguinidade ou de convivência.

Esse espaço familiar consiste em uma realidade social, institucional e acima de tudo, “profundamente política tanto nos fatores que a condicionam quanto em seus desdobramentos” (Biroli, 2014, p. 7). Além disso, a família também se define a partir de um conjunto de normas, práticas e valores temporal e historicamente situados e é erroneamente tomada como uma esfera separada e distante dos efeitos produzidos pelas demais instituições sociais e suas respectivas relações de poder. Assim, transformações que competem ao âmbito trabalhista, econômico, bem como relações de gênero, de idade, raça, sexualidade e classe alcançam e compõem a organização dos arranjos familiares.

Com base nesses e outros fatores, cria-se na dimensão familiar um terreno de disputas complexas decorrentes, principalmente, de pressões extrafamiliares (Guareschi *et al.* (2006) e que provocam sentimentos ambivalentes. Quando tais tensões não encontram recursos para serem compreendidas e administradas, as famílias apresentam maior tendência para se tornarem violentas (Ministério da Saúde, 2002). Cabe ressaltar, no entanto, que tal colocação não compreende ou encerra a violência como fenômeno pertencente somente ao espaço doméstico,

distanciando-a de seu aspecto político e social, mas situa a família como lugar significativamente norteador e determinante na reprodução e naturalização de atos de violência.

Nesse sentido, para Guareschi *et al.* (2006) a violência é associada a diversos vetores que são apresentados nos discursos de sujeitos que a experienciam, abarcando interpretações que a definem, por exemplo, como atos de cuidado, educação e proteção principalmente em contextos familiares nos quais as figuras parentais têm papéis demarcados nas relações de respeito e autoridade. Se por um lado essa leitura evidencia a compreensão da violência como prática cotidiana aceitável, definições institucionais a definem a partir de um outro olhar.

Ainda que estreitamente associada à violência contra a mulher (Araújo, 2008; Bandeira, 2014), a violência intrafamiliar configura, de acordo com o Ministério da Saúde (2002) toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar ou afete a integridade em qualquer aspecto ou o desenvolvimento de outro membro da família, podendo ser cometida dentro ou fora do ambiente doméstico. Atos violentos praticados por pessoas que não são consanguíneas mas que assumem posições parentais ou relações de poder em relação uma à outra, também são lidos dentro da violência intrafamiliar. Assim, diferencia-se da violência contra a mulher ao passo que não é efetuada somente com base nesse marcador de gênero, bem como da violência doméstica, pois não é restrita a um espaço físico específico.

Trata-se, portanto, da expressão das dinâmicas de poder caracterizadas em relações de dominação-subordinação nas quais homens e mulheres, pais e filhos (ou outras formas de parentalidade), ocupam posições contrárias e desempenham funções rígidas e formulam uma dinâmica particular.

Em semelhança à violência contra a mulher, a violência intrafamiliar também está classificada em cinco dimensões, mencionadas anteriormente. Além disso, o Ministério da Saúde (2002) lista, em um material de orientação prática para profissionais da saúde (Cadernos de Atenção Básica N°8), prováveis fatores de risco para surgimento e perpetuação da violência intrafamiliar, sendo estes: distribuição desigual de autoridade e poder entre os membros, fundamentados em relações de gênero, adultocêntricas, de sexualidade entre outras; relações centradas em papéis e funções rigidamente definidos; ausência de limites ou diferenciação entre os membros e seus papéis; nível de tensão permanente; famílias que não permitem relações externas; famílias em crise significativa frente à situações desafiadoras ou de vulnerabilidade; baixo nível de desenvolvimento da autonomia dos membros; referência familiar pautada na violência; abuso de drogas e antecedentes criminais; comprometimento psicológico ou psiquiátrico dos indivíduos; dependência econômica e emocional, e baixa autoestima.

A compreensão desses aspectos como condições de alerta ou risco parte do reconhecimento de que tais situações podem dificultar o rompimento de ciclos coercitivos. Isso ocorre tanto pela legitimação de hierarquias desiguais, sustentadas pela dominação, quanto pela rigidez de papéis que restringe a expressão afetiva e a construção de vínculos entre familiares, limitando formas adequadas de resolução de conflitos. Nessas circunstâncias, a instabilidade emocional e as sensações constantes de insegurança podem intensificar as tensões familiares, produzindo um ambiente propício à reprodução de dinâmicas violentas e à transmissão entre gerações, ainda que sejam relações permeadas por abusos e negligências.

4.6.3 A intergeracionalidade da violência

A noção de intergeracionalidade da violência remete aos mecanismos pelos quais práticas violentas e seus significados são transmitidos no espaço familiar. Nesse sentido, a exposição a modelos agressivos pode potencializar a probabilidade de reprodução de comportamentos violentos, sobretudo quando tais modelos são reforçados com a manutenção de privilégios e de posições de poder.

Assim, condutas pautadas na violência, bem como perspectivas éticas e morais que naturalizam o uso da agressividade ou coerção como ferramenta de negociação relacional legítima podem ser perpetuadas ao longo das gerações, sob formas semelhantes ou distintas, constituindo heranças familiares (Abbassi; Aslinia, 2010). Tais heranças podem refletir tanto em padrões de agressão quanto padrões de submissão, reproduzindo dinâmicas relacionais que alternam entre a perpetuação da violência ou internalização de papéis de vulnerabilidade (Oliveira; Sani, 2009).

Além disso, as repercussões em gerações subsequentes estão atreladas à associação dos maus-tratos com demonstrações de amor e cuidado, aplicação de punições como medida disciplinar, limitações no estabelecimento de vínculos, desenvolvimento de ansiedade, fobias, baixa auto-estima e auto-respeito, comportamentos de agressividade e intolerância à frustração e conflitos (Abbassi; Aslinia, 2010; Oliveira; Sani, 2009; Silva; Oro; Bossardi, 2021).

Dentre os fatores que podem contribuir para a transmissão ou ruptura de padrões familiares disfuncionais ou violentos, Oliveira e Sani (2009) apontam aspectos individuais intra e intersujeito e contextuais/situacionais. Para as autoras, é preciso considerar que as reações frente à observação de violência alternam conforme as próprias características do núcleo familiar e de seus integrantes, tendo em vista que são construídas representações e significados

diferentes de maneira singular. Ao mesmo tempo, os sentidos atribuídos acerca da violência podem moldar as interações interpessoais.

Contudo, ainda que a dimensão familiar seja significativa na constituição de ações funcionais ou disfuncionais, todos os autores supramencionados enfatizam a influência proveniente das heranças histórico-culturais que fornecem os moldes, inclusive, para a organização e disposição de papéis na família. Assim, é imprescindível pensar a violência como fenômeno multicausal, de origens e implicações complexas, difusas e ambivalentes, cuja permanência também se sustenta em práticas discursivas que podem naturalizar ou romper com hierarquias e desigualdades, sobretudo nas relações de gênero.

5. OS SERVIÇOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

5.1. Histórico e desenvolvimento dos serviços reflexivos

As intervenções com homens pautadas nas questões de gênero e violência são historicamente recentes. As primeiras experiências datam de 1980 nos Estados Unidos e na Europa (Beiras *et al.*, 2021; Prates; Andrade, 2013), surgindo a partir da iniciativa de movimentos feministas que passaram a discutir a função dos homens na perpetuação da violência contra a mulher e, conseqüentemente, as responsabilidades que lhes eram incumbidas nesse processo. Ainda que os debates sobre as diversas situações de vulnerabilidade, negligência e desigualdade que perpassam as experiências das mulheres tenham iniciado décadas antes, é a partir das transformações na dinâmica de divisão do trabalho e do começo da transição da mulher do espaço doméstico para o público, que o movimento feminista se torna mais articulado e principalmente, mais amplo, abrangendo problemáticas que tangem à raiz da violência e das diferenças entre homens e mulheres.

Nesse sentido, a violência contra a mulher começou a ser pensada como uma questão social que também integra as vivências masculinas e a postura de não-responsabilidade e invisibilidade desse grupo passou a ser questionada.

A principal razão para a proposição de uma intervenção direcionada aos homens decorre do entendimento que estes são os sujeitos ativos na manutenção da violência e que pensá-los fora desse lugar, além de acarretar uma responsabilização das vítimas, é o mesmo que encarar o problema de maneira rasa e ineficaz, concentrando as medidas na minimização dos danos imediatos causados pela violência sem interromper o ciclo que a produz. Incluir os homens, nessa perspectiva, não corresponde somente a responsabilizá-los e conscientizá-los sobre as práticas de violência, mas requer abordar e refletir sobre as causas subjacentes do fenômeno que ultrapassam a dimensão individual, como os fatores estruturais e culturais que o sustenta.

A partir disso, os serviços ou grupos reflexivos são definidos, sob uma abordagem construcionista, como uma prática que propicia a exposição e confronto dos discursos socialmente produzidos e utilizados e das posições ocupadas dentro desses discursos (Beiras; Bronz, 2016) e são voltados na maioria das vezes para homens que não decidiram espontaneamente pensar a própria masculinidade. Isto é, esse tipo de intervenção deriva de decisões judiciais, as quais encaminham os homens tipificados em crimes de violência para os grupos. Complementarmente, os autores apresentam outras colocações pertinentes aos GHAV elaboradas por Loewenstein (2015)

É um espaço de convívio onde se deve valorizar a diversidade através do exercício do diálogo. É um espaço de problematização e questionamento que pode promover uma imersão crítica e novos olhares sobre o cotidiano de seus participantes. É um espaço de produção individual e coletiva de conhecimento. É um espaço de valorização da cidadania quando desvela a importância de cada participante do grupo na constituição dos saberes ancorados no contexto social do qual todos fazem parte (Loewenstein, 2015 apud Beiras; Bronz, 2016, p. 32)

Os primeiros programas de intervenção com homens autores de violência, como o *Duluth Curriculum*, o *Amend Model* e o *Emerge*, se tornaram referência internacional. Apesar das diferenças entre os métodos interventivos utilizados, como o modelo psicoeducacional ou confrontativo de longa duração, estes programas compartilham a ideia de que a efetividade das ações depende de um processo de ressocialização que responsabilize os agressores, desconstrua a legitimidade da violência e promova formas alternativas de comunicação e relacionamento. E embora possuam estruturas, enfoques e epistemologias distintas, as experiências desenvolvidas inicialmente reverberaram em diversos lugares permitindo que a intervenção com homens fosse expandida, como na América Latina e Europa (Beiras *et al.*, 2021). De acordo com Beiras *et al.*, (2022) as primeiras experiências em contexto brasileiro começaram a partir da segunda metade da década de 90, e que

tinham como principais temáticas as relações familiares, conjugalidade, parentalidade e socialização com outros homens. Nota-se um olhar inicial que fora lançado à socialização masculina, porém ainda voltado apenas para as relações entre homens, sem o debate acerca do convívio com mulheres ou corpos que escapam ao binarismo de gênero (Beiras *et al.*, 2022, p. 55).

Destacam-se como grupos pioneiros no Brasil o Instituto Noos (RJ/SP), Coletivo Feminista (SP), Instituto Albam (MG) e, em Santa Catarina, o grupo realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), alguns com intervenções antecedentes à promulgação da Lei Maria da Penha. Após a sua vigência, o interesse em promover e ampliar os grupos reflexivos aumentou, de modo que gestores, políticos, organizações diversas de esferas não-governamentais, jurídicas e acadêmicas passaram a articular e implementar tais intervenções.

Assim, somente a partir da criação da Lei nº 11.340 de agosto de 2006 é que os programas para autores de violência se tornam oficialmente previstos como parte de um conjunto de medidas para inibir e prevenir a violência doméstica (Dias; Feijó, 2024), integrando processos de conscientização social e com destaque nas questões de gênero e violência.

A partir disso, diversas iniciativas têm prevalecido e se expandido. De acordo com o mapeamento realizado por Beiras, Martins e Hugill em 2023, foram identificadas 498 iniciativas no Brasil, o que representa um aumento de 59,61% em relação aos dados coletados em 2020. Os autores enfatizam que os números não integram necessariamente todas as iniciativas existentes, mas reúnem aquelas que possuem visibilidade institucional e, portanto, foram passíveis de detecção. As principais instituições associadas à coordenação e funcionamento dos serviços localizados são, respectivamente, o Poder Judiciário presente em 43,23% das ações, seguido dos Centros de Referência de Assistência Social e Assistência Social Especializada, presentes em 24,6% das ações e Conselhos da Comunidade, responsáveis por 13,2% das intervenções. Outras instituições como o Ministério Público, Universidades, Centrais de Penas e Medidas Alternativas e Secretarias Municipais aparecem em seguida em números menos expressivos.

Posteriormente, em uma atualização da Lei Maria da Penha em 2020, o art.º 22 da seção II “das medidas protetivas urgentes que obrigam o agressor” passou a vigorar incluindo o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação e o acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio (Brasil, 2006). Beiras *et al.*, (2022) descrevem que esse tipo de incorporação e intervenções direcionadas aos homens permite que estes possam ser acolhidos e tenham ao menos a possibilidade de pensar as próprias experiências.

5.2 As limitações da intervenção

Beiras *et al.* (2021; 2022) ressaltam que a concretização desses serviços se dá, muitas vezes, de forma pouco estruturada, resultando no encerramento precoce da intervenção. Somada à ausência da cultura de atendimento aos homens, sobretudo, autores de violência, há também a ausência de conexão entre as iniciativas atuantes. Assim, os desafios para a efetivação e reprodução dos programas e grupos se tornam mais complexos.

Pertinente aos desafios de ordem metodológica, Beiras *et al.* (2021) baseados em pesquisas anteriores classificam especificamente três, sendo o primeiro: a falta de instrumentos para trabalhar com a diversidade cognitiva dos participantes ou para lidar com circunstâncias em que há abuso de álcool e outras drogas, o que para os autores corresponde à uma das diversas possibilidades de questões pessoais que podem emergir nos grupos, demandando a previsão de formas de atendimento individual ou encaminhamentos para outros serviços da rede de saúde; o segundo desafio diz respeito aos grupos que adotam um formato educativo tradicional ou de

palestras, podendo limitar a construção de diálogos relevantes que contribuam para a transformação subjetiva de seus integrantes, desafio este que para Beiras *et al.* (2021) está atrelado à dificuldade de empregar metodologias reflexivas. A terceira problemática mencionada se refere à abordagem superficial e despolitizada sobre as questões de gênero, o que representa uma fragilidade teórica e conceitual, resultando no risco de reproduzir entendimentos limitados ou distorcidos sobre gênero ou ainda, utilizar os conceitos de maneira vaga e imprecisa.

Além disso, Beiras *et al.*, (2021) descrevem que a vinculação quase intrínseca entre o Poder Judiciário e a implementação de intervenções para homens autores de violência é uma especificidade do contexto brasileiro, onde as políticas de proteção à mulher foram adotadas majoritariamente pelo sistema de justiça mesmo que a Lei Maria da Penha apresente uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional.

Para os autores, essa relação estreita decorre da judicialização das relações sociais e resulta em duas implicações relevantes, sendo a primeira o impacto expressivo da política do Judiciário na estruturação e manutenção dessas iniciativas e, conseqüentemente, a dependência da magistratura local para a continuidade das ações. A segunda condição se refere à sobrecarga imbricada no planejamento, supervisão e execução direta dos grupos por parte do Poder Judiciário, não havendo diretrizes que estabeleçam quais atores são responsáveis pela formulação das iniciativas.

Pertinente à iniciativa de criação e institucionalização das intervenções, Beiras, Martins e Hugill (2024) apresentam que 51,2% partem das ações de juízas e juizes. Em segundo lugar, representando 22,8% dos responsáveis pela criação das intervenções estão Promotores de Justiça. Em terceiro, aparecem as Equipes da Rede de Serviços do Município (CRAS e CREAS) representando 21,3% das iniciativas. A partir desses dados, entende-se que a magistratura ocupa um lugar de centralidade no desenvolvimento de grupos reflexivos para homens, bem como se torna evidente a predominância de órgãos que integram o sistema penal, aspecto apontado por Beiras *et al.* (2021).

Os autores sugerem que tais iniciativas estão correlacionadas com a participação ativa de figuras institucionais do sistema de justiça penal que possuem capital político para implementar a medida. Resultante disso, as ações são pensadas por pessoas cujas formações profissionais não contemplam em profundidade as questões de gênero, baseando-se em compreensões derivadas do senso comum ou leituras superficiais da Lei Maria da Penha.

O mapeamento também mostra que 69% dos grupos não recebem recursos financeiros específicos (Beiras; Martins; Hugill, 2024), o que para Beiras *et al.* (2021) explicita a demanda urgente que há em relação à promoção de uma política nacional que garanta financiamento e consequentemente, estrutura técnica e profissional às intervenções com homens, tendo em vista que o aporte financeiro constitui um aspecto central para a qualificação das pessoas envolvidas e consolidação dos trabalhos realizados. Além disso, os autores apontam que as intervenções, se bem desenvolvidas, podem a longo prazo impactar positivamente o âmbito econômico-financeiro para o Estado, considerando as reverberações em outros setores como saúde pública e segurança pública, por exemplo.

Em suma, tais desafios evidenciam o caráter recente das intervenções com homens autores de violência e as limitações que decorrem das noções estigmatizantes que permeiam as medidas alternativas. Em uma cultura muitas vezes punitivista, estratégias fundamentadas na responsabilização, educação e reflexão tendem a ser desconsideradas em detrimento da penalização e encarceramento como resposta principal. Além disso, tendo em vista as demandas comuns às iniciativas em contexto brasileiro, compreende-se que a implementação e o funcionamento dos grupos não dependem unicamente de esforços estruturais e metodológicos, ou mesmo do empenho de profissionais de instituições específicas, mas requer uma reformulação nas abordagens institucionais e jurídicas e o desenvolvimento de políticas e diretrizes que propiciem a ampliação e inserção dos grupos reflexivos em espaços para além das categorias e setores associados à Justiça.

5.3 Princípios e metodologias

As intervenções com homens autores de violência podem possuir direcionamentos e enfoques diversos, como mencionado previamente. Dias e Feijó (2024) apontam que entre os principais modelos de intervenção, encontram-se os modelos psicopatológico, psicoeducativo pró-feminista, cognitivo-comportamental e o modelo construtivista-narrativista. O primeiro se refere a uma perspectiva clínica e terapêutica, na qual a violência é concebida como uma questão subjacente à personalidade, ou seja, um fator individual resultante de traumas, déficits, desregulação emocional ou mesmo transtornos. As estratégias elaboradas visam principalmente a redução e o tratamento de comportamentos inadequados, sem relacioná-los com dinâmicas socioculturais mais amplas. Nesse sentido, compreende-se que uma perspectiva fundamentada em experiências e condutas particulares pode negligenciar as relações interseccionais que

perpassam a violência ou ainda contribuir para a desresponsabilização de homens autores de violência ao atribuir comportamentos de agressividade a fatores clínicos e psicológicos.

O modelo psicoeducativo estruturado em um viés feminista considera a violência doméstica como produto do sistema patriarcal e centraliza as funções das representações de poder e de controle sobre as mulheres (Dias; Feijó, 2024). Essas intervenções são desenvolvidas a partir de teorias críticas feministas em uma tentativa de promover responsabilização e reflexão acerca das questões de gênero e das próprias condutas dos participantes. Em uma abordagem cognitivo-comportamental, os autores descrevem que a violência corresponde a um problema da ordem dos pensamentos, crenças e condutas individuais e assim como no modelo psicopatológico, não é tida como um fenômeno cultural e interrelacional. Os objetivos da intervenção contemplam a identificação e reestruturação de pensamentos distorcidos, desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais e a mudança de padrões de comportamentos.

O último modelo mencionado por Dias e Feijó (2024) se refere ao construtivista-narrativista, que parte da compreensão subjetiva dos participantes associada ao contexto socio-político-cultural, também estruturada em uma abordagem feminista sobre as relações de gênero, as quais são concebidas como construções sociais e discursivas.

A partir dessa compreensão, Scott e Oliveira (2021) apontam que modelos que desencadeiam processos reflexivos são mais apropriados ao passo que incentivam a coparticipação e permitem que os participantes desenvolvam suas próprias análises por meio de questões e temáticas norteadoras. Além disso, os autores ressaltam que modelos que adotam perspectivas individualizantes reduzem a violência ao participante, desconsiderando-a enquanto fenômeno multicausal e multideterminado.

Beiras *et al.* (2021) salientam que a maior parte dos critérios estabelecidos nacional e internacionalmente indicam que o trabalho envolvendo gênero seja elaborado a partir de teorias feministas integradas aos estudos acerca das masculinidades considerando o caráter social e relacional do gênero. Dessa forma, é reiterada a necessidade de aprofundamento na temática de masculinidades ultrapassando a noção estereotipada ou restrita às questões domésticas, compreendendo-a como categoria de análise social que explica e interpreta comportamentos associados ao gênero e as relações de poder que produzem desigualdades expressivas.

Os autores ressaltam que “não se trata de fazer ‘bons homens’, mas de esvaziar de sentido a categoria homem enquanto identidade cristalizada, dando lugar ao sujeito em sua história, seu contexto e sua responsabilidade” (p. 200). Especificamente acerca da

fundamentação teórica-epistemológica dos grupos reflexivos, Beiras *et al.* (2021) sugerem que as intervenções sejam concebidas a partir de uma perspectiva reparativa e não-punitiva da justiça, direcionadas especificamente à transformação do homem.

Nesse sentido, há unanimidade em adotar a responsabilização pelos atos violentos como aspecto central do trabalho com homens, com ênfase nas relações de poder e controle. Também é necessário conhecer o arcabouço legal que corresponde à proteção da mulher como a Lei Maria da Penha e outros decretos complementares, bem como conhecer os dispositivos e estruturas dos serviços que integram a rede de prevenção da violência, como as Assistências Sociais, Defensorias, Delegacias e Ministérios.

5.4 Perspectivas críticas e interdisciplinares nos grupos reflexivos

E para além dos estudos sobre masculinidades, é relevante compreender sobre patriarcado, relações de colonialidade e raça, sobre sexismos e machismos, violência contra LGBTQIAPN+ além de outras expressões de violência, tendo em vista que são elementos envolvidos na produção das subjetividades masculinas.

Beiras *et al.* (2021) sugerem também à adoção de abordagens relacionais que estejam alinhadas com o modelo ecológico de compreensão da violência proposto pela Organização Mundial da Saúde que considera os níveis individual, relacional, comunitário e macrossocial e como estes interagem e produzem influências entre si, tópicos também sugeridos no documento de padronização de grupos reflexivos para homens desenvolvido pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) (2012). Para os autores, tais teorias e fundamentos constituem a base para os facilitadores, a fim de que estes sejam capazes de ampliar as perspectivas sobre as dinâmicas sociais e compreendam criticamente as relações de poder e experiências de vida dos participantes.

Além disso, é fundamental pensar a linguagem utilizada nos grupos reflexivos, de modo que os termos e expressões empregados correspondam aos processos de transformação imbricados nas intervenções. Por exemplo, o termo “agressor” deve ser substituído por “homens autores de violência” ou “homens em situação de violência” de modo a reformular a compreensão sobre a violência e seus atores, evitando a cristalização de subjetividades ou a redução da pessoa ao ato de violência, além de permitir uma abordagem menos dicotômica.

Os marcadores como raça, etnia, classe social, localização geográfica e cultural também devem ser considerados ao tratar da constituição dos processos históricos e identitários

sobretudo associados às masculinidades. Dessa forma, uma abordagem feminista decolonial e interseccional e os estudos sobre branquitude e racismo estrutural permitem expandir as visões estabelecidas sobre a masculinidade.

Nessa direção, as intervenções com homens autores de violência não devem ser entendidas apenas como medidas de segurança pública, mas como ações interdisciplinares articuladas à saúde e à assistência social, envolvendo processos reflexivos, responsabilização e diálogo democrático (Beiras *et al.*, 2021; Acosta; Soares, 2012). E para garantir legitimidade e efetividade, os grupos precisam adotar metodologias ativas que estimulem engajamento, acolhimento inicial com entrevistas individuais, avaliação de risco, contratos de participação e acordos coletivos de convivência.

A facilitação é central nesse processo, de modo que os facilitadores devem adotar postura crítica e reflexiva, questionando suas próprias compreensões de gênero, estimulando a escuta, a convivência entre dissensos e consensos e a co-construção de sentidos. Para isso, devem ser utilizados recursos como disparadores de conversa, sínteses e perguntas que abram espaço para novas interpretações, além de promover a expressividade e a construção de vínculos entre os participantes. Assim, o trabalho das equipes técnicas e reflexivas, incluindo estagiários e voluntários, complementa a intervenção com registros, observações e avaliações, contribuindo para a condução adequada dos grupos.

Em suma, a prática reflexiva com homens exige articulação entre teoria, metodologia e rede de serviços, sustentada por processos coletivos que desconstroem a legitimidade da violência e promovem alternativas relacionais baseadas em equidade e responsabilização.

5.5 Os alicerces do trabalho crítico-reflexivo

Os princípios norteadores e objetivos que fundamentam o trabalho com homens autores de violência se referem, essencialmente, à desconstrução da relação entre masculinidades e violência e conseqüentemente a prevenção de novas violências. Para Beiras *et al.* (2021) se

a violência é entendida enquanto uma linguagem, uma forma de dizer/fazer algo, e se tal linguagem é aprendida ao longo da vida do sujeito de diferentes formas e em diferentes momentos, mas em conexão com a identidade masculina, então o trabalho do grupo reflexivo para homens autores de violência é fazer um trajeto compreensivo tanto vertical (na biografia dos autores de violência) quanto horizontal (no contexto social destes) com a finalidade de desarmar tais modos de vida, tecendo novos laços de sentido, permitindo lutos, desmistificações, rompimentos com discursos

essencializantes e alianças com outras pessoas a partir da vulnerabilidade dos homens (Beiras *et al.*, 2021, p. 212).

Acerca dos objetivos específicos, Beiras *et al.* (2021) os distribuem entre os eixos legal, relacional, corporal e familiar. O objetivo do eixo legal corresponde a possibilitar a compreensão do histórico e dos fundamentos dos Direitos Humanos e Direito das Mulheres, sobretudo, as razões pelas quais tais mecanismos foram desenvolvidos, bem como a compreensão das diferentes formas de violência. Acerca do eixo relacional, os autores descrevem que o objetivo é oferecer ferramentas relacionais de transformação, metodologias de comunicação e desconstruir o uso da violência como estratégia de resolução de conflitos. No que se refere ao eixo corporal, os objetivos tangenciam o estímulo ao diálogo, reflexões sobre raça, saúde, sexualidade, consciência e manejo de emoções.

Os autores pontuam que tais processos reflexivos podem contribuir para o desenvolvimento de perspectivas mais amplas, diversas e menos engessadas acerca dos dispositivos mencionados podem resultar na transformação dos padrões de controle sobre o próprio corpo e, conseqüentemente, sobre os corpos de outrem. Por último, o eixo familiar integra como objetivos desfazer estereótipos e a rigidez sobre papéis de gênero, bem como desfazer ideias de objetificação e domínio em relação às mulheres, adotando como fundamento da dinâmica conjugal o cuidado mútuo e o manejo de tensões.

Deste modo, a proposta é que as intervenções produzam mudanças profundas nas formas de relação dos homens com os sistemas jurídico, social, cultural e político e as dinâmicas afetivas e subjetivas que estão inseridos. Assim, a ênfase das intervenções está no processo de desnaturalização da violência enquanto linguagem legítima ou essencial da subjetividade masculina, ultrapassando a noção de que se trata de um fenômeno de dimensão unicamente física/concreta, compreendendo-a também de maneira simbólica e dialógica. Portanto, as mudanças pretendidas abarcam a alteração da interpretação meramente punitiva da lei, o rompimento com visões hierárquicas e sexistas e o desenvolvimento de autoconhecimento e responsabilização.

Tendo em vista que os princípios teórico-epistemológicos e procedimentos metodológicos e estruturais objetivam, primordialmente, a produção de transformações discursivas, relacionais, de práticas afetivas e éticas, compreende-se que o trabalho com homens autores de violência está associado ao desenvolvimento de um projeto educativo mais amplo que ultrapassa as fronteiras de um determinado grupo. Corresponde a um processo sócio-

político-educacional contínuo cujas reverberações temporais e situacionais escapam à mensuração objetiva.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A compreensão das experiências narradas ao longo da pesquisa exige, inicialmente, um olhar atento ao perfil sociodemográfico dos participantes, tendo em vista que suas condições, histórias de vida e marcadores sociais influenciam a forma como constroem sentidos sobre a masculinidade e a violência. Portanto, esta seção apresenta o perfil dos homens encaminhados, considerando aspectos de cor/raça, idade, escolaridade, naturalidade, e também o tipo de denúncia que culminou no encaminhamento ao grupo.

6.1 Fluxo de participação no serviço e implicações iniciais

A tabela abaixo apresenta o número de participantes que concluíram a participação no Serviço, participantes que foram dispensados e a taxa de desistência.

Tabela 1 - Fluxo de Participação no Serviço

Concluídos	28 participantes (34,1%)
Dispensados	47 participantes (57,3%)
Desistentes	7 participantes (8,5%)

Fonte: Autora.

Durante o período entre julho de 2023 e setembro de 2025, 34,1% dos homens concluíram a participação no Serviço, 57,3% foram dispensados e 8,5% desistiram, que somados, referem-se à 82 participantes¹. Cabe ressaltar que os participantes classificados como “concluídos” correspondem aqueles que participaram dos 10 encontros grupais obrigatórios, que podem ou não, ter retornado para o encontro individual para a efetivação do desligamento. Esse retorno, assim como a participação destes homens dependem de diversos fatores. Assim que a obrigatoriedade de presença é encerrada, devido ao trabalho, questões pessoais e familiares ou mesmo por resistência a todos os aspectos vinculados à denúncia e ao processo judicial - como o Serviço, que emerge como consequência da LMP -, alguns homens optam por

¹As informações foram levantadas a partir de fichas físicas disponíveis no Serviço, o que pode implicar pequenas variações nos percentuais apresentados, dado o volume documental e os procedimentos de sistematização.

não comparecer ou não conseguem comparecer ao final. A dispensa dos participantes muitas vezes se dá por razões similares.

Acerca dos participantes desistentes, na maioria dos casos, a desistência está relacionada à impressão de que o Serviço não atende às expectativas individuais, ou por não produzir efeitos imediatos desejados ou por ser interpretado como um espaço de punição, tendo em vista que o encaminhamento parte do Poder Judiciário. Esse afastamento também ocorre em circunstâncias que há reaproximação com a ex-companheira. Nesses casos, os próprios participantes optam por interromper a participação no grupo por acreditarem que, com a retomada da relação, a medida protetiva deixará de vigorar ou não será renovada, e que, portanto, não haverá novas denúncias.

É uma decisão que reflete a forma como compreendem a dinâmica da medida judicial e as relações afetivas, desconsiderando os riscos envolvidos e os objetivos da intervenção. Ao passo que compreendem a intervenção como uma punição “alternativa”, ou como um espaço específico para homens que “cometeram violência de verdade”, sendo estas as palavras de muitos participantes, que concebem a violência somente como aquela vivida na dimensão física. Assim, a medida judicial é integrada ao repertório avaliativo dos participantes de modo a minimizar sua responsabilidade, ou seja, se existem outros homens que perpetraram atos “piores”, sua presença nos grupos seria uma espécie de excesso estatal, uma medida injustificada ou desproporcional.

Esse enquadramento produz efeitos concretos na adesão às atividades, na disposição para refletir sobre suas práticas e na forma como percebem os profissionais envolvidos. Ao compreenderem o serviço como uma resposta penal, e não como uma intervenção que visa romper ciclos de violência, os riscos associados às situações que motivaram a medida podem ser desconsiderados. Consequentemente, a participação se torna cumprimento formal de uma exigência judicial, e não engajamento em um processo de responsabilização e mudança de comportamento.

Além disso, diversos casos de desistência acontecem no momento em que a ex-companheira sugere a retomada da relação, sob a promessa de retirar ou não renovar a medida protetiva, de modo que os homens entendem esse movimento como uma ação que corrobora a sua “inocência” e evidencia a “culpa” da parceira.

Acerca dessa compreensão dos programas e serviços para homens como uma extensão da punição pensada pelos dispositivos legais e consequentemente, pelos próprios participantes, Medrado e Mélló (2008) refletem que a função punitiva não é capaz de apreender as nuances e

complexidades de uma relação que acarretam violência, tampouco funciona como ferramenta que impeça que esta ocorra. Portanto, os autores apontam que a punição não tem ajudado na “prevenção” e nem possibilita o aprofundamento da situação de violência, sobretudo porque a Lei as universaliza. No presente Serviço, é notável que a correlação, mesmo equivocada, entre a intervenção e o Poder Judiciário, afasta os participantes e provoca resistência, dificultando a aderência às propostas do Serviço, aos seus objetivos e reflexões, dentre outros aspectos.

6.2 Marcadores sociodemográficos e contexto da violência

6.2.1 Idade e pressões sociais na masculinidade

A tabela abaixo apresenta a idade dos homens encaminhados, variável categorizada em faixas etárias agregadas, com o objetivo de facilitar a análise. Além disso, a segmentação por faixas permite uma melhor compreensão geracional dos perfis desses homens, favorecendo a identificação de possíveis padrões e diferenças entre os grupos etários.

Tabela 2 — Idade dos Homens Encaminhados

Entre 18 e 25 anos	7 participantes (8,8%)
Entre 26 e 35 anos	31 participantes (38,7%)
Entre 36 e 45 anos	23 participantes (28,7%)
Entre 46 e 55 anos	17 participantes (21,3%)
Acima de 55 anos	2 participantes (2,5%)

Fonte: Autora.

A maioria dos homens encaminhados ao Serviço possuem entre 26 e 35 anos, correspondendo a 38,7% do total, enquanto aqueles com idades entre 36 e 45 anos constituem a segunda maior faixa etária, representando 28,7%. Em seguida, identificam-se homens entre 46 e 55 anos, constituindo 21,3% dos encaminhados. Os encaminhados entre 18 e 25 anos representam 8,8% do total, e por último, participantes acima de 55 anos constituem apenas 2,5% do total.

Os dados revelam, de modo geral, um perfil majoritariamente jovem-adulto. A predominância de homens entre 26 e 45 anos - embora se refira ao recorte de um Serviço e município específicos - suscita algumas hipóteses interpretativas. A primeira delas é que homens nessa faixa etária podem estar mais sujeitos à pressão social vinculada à performance

de uma masculinidade hegemônica, também caracterizada pela expressão de violência. A masculinidade, enquanto categoria marcada e legitimada pelo corpo, como descrito por Connell (2015), especificamente pela eficácia e capacidade de produzir e performar, está inerentemente atrelada à juventude. Isso sugere que a conformidade a esse ideal não opera apenas como expectativa individual, mas como um mecanismo de vigilância social contínua, no qual outros homens atuam como reguladores da performance masculina. A pressão para corresponder a padrões de força, controle emocional, assertividade e domínio nas relações íntimas emerge, assim, como um componente estruturante das interações cotidianas, penalizando qualquer indício de fragilidade, hesitação ou incapacidade de responder aos desafios sociais nos termos que essa hegemonia prescreve.

Nessa direção, Cassaro (2022) escreve que a velhice masculina significa para o homem uma renúncia ao comando, “distanciando-o do poder que sempre teve enquanto homem na sociedade sob o domínio masculino. A velhice masculina, neste ponto, é marcada pela perda da altivez e do sugerido enfraquecimento de seu falocentrismo” (p. 85). Enquanto a velhice pode representar o enfraquecimento simbólico da virilidade e dominação, homens mais jovens, ainda imersos na expectativa de ocupar esse lugar, podem apresentar tendência em investir de maneira mais expressiva na afirmação de uma masculinidade reconhecida social e culturalmente.

Outra hipótese é que a violência nas relações entre pessoas idosas seja subnotificada, considerando que a mulher idosa evita denunciar, permanecendo isolada (Caldas *et al.*, 2008) e que a maioria dos casos de violência contra as mulheres idosas se sustenta pelo silêncio da família, que compreende a violência como assunto particular ou natural, como apontam Morilla e Manso (2021).

6.2.2 Naturalidade e configurações regionais da virilidade

A tabela seguinte apresenta a naturalidade dos homens encaminhados ao Serviço, a fim de possibilitar a contextualização regional, cultural e social dos achados.

Tabela 3 - Naturalidade dos Homens Encaminhados

Rondonópolis - MT	37 participantes (47,4%)
Outros municípios (MT)	15 participantes (19,2%)
Outros Estados	26 participantes (33,3%)

Fonte: Autora.

Observa-se que 47,4% dos homens nasceram na cidade de Rondonópolis-MT, enquanto 33,3% são naturais de outros estados e 19,2% de outros municípios de Mato Grosso. Ao todo, 66,6% são homens mato-grossenses. Esse dado é relevante quando se considera o contexto regional, sobretudo porque Mato Grosso apresenta o maior índice de violência contra a mulher no país, tendo em vista também que “a geografia [...] em muitos casos, é o receptáculo dos parâmetros sócio-culturais, também constitui um componente importante na construção do conceito de virilidade” (Barbosa, 1998, p. 324), de masculinidades e conseqüentemente, de violências.

Um território no qual seus residentes se associam, majoritariamente, a identidade rural, tradicional e conservadora e que possui altos índices de violência contra a mulher, pode contribuir para a reprodução e manutenção da violência como fenômeno natural e necessário. Além disso, a exaltação da figura do homem provedor, autoritário e forte, central no sistema patriarcal, pode refletir em maior resistência para romper e alterar dinâmicas de gênero, acarretando uma tendência em reprimir a vulnerabilidade. Tais modelos podem propiciar a tolerância e legitimação de práticas de violência, principalmente no ambiente doméstico, onde a rigidez e controle são concebidos como alicerces da instituição familiar.

Esse arranjo territorial, portanto, não apenas organiza modos de vida, mas também sustenta dispositivos de regulação das condutas masculinas que atravessam a vida cotidiana. A associação entre força, autoridade e domínio, amplificada por práticas culturais que valorizam a dureza e a autosssegurança, tende a produzir um ambiente no qual respostas violentas são interpretadas como parte da própria performance esperada de um homem “adequado” ao seu meio. Assim, quando esses homens ingressam no Serviço, trazem consigo repertórios formados por códigos locais que regulam o que é permitido sentir, expressar e fazer, o que ajuda a compreender tanto a persistência de determinados padrões quanto a resistência em romper com eles.

6.2.3 Escolaridade, cor/raça e os efeitos da socialização racializada

A seguir, são apresentadas as tabelas acerca do nível de escolaridade e cor/raça dos homens encaminhados ao Serviço, dados estes que não podem ser desconsiderados ou interpretados de maneira isolada, ao passo que permitem identificar possíveis desigualdades estruturais e a relação com a educação e o desenvolvimento crítico-reflexivo.

Tabela 4 - Nível de Escolaridade dos Homens Encaminhados

Ensino fundamental incompleto	8 participantes (10%)
Ensino fundamental completo	6 participantes (7,5%)
Ensino médio incompleto	15 participantes (18,8%)
Ensino médio completo	31 participantes (38,8%)
Ensino superior incompleto	8 participantes (10%)
Ensino superior completo	12 participantes (15%)

Fonte: Autora.

Tabela 5 - Cor/Raça dos Homens Encaminhados

Branco	15 participantes (18,8%)
Preto	14 participantes (17,5%)
Pardo	51 participantes (63,7%)

Fonte: Autora.

A maioria dos homens que chegam ao Serviço possuem apenas o Ensino Médio completo, representando 38,8% do total. No entanto, somados aqueles que possuem o Ensino Médio incompleto, Ensino Fundamental completo e incompleto, temos 36,3%. Assim, os homens que não ultrapassaram o nível do Ensino Médio correspondem a 75,1%, em contrapartida, aqueles que alcançaram o Ensino Superior (completo ou incompleto) representam somente 25%.

O dado sobre cor/raça corresponde ao elemento sociodemográfico mais expressivo, dada a discrepância entre homens encaminhados brancos (18,8%) e pretos/pardos (81,2%). A maioria de homens pretos/pardos evidencia não somente uma sobrerrepresentação desse grupo no conjunto analisado, como também levanta hipóteses sobre as desigualdades que podem afetar os processos de denúncia de violência contra a mulher e, conseqüentemente, do encaminhamento ao Serviço.

A partir disso, entende-se que o Serviço atende principalmente o perfil supramencionado e revela que o público-alvo é marcado por aspectos raciais e educacionais específicos. Nesse sentido, tais informações se relacionam ao que hooks (2004) e Vigoya (2018) apresentam acerca das masculinidades negras, destacando como o racismo estrutural, patriarcado e o capitalismo

afetam profundamente as vivências de homens negros, sobretudo, os latino-americanos. hooks (2004) escreve que os homens negros

foram socializados para acreditar que a força física e a resistência são tudo que realmente importa. Essa socialização está tão presente no mundo atual quanto estava durante a escravidão. Eles são preparados para permanecer permanentemente como membros de uma classe subordinada, preparados para não ter escolha, [...] os homens negros sem privilégios de classe sempre foram alvo de uma educação inadequada. Eles foram e são ensinados que "pensar" não é trabalho valioso, que "pensar" não os ajudará a sobreviver. Tragicamente, muitos homens negros não resistiram a essa socialização. Não é acaso que muitos homens negros de pensamento brilhante acabam presos, mesmo que, sendo meninos, fossem considerados ameaçadores, ruins e perigosos. (hooks, 2004, p. 33)

Considerando essa perspectiva, os dados obtidos acerca do nível de escolaridade e cor/raça dos homens encaminhados dialoga diretamente com a análise sobre os efeitos da socialização racializada, a qual contribui para a subordinação e marginalização de homens negros, bem como a desvalorização do pensamento crítico entre estes. Além disso, a ideia de que o “trabalho dignifica o homem” e a sua colocação como um dos pilares da masculinidade, produz reverberações significativas sobretudo entre os grupos mais vulnerabilizados socialmente. E embora seja inegável que o trabalho possa funcionar como espaço de aprendizado e de produção de saberes, na realidade, a centralidade atribuída ao trabalho frequentemente contribui para a desvalorização da educação formal, percebida como insuficiente para lidar com as demandas atreladas à manutenção da vida.

Complementarmente, hooks (2004) aponta o processo de desumanização e privação de afeto que marcam as experiências de homens negros, com ideais pautados no domínio e na força, modelo este que pode levar à reprodução da violência nas relações afetivo-familiares, não como expressão de um aspecto natural ou pertinente à raça, mas como resultado de opressões históricas e relações interseccionais que negam aos homens negros formas alternativas de existir e sentir.

Assim, a construção das subjetividades de masculinidades racializadas é marcada pela marginalização e estigmatização, aspectos que reforçam a vinculação de homens negros à violência, como enfatizado por Vigoya (2018). Deste modo, as porcentagens obtidas não pretendem afirmar que homens negros jovens-adultos constituem o perfil predominante de autores de violência, mas que estes constituem o perfil que é socialmente e culturalmente passível de denúncia e punição, sendo desproporcionalmente identificados e encaminhados pela

Justiça, enquanto violências praticadas por homens brancos tendem a ser relativizadas e tidas como menos graves, não-naturais.

Isso revela como a socialização racializada inscreve, desde cedo, expectativas de controle e contenção sobre corpos negros, posicionando-os em um lugar de suspeição permanente. O racismo estrutural opera, portanto, como uma engrenagem que molda trajetórias, produz vulnerabilidades específicas e intensifica a vigilância institucional, fazendo com que experiências de conflito ou tensão vividas por homens negros sejam rapidamente lidas como indicadores de perigo ou agressividade. Essa combinação entre marcadores raciais e normativas de gênero contribui para que esses homens tenham menor margem para a ambiguidade, o benefício da dúvida ou a leitura contextualizada de suas ações, reforçando as desigualdades que estruturam o sistema judiciário e os caminhos que conduzem ao Serviço.

Por outro lado, a branquitude institui um regime de normalidade que protege, ameniza e ressignifica comportamentos violentos praticados por homens brancos, conferindo-os credibilidade, suposta racionalidade e maior legitimidade às suas narrativas, oferecendo-lhes a possibilidade de serem interpretados como sujeitos “descontrolados por circunstâncias”, “em crise” ou “fora do comum”, e não como agentes de violência estrutural. Assim, a branquitude funciona como um dispositivo de privilégio que regula a visibilidade da violência masculina, reduz a intervenção institucional e produz camadas de proteção simbólica e jurídica, contribuindo para que práticas violentas nesses grupos permaneçam menos denunciadas, menos punidas e, muitas vezes, menos reconhecidas como violência.

6.2.4 Tipificação da denúncia e o desafio do reconhecimento da violência

Por último, apresento a tabela que trata dos tipos de denúncia que culminaram no encaminhamento ao Serviço, embora não corresponda a uma característica pertencente a estes homens, como idade, raça, etc, constitui um dado relevante para compreender suas narrativas e experiências com a violência.

Tabela 6 - Tipo de Denúncia

Violência psicológica	54 participantes (67,5%)
Violência física	34 participantes (42,5%)
Violência moral	13 participantes (16,3%)
Violência sexual	1 participante (1,3%)

Violência patrimonial	14 participantes (17,5%)
Sem resposta	9 participantes (11,3%)

Fonte: Autora.

A partir da distribuição representada, identifica-se que 67,5% dos homens que chegam ao Serviço foram tipificados por violência psicológica, 42,5% por violência física, 16,3% por violência moral, 17,5% por violência patrimonial, 1,3% por violência sexual e 11,3% não responderam ou não souberam responder. Pertinente a essas informações, são necessárias algumas observações pontuais.

Durante o acolhimento, momento em que ocorre o primeiro contato presencial com o participante e que sua história de vida é parcialmente relatada, assim como as circunstâncias que culminaram na denúncia, muitos dos homens encaminhados não conhecem as diferentes tipificações de violência previstas legalmente. Portanto, a categorização do tipo de violência associada ao caso pode decorrer de uma conjugação de fatores: o que está registrado na denúncia formal e que é compartilhado pelo participante; as informações fornecidas pelo próprio participante, com base em sua compreensão da situação; e a interpretação do membro da equipe do Serviço responsável pelo acolhimento, que, a partir do relato apresentado, realiza uma leitura técnica das possíveis tipificações.

Assim, trata-se de um dado que é integrado por múltiplos elementos contextuais e subjetivos. Além disso, as violências aparecem de maneira combinada, de modo que os homens encaminhados podem ter cometido mais de uma.

Em relação aos homens que não responderam ou não souberam responder, é possível considerar que a ausência dessa informação esteja relacionada a fatores semelhantes. Alguns participantes podem não saber nomear ou identificar adequadamente os atos que levaram à denúncia, bem como podem não ter tido acesso ao conteúdo completo da denúncia formal. Outra hipótese é que alguns homens não tenham se sentido à vontade para relatar a situação com clareza ou profundidade. A lacuna na nomeação ou reconhecimento da violência, especificamente, sinaliza uma dimensão interpretativa importante, que será discutida com maior profundidade no capítulo “8.1 A compreensão da violência: limites e relativizações”.

É importante considerar ainda que, embora respondam acerca da denúncia, alguns relatos podem não ser completos e a tipificação pode ser dada erroneamente, tendo em vista que, inicialmente, os homens acreditam que o Serviço e a Vara que os encaminhou estejam vinculados e que tais relatos poderão ser utilizados no processo. Assim, o silêncio ou omissão

podem ser compreendidos como um mecanismo de autodefesa, de negação ou dificuldade de autoresponsabilização, aspectos que reforçam a complexidade subjetiva que envolve esse tipo de dado.

Além disso, os homens não tem obrigatoriedade em responder todas as perguntas, tampouco de relatar minuciosamente o que os levou até o Serviço, exatamente porque este não pretende atuar a partir da punição ou julgamento, e complementarmente, a equipe não tem acesso à denúncia ou histórico judicial dos homens encaminhados, exceto em circunstâncias justificadas, a fim de assegurar a integridade da equipe técnica e promover um ambiente seguro e acolhedor para todos os envolvidos.

Os dados revelam que os encaminhamentos por violência psicológica são predominantes, seguidos pelos encaminhamentos por violência física que, por sua vez, é frequentemente acompanhada de violência psicológica, ao passo que integra dinâmicas que impactam diretamente a dimensão emocional da pessoa envolvida.

Para Portela (2021) a violência psicológica emerge no primeiro ciclo da violência, e a violência física pode emergir em fases distintas, em contextos nos quais as práticas de violência simbólica já foram naturalizadas. Com base nessa perspectiva, uma possível hipótese para a predominância dos encaminhamentos por violência psicológica é que o Serviço não atende situações classificadas como mais graves ou que envolvem maior risco iminente, comumente associados à violência física expressiva ou contínua. Ainda que casos de violência física possam ser encaminhados e aceitos, o perfil atendido tende a não contemplar episódios de maior letalidade.

Outra possibilidade está relacionada ao fato de que a violência psicológica, por emergir nas fases iniciais do ciclo da violência, pode estar sendo mais reconhecida e denunciada em função do aumento dos debates públicos e da maior conscientização social sobre o tema, além de sua recente inclusão no Código Penal Brasileiro (Portela, 2021). Assim, relacionamentos disfuncionais podem estar sendo rompidos e denunciados ainda nesse estágio.

Outra hipótese é que violências de outras dimensões possam ser nomeadas como violência psicológica, considerando que “elas se misturam e se entrelaçam de formas diversas” (Silva; Coelho; Caponi, 2007, p. 96). Ou ainda, a fim de que sejam omitidas ou minimizadas, as violências podem ser nomeadas erroneamente, o que pode refletir uma tentativa de atenuar a gravidade da situação ou evitar implicações jurídicas mais severas.

Por fim, os dados aqui apresentados, embora não esgotem a complexidade das trajetórias individuais, fornecem subsídios relevantes para a compreensão dos perfis que chegam ao

Serviço, das subjetividades dos participantes e das dinâmicas socioculturais que os marcam, incluindo aquelas que modelam suas compreensões e práticas de masculinidade e violência.

7. DINÂMICAS FAMILIARES E PADRÕES INTERGERACIONAIS: ENTRE A PERPETUAÇÃO E A RUPTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Este capítulo examina as narrativas de nove participantes, com o objetivo de compreender como as dinâmicas familiares e os padrões de relacionamento entre gerações influenciam processos de perpetuação ou de ruptura da violência contra a mulher. As histórias relatadas por esses homens constituem o núcleo da análise, permitindo situar de modo mais preciso como experiências intergeracionais moldam percepções, práticas e respostas diante da violência. Ao explorar essas narrativas, buscamos evidenciar as camadas de interação familiar que atravessam suas trajetórias, destacando continuidades e deslocamentos que ajudam a entender o lugar da violência e de suas possíveis transformações no interior dessas relações.

O número de entrevistados, por sua vez, não decorre de critérios de saturação teórica, mas das condições concretas em que a pesquisa foi desenvolvida. Além da quantidade reduzida de participantes que atendiam aos critérios da pesquisa, vários participantes permanecem receosos e vigilantes frente às temáticas que tratam de violências, principalmente no que tange à violência contra a mulher. Pensando nisso, é importante destacar que, embora a pesquisa tenha a pretensão de pensar as dinâmicas afetivo-familiares que abarcam a violência contra a mulher, não a mencionar diretamente nas entrevistas consistiu em uma decisão estratégica. Deste modo, as questões elaboradas (Apêndice B) e os possíveis desdobramentos foram avaliados cuidadosamente, a fim de que os participantes se sentissem seguros e confiantes ao aceitarem participar.

Os que aceitaram participar das entrevistas são apresentados no quadro a seguir, por meio de informações que permitem situá-los em seus contextos sociais, geracionais e relacionais, contribuindo para uma compreensão mais ampla de seus discursos, trajetórias e posições. Os nomes apresentados são fictícios, conforme a escolha dos participantes.

Quadro III - Caracterização dos participantes da entrevista

Nome fictício	Idade	Cor/Raça	Escolaridade	Paternidade
Silas	52	Pardo	Médio Completo	Pai de 3 filhos (idades: 33, 31 e 29 anos)
Vanderlei	58	Pardo	Superior Completo	Pai de 3 filhos (idades: 38, 28 e 8 anos)

Arnaldo	54	Preto	Médio Completo	Pai de 2 filhos (idades: 27 e 22 anos)
Luciano	31	Pardo	Médio Incompleto	Pai de 3 filhos (idades: 12, 8 e 3 anos)
Henrique	26	Branco	Superior Completo	Pai de 1 filho (idade: 5 anos)
Vitor	29	Preto	Fundamental Incompleto	Pai de 1 filho (idade: 1 ano)
Lídio	36	Branco	Médio Completo	Pai de 3 filhos (idades: 14 e 5 anos; 4 meses)
Marcelo	36	Preto	Ensino Superior Completo	Pai de 2 filhos (idades: 5 e 2 anos)
Benjamin	25	Branco	Médio Completo	Pai de 3 filhos (idades: 6 anos e 1 ano; 1 mês)

As histórias por eles relatadas não tem como pretensão a linearidade. São fragmentos que, na fala, revelam sentidos por vezes desconhecidos, sobretudo para aqueles que as contam. A própria história pode ser tida como um mistério, um emaranhado de acontecimentos que sequer parecem ter um começo. Frente ao pedido “me conte a sua história”, quase todos respiram fundo antes de emitir qualquer palavra. Esse parece ser o ponto de partida que une estes participantes. Uns começam falando de si ou do casamento, outros, dos filhos, mas o momento que antecipa a resposta, é preenchido por um questionamento: *Por onde eu começo?*, como pergunta Lídio. Vitor, por sua vez, declara: *É muita coisa doutora. Até porque eu não gosto muito de ficar lembrando.*

De todo modo, ao compartilharem suas narrativas, as lembranças estão sendo articuladas dentro de um quadro social que define o que pode ser lembrado, silenciado ou justificado. Para Bosi (2003), isso significa que a memória não é uma reprodução mecanizada do passado, mas possui liberdade ao escolher acontecimentos no espaço e no tempo. Essa escolha, no entanto, não é arbitrária, mas se dá a partir de índices comuns, ou seja, associações de sentido, emoções e valores. Essas escolhas se tornam ainda mais intensas quando recebem “o brilho de um significado coletivo” (p. 31), quando ultrapassam a dimensão de experiência individual e

adquirem valor social. Talvez por isso, quando convidados a contarem suas histórias, muitos retomam à família.

Silas é um homem de 52 anos, pai de três filhos adultos. Dois homens e uma mulher. Veio de família grande, cuja relação é marcada sobretudo pelo trabalho, como o próprio inicia relatando:

A relação com minha família, com meu pai, com meus irmãos, sempre foi muito bem, muito boa, tranquila. É... nosso convívio sempre foi muito próximo, né? É... direto... nunca me afastei nunca da família, sempre ‘tive’ presente, né? É... mesmo depois de casado, a convivência ainda era... bem próxima devido ao trabalho, né? Todos os dias vendo meus pais, né? Meu pai, minha mãe, meus irmãos...

Ainda na infância, Silas passou a trabalhar junto do pai, assim como os irmãos, que fizeram o mesmo.

Quando eu completei 12 anos de idade, eu tentei fazer o trabalho que meu pai fazia, e aí então de 12 anos até aos 30, por exemplo, a gente ‘tava’ sempre presente, juntos, a gente sempre saía... Da- do lugar que a gente morava vinha fazer o trabalho que era passar o dia fora de casa, mas ao retornar pra casa- e durante o dia a gente ‘tava’ junto, a gente retornava para casa junto, é... anos depois, alguns dos meus irmãos ‘veio’ a fazer o mesmo trabalho, e aí essa ausência entre aspas aí que era que meu pai passava longe de casa, já ‘passou’ a ‘tá’ próximo dele.²

Para ele, a família e o trabalho aparecem de maneira indissociável, afinal, foi o que assegurou a proximidade entre os homens da família, principalmente com o pai. Essa relação, segundo seu relato, permanece da mesma forma. Enquanto narrava essas experiências, seus sobrinhos brincavam ao redor, movimentando-se pelo seu espaço de trabalho, compondo uma cena na qual o cotidiano familiar e laboral ainda se entrelaçavam.

Henrique inicia sua história de maneira semelhante. Começa pelo nome, idade, filho e casamento. É um homem de 26 anos, que se tornou pai aos 21. Atualmente, tem guarda compartilhada. Em poucas palavras, resume o que acredita ser importante sobre si:

Atualmente ‘tô’ casado, né? Moro só eu e minha esposa. A convivência com minha família é tranquila, graças a Deus... com meus pais. Tenho... os... os meus irmãos cada um- tenho uma irmã e um irmão cada um de ‘nóis’ tem só- cada um tem só a mãe, é... de outros casamentos, antes do meu pai conhecer minha mãe, né? Aí, meu pai ficou com a minha mãe a vida inteira, meu pai e minha mãe tem 35 anos de ‘casado’.

²O uso de hífen nas transcrições indica hesitações ou correções de fala dos entrevistados.

Nessa direção, Henrique pontua algumas vezes a admiração pelo que seus pais construíram e pelos valores que lhe foram transmitidos. Diz ter uma família tranquila.

Luciano se restringe a falar da família que construiu. É um homem de 31 anos, tem três filhos meninos ainda crianças e reforça: *todos da mesma mãe*. Descreve a sua paternidade como algo que ocorreu de maneira precipitada: *Foi meio... irresponsabi- irresponsável porque a gente é novo, né? Mas no decorrer do tempo eu vi que eu gostei, né?* Até o momento da entrevista, ainda não possuía a guarda compartilhada dos filhos, disse *estar vendo* a situação, mas que a mãe das crianças não o havia proibido de vê-los, mesmo com a medida protetiva vigente. Luciano e a ex-parceira reataram e se separaram algumas vezes, mesmo após o início do processo.

Arnaldo se apresenta de forma contida. Além da notável timidez, a mágoa que carrega encurta suas palavras. É um homem de 54 anos, pai de dois homens adultos, com os quais não tem a relação que gostaria.

Sobre o mais novo, Arnaldo explica:

Eu descobri que ele ‘tava’ envolvido com droga... e até hoje ele ainda ‘tá’. Só que ele casou, tem uma filha, diz ele que não ‘tá’ usando mas dá pra perceber que ainda tá envolvido ainda. Não como era antes, diminuiu mas ainda ‘tá’. Isso foi, *vixe*, uma coisa que ninguém espera, né?

Com o filho mais velho, o conflito aconteceu depois da medida protetiva.

Antes era amigável, ‘nóis’ né? Mas agora depois que separei da mãe deles, o mais velho ‘nóis’ não conversa, nunca mais conversou comigo, só liga pra xingar, brigar, né? [respira fundo] Eu não tenho contato com ele.

Diz que em sua casa, *nunca teve briga, nunca teve nada*, e que conviveu pouco com a família devido ao trabalho. Hoje, com a nova esposa, cria o filho, ainda criança, que ela teve em uma relação anterior. Arnaldo o admira, diz que seu enteado quer ser padre e é diferente das outras crianças.

Vanderlei, por sua vez, se apresenta sem restrições. Aos 58 anos, tem três filhos, um homem, que lhe deu dois netos, e uma mulher. O mais novo é um menino, ainda criança, o qual Vanderlei diz: *Tenho uma excelente convivência com ele graças à Deus, eu... eu procuro assim fazer o meu melhor pra ele, e eu sinto que ele tem assim... um respeito e... um amor muito grande por mim*. Atualmente divorciado, ele enfatiza que a relação com sua família ficou estremecida após a separação, havendo, segundo seu relato, *um trauma e eles ficaram meio que*

afastados, depois tudo se resolveu. A convivência com os filhos, hoje, se dá quando Vanderlei quer, segundo sua própria descrição.

Lídio, após a dúvida sobre onde começar, inicia comentando sobre seus casamentos. Aos 36 anos, já esteve em três relacionamentos. No primeiro, após o nascimento de sua primeira filha, Lídio mudou de cidade para procurar trabalho e ao retornar, sua esposa havia ido embora com outro homem. O seu segundo casamento durou 10 anos, e após o nascimento do segundo filho, um menino, veio a separação. Anos depois, conheceu outra pessoa, com a qual permaneceu por um ano. A relação também acabou logo que sua terceira filha nasceu. Lídio relata não entender:

Eu costumo pensar que isso, não sei, pode soar estranho pra você, mas parece uma maldição. Eu não posso ter nenhum filho dentro de um relacionamento. Engravidou, a criança nasceu, um período curto ali pra poder separar, não sei o que acontece, entra numa discussão e acaba que separa.

Para ele, essa *maldição* pode ser decorrente de um trauma da infância. Pouco antes dos 9 anos, ao entrar na casa de um vizinho, se deparou com a mãe tendo relação sexual com esse homem, que era amigo de seu pai. Posteriormente, a mãe foi embora com o amante, levando ele e a irmã. Lídio diz que em sua casa nunca faltou nada, que seus pais se amavam, mas que *aquela cena ficou na cabeça bem forte* e que tem muito medo de ser traído e abandonado. Resume sua vida ao trabalho, e diz que é a única coisa que o mantém aqui.

Marcelo se descreve como o caçula entre três irmãos. Atualmente, mora com a mãe, foi criado somente por ela *dos seis anos até o presente momento*. É de família cristã, seus pais foram casados por 18 anos e se divorciaram, após uma traição por parte de seu pai. Para ele, tanto o casamento de seus pais, quanto o próprio, acabaram devido ao desgaste. Pai de dois filhos, uma menina e um menino, ainda crianças, têm guarda compartilhada com a ex, com a qual relata ter uma convivência tranquila mesmo após a denúncia. Marcelo lamenta não ter pensado no relacionamento antes, mas diz que foi melhor assim e que ambos erraram.

A dificuldade de Vitor em pensar sobre a própria história aparece logo em suas primeiras palavras. Nenhuma de suas lembranças escapa da violência. Ainda criança, foi obrigado por seu pai à *mexer com drogas*, e relata que tudo que aprendeu, *foi debaixo de tapa*. Com voz baixa, Vitor diz: *apanhava bastante, mas também eu não era santo, né? Mas também não justifica o espanco*. Hoje, aos 29 anos, pai de um menino, essas marcas ainda são latentes e aparecem através dos olhos cheios de lágrimas e da voz embargada.

As lembranças de Benjamin partem de um lugar semelhante. Ainda na infância, foi levado pela sua mãe que estava cansada das traições e da violência do marido contra si e contra

o filho, ambos vítimas de espancamento, como ele próprio define. Sobre esse momento, ele diz: *A gente foi morar na casa de favor... e de lá pra cá foi de aluguel ou na casa dos outros. A gente foi embora com quatro sacolas de lixo... lembro como se fosse hoje.* Hoje mora com a esposa e os dois filhos do atual relacionamento, um deles recém-nascido. Reataram pouco tempo após a denúncia, quando o filho que a parceira estava gerando nasceu. Além disso, Benjamin tem uma filha mais velha, de um relacionamento que teve durante a adolescência. Apesar das vivências dolorosas, como ele define, diz que se sente abençoado e que não mudaria nada.

Embora sejam homens diferentes, com narrativas que se encontram e desencontram, todos evocam momentos situados de suas vidas em que a memória aparece não como um repositório neutro de fatos, mas como prática socialmente e historicamente moldada (Danziger, 2008). Ao mesmo tempo, os relatos são permeados por descrições emocionais que não apenas expressam sentimentos internos, mas cumprem funções discursivas: explicam, justificam e atribuem sentidos às ações, como proposto por Edwards (1999). Nesse sentido, a rememoração ultrapassa o caráter essencialista ou puramente cognitivo, mas está intimamente articulada a recursos narrativos e retóricos, nos quais emoção e memória se tornam forças ativas na produção de significados sobre si e sobre os outros (Bosi, 2003).

Assim, ao enfatizarem determinadas palavras e escolherem compartilhar momentos específicos de suas vivências, que, em suas perspectivas, os definem enquanto filhos, pais e maridos, e por fim, enquanto homens, os participantes também evidenciam como os processos de memória e emoção não podem ser dissociados de seus contextos sociais. É uma produção única e irreproduzível, marcada pela imprevisibilidade, uma vez que é dinâmica, sujeita a deslocamentos e reaparições (Bosi, 2003; Danziger, 2008). Nessa relação, tais relatos de apresentação inicial deixam de ser apenas registros individuais para se configurarem como práticas sociais que organizam versões do passado, sustentam identidades e negociam posições nas relações familiares e conjugais.

Portanto, não há como prever quais seriam as narrativas em outros contextos ou em outro tempo, só há a possibilidade de pensarmos a partir daquilo que foi suscitado no momento em que esses nove homens foram convidados, por uma mulher, a responderem perguntas sobre masculinidade, violência e família.

7.1 O “ser homem” no discurso dos participantes: heranças e reinterpretções

Nesse ponto, dois tempos distintos se entrecruzam. O tempo do homem que estava sentado à minha frente, e o tempo do homem do passado, evocado a fim de pensarmos os caminhos que a masculinidade tem percorrido, e de que maneira essas trajetórias têm transformado ou mantido as noções de ser-homem. Ainda que, por vezes, a pergunta sobre o significado de ser homem surgisse como algo difícil de responder ou de ser aprofundado, marcada por pausas e hesitações, as narrativas também indicam a presença de mudança nessa posição, uma transição que é sentida, mesmo quando não é abertamente nomeada.

Mesmo provenientes de contextos, criações e perspectivas distintas, o olhar sobre si e sobre o que a própria imagem como homem representa (ou deveria, ao menos, representar) aparece de maneira semelhante em vários relatos, fundamentados em perspectivas essencializantes do ser-homem.

Ser forte. Independente da situação, independente do que ‘teja’ passando, então, tem que ser forte. É... você é a base, independente de tudo.

Às vezes, assim como para Lídio, o entendimento sobre a masculinidade se dá assim, em poucas palavras. De qualquer modo, carrega uma ideia potente: ser forte. E não somente isso, mas ser forte independente de qualquer circunstância. A ideia do que é ser homem ou do que é a masculinidade, aparece de maneira tão natural e profunda, que não precisa ser explicada. É um lugar inquestionável, e a ausência de questionamento, para além da não-necessidade de pensar sobre a posição que ocupa no mundo e em como isso produziria afetamentos, é também, paradoxalmente, reafirmar essa posição.

Mesmo que para si a masculinidade seja pensada como ser forte independente de tudo, ele demonstra que não compreende como sendo este o modelo mais adequado, mas que esse foi o modelo que lhe foi transmitido. Quando pergunto se em sua perspectiva, o ser-homem mudou, Lídio responde: *Acho que sim*. E justifica:

O homem ficou mais sensível. Acho que por conta da família, né? Então assim, eu cresci ali, daquela forma, “você não pode chorar, você não pode demonstrar fraqueza, você não pode demonstrar derrota”, entendeu? “Cê tem que resolver a situação, tem que resolver o problema não importa como”, eu cresci com essa visão na minha cabeça.

Pergunto se reconhecer esses processos possibilitou que ele se desfizesse dessa visão, e Lídio responde: *Não*.

Essa narrativa se aproxima do que Butler (1988) discute ao salientar que o efeito das normas de gênero que se originam dentro das famílias não pode ser minimizado. Ao recordar

as afirmações que aprendeu, Lídio explicita a dimensão performativa da masculinidade, na medida em que essas frases funcionam como mandatos que delimitam o que é ou não aceitável para um homem ser. No entanto, os critérios que desenham esses limites, para Lídio, têm sido transformados, considerando que permitiu ao homem se tornar “mais sensível”.

Por outro lado, ao dizer que não se desfez dessa visão porque o tornou forte, Lídio demonstra que não há razão para repensar a subjetividade masculina, uma vez que esta lhe foi entregue e lhe serve bem, e que questioná-la, poderia ameaçar a certeza do que é ser homem.

Para Luciano, por sua vez, a certeza da masculinidade é um fim em si mesma e também dispensa explicações: *Não sei... eu me sinto homem, não sei nem como te responder, eu me sinto homem e ‘cabou’, é a resposta que eu sei dizer.*

Esse não-saber ou a ausência de explicação, com frases prontas, que evocam sentidos conhecidos para pensarmos os homens, explicita a masculinidade enquanto significação social, culturalmente elaborada e que possui uma ordem de comportamentos e representações previamente sancionados (Oliveira, 2004). Nessa direção, embora as respostas sejam individualmente pronunciadas e apresentem características próprias, como a maior ou menor formulação e expressões linguísticas específicas, a ideia imbricada na fala não é uma produção que se dá isoladamente, é um empreendimento coletivo (Spink, 2013).

Assim, a partir das interações com as outras pessoas e das próprias experiências, aprende-se o que significa ser homem. Tais significados, ao serem internalizados tão precocemente e serem consistentemente reforçados, sequer são percebidos como construções, mas sim como aspectos de uma essência masculina. E até há o reconhecimento de que são aprendizagens provenientes de algum lugar ou alguém, mas ainda assim, como algo natural, desvinculado das estruturas de poder e da dimensão relacional que lhes dão sentido. No entanto, Luciano também sugere que houve mudança nesse “se sentir homem”, quando retoma a geração anterior enquanto referência:

Tipo assim, antigamente nossos pais ‘era’ mais rústico, né? Tinham mais masculinidade e muito mais machismo, ‘tendeu’? Hoje eu entendo que pra ser desse jeito, não precisa a gente ser um cara ignorante, um cara que qualquer coisinha quer resolver as coisas na porrada, quer resolver as ‘coisa’ no xingamento, hoje tem diálogo. Hoje que eu entendo assim, eu sou um cara bastante do diálogo, converso bastante.

Ao dizer que antigamente os homens eram mais “rústicos” e machistas, Luciano faz referência à masculinidade com pouca abertura para a negociação afetiva e social, “que mascara e interpreta mal o discurso das suas emoções” (Barbosa, 1988). Esse trecho aparece como ponto

de comparação para a própria experiência de mudança, permitindo que ele defina o que considera uma masculinidade mais adequada hoje. Nessa direção, Luciano marca uma rejeição aos comportamentos violentos ou autoritários como constitutivos do ser-homem.

No relato de Arnaldo, o entendimento sobre a masculinidade também aparece como algo inato, que se deu com suas próprias vivências, e que ele define a partir da noção de responsabilidade:

Hm... ser homem é ser responsável, ser dedicado no que faz (pausa) cuidar da família, mais ou menos isso. [...] Aprendi sozinho, porque na época, meu pai, quando eu era guri, novo, meu pai ficava só em fazenda, eu só tinha minha mãe em casa. E quando era assim, não tinha aquela liberdade de conversar com a mãe.

Além de ter “aprendido sozinho”, Arnaldo justifica essa necessidade devido à ausência do pai e a não possibilidade de ser ensinado pela mãe, uma vez que não havia abertura para tanto, e principalmente, porque ambos pertenciam a terrenos diferentes. O distanciamento entre esses terrenos, mesmo entre mãe e filho, se deve à identidade social da mulher e do homem. E as configurações de suas performatividades a partir desses lugares marcados pelo gênero obedecem uma possibilidade historicamente delimitada (Butler, 1988) e que, precisamente, situam as esferas em que a mulher pode intervir, da mesma forma que estabelecem as áreas de atuação do homem (Saffioti, 1987). Assim, mesmo que a criação dos filhos seja uma função tradicionalmente vinculada à mãe, esta não seria capaz de criar um “homem de verdade”, uma vez que, em uma perspectiva essencialista, uma pessoa não masculina seria passiva e conciliadora e não ativa e dominante (Connell, 1995).

Mesmo que indique ter aprendido sozinho o que era ser homem, quando questionado se essa visão mudou ao longo do tempo, ele menciona a figura paterna como referencial.

Mudou! Mudou e muito. Ah! Hoje a maioria dos jovens não quer mais responsabilidade de família, de casa, com nada, só pensa em si. Não tá mais que nem antigamente, quando eu era guri, no meu tempo quando era criança, com 16, 17 anos o negócio era trabalhar e o sonho era seguir o exemplo do pai. Trabalhar e cuidar de casa, casar, ter mulher e cuidar de casa. Trabalhar, conseguir trazer comida, pagar aluguel, essas coisas e a mulher... mas hoje não, hoje o trem ‘tá’ virado.

Aqui, o passado aparece como tempo de comprometimento e de aderência às performances tradicionais, em que o trabalho, casamento e manutenção da casa definem o que é ser homem e ser mulher e constituem elementos para julgar distorções e desvios (Biroli, 2014). Além disso, seguir o exemplo do pai aparece como ideal formativo e como modo de legitimar

a própria masculinidade, de modo que ser homem se aprendia pela observação e pela repetição, reforçando a continuidade de valores centrados na autoridade e na provisão. O presente, por sua vez, aparece como espaço de desordem, quando Arnaldo declara que “hoje o trem tá virado”, ele marca a sensação de perda de referência e de enfraquecimento do que é considerado legítimo. Assim, como aponta Nolasco (1993), o novo homem tende a ser definido pelo antagonismo dos aspectos positivos do modelo anterior, como a responsabilidade.

No entanto, para Benjamin, o ser-homem se deu a partir de um outro lugar: o da mãe.

Ser homem pra mim... eu acho que é correr atrás dos objetivos, é... (pausa) cuidar da família. E não só correr atrás de dinheiro, né? Mas também amar o próximo, amar mais, né? (pausa) E o resto eu não sei [ri].

Pergunto de que forma isso foi aprendido, e ele prontamente responde: *Com a minha mãe*. Embora essa fala suscite um quase deslocamento, articulando a masculinidade ao afeto e passível de ser pensada e transmitida por mulheres, Benjamin, posteriormente, retorna a uma lógica tradicional ao descrever que não teve, em sua criação, a “firmeza” que deveria ter tido, exatamente pela ausência de referenciais masculinos próximos. Ao dizer que pretende transmitir essa visão para os filhos, e segundo ele, *principalmente com os meus meninos*, é que Benjamin demarca essa diferença:

Porque eu não tive isso, né? Não tive essa cobrança, né? Essa firmeza, essa questão assim do meu pai estar sempre em cima de mim, né? Eu fui criado por um tio.

Dessa forma, mesmo que sua mãe tenha sido a responsável por criá-lo e por ter ensinado valores que ele atribui à sua subjetividade masculina, Benjamin lamenta não ter acessado vivências que só seriam possíveis, em sua perspectiva, na interação cotidiana e parental com um homem, como a rigidez e autoridade. Mesmo que seu tio tenha participado de seu desenvolvimento e ocupado de certa forma esse lugar de paternidade, ainda há a sensação de que faltou algo: *Só que não é a mesma coisa, né? Eu não sinto isso, [...] isso não é ser pai, isso é ser um tio que ajudou, mas eu chamo ele de pai*.

A noção de que existe uma incompletude em famílias nas quais o arranjo estabelecido como ideal não é seguido, decorre da normatização de um modelo fundido no casamento cisgênero, heterossexual e monogâmico. Nesse cenário, somente a união entre um homem e uma mulher é que constitui a principal referência simbólica do conceito de família, incidindo diretamente no engessamento das performances de gênero (Biroli, 2014). Isso significa que,

mesmo frente à arranjos familiares que funcionam sob outras configurações, reforça-se a ideia de que esse funcionamento não é o correto, tendo em vista que na ausência da figura paterna, faltaria também o exercício de uma performance supostamente exclusiva ao homem. Não ser criado com firmeza, ou ainda, ser criado sem nenhuma referência masculina, coloca Benjamin em uma estrutura de legitimação (Spink; Frezza, 2013) que é hierárquica.

Ter a masculinidade construída somente pela mãe pode sugerir que, talvez, ele não seja um homem de verdade. Daí, cria-se a necessidade de buscar o referencial faltante. Mais do que a tentativa de substituir o pai, o tio emerge também como uma forma de assegurar que houve a intervenção de um homem em sua criação e portanto, a sua família e masculinidade são legítimas, ainda que não sejam “ideais”.

Quando pergunto se, em sua perspectiva, a visão de masculinidade que ele descreve têm mudado, Benjamin declara: *Tem! Tem mudado bastante*. Pergunto de que forma essa mudança têm acontecido, e ele, incerto acerca do que diria, responde: *Eu acho que eu não vou saber te responder*.

Isso sugere que embora se reconheça que as masculinidades estão sujeitas à reconfigurações (Connell, 1995) e que esses processos de transição tenham alcançado maior visibilidade nos últimos tempos, culminando no que Soares (2022) descreve como “emergência substancial de enunciações identitárias de masculinidades” (p. 23) que propõem o distanciamento de padrões normativos, por exemplo, não significa que no cotidiano os homens estejam conscientemente elaborando essas transformações, tampouco que sejam capazes de identificá-las concretamente em suas próprias trajetórias e discursos. É esperado que isso se dê de modo sutil e não intencional, sem que sejam necessariamente percebidas como parte de um movimento mais amplo.

A definição de Silas vai de encontro com uma compreensão mais tradicional, a qual ele consegue definir sem dificuldades:

É... eu ainda sou da época do- da pessoa, do homem ser o esteio da casa, de ser o provedor, de trazer o sustento. É... quando eu... é... constitui minha família eu não deixei isso ser fator primordial, mas também não deixei de fazer o que tem que ser feito [...] eu lembro bem que na época que meu pai fazia esse trabalho, que passava o dia fora de casa, pra ser- pra trazer o sustento, trazer as coisas ‘pra’ dentro de casa.

Em sua narrativa, ele situa temporalmente a perspectiva da qual parte, enfatizando que a sua criação provém de um momento sócio-histórico em que o homem era concebido como peça fundamental de sustentação e equilíbrio da família, sendo o principal responsável por

prover materialmente para os filhos e esposa. Complementarmente, Silas pontua que não deixou de cumprir com essa função, mesmo que compreendesse que essa organização não era determinante. A sua fala evidencia o que Spink e Frezza (2013) apontam ao descreverem que somos produtos de nossa época e não escapamos das convenções e das ordens morais.

No entanto, embora tenha aprendido o que é ser homem e a função que devia exercer observando as dinâmicas de seus pais, Silas argumenta: *Quando meu pai saía pra trabalhar, é... realmente ele não tinha outra opção, e minha mãe cumpriu o papel dela que era ser dona de casa.* Mesmo vinculando a função de manutenção da casa à mãe, descrevendo como “papel dela”, na própria relação com a ex esposa, ele enfatiza que houve um rompimento dessa organização familiar e que *soube compreender que ao passar dos anos a responsabilidade é conjunta do casal*, reconhecendo que no passado de sua família, essa divisão de papéis se deu por falta de opção, segundo seu relato.

A experiência de Silas corresponde, portanto, àquilo que se dá no tempo vivido. Trata-se de uma ressignificação (Spink; Medrado, 2013), ainda que parcial, das funções familiares marcadas pelo gênero e da noção de masculinidade que lhe foi transmitida, caracterizada pelo não-envolvimento nas atividades domésticas e parentais. Esse processo mostra que a compreensão do presente e a reconstrução das próprias experiências são também profundamente mediadas pelo passado, que permite alterar o curso das representações atuais, como sugerido por Bosi (2003).

Oliveira (2004) ressalta, no entanto, que contrastes nas maneiras de interpretar a masculinidade, não devem ser tomados como rupturas abruptas, tendo em vista que “sempre existem aspectos ou características das formações sociais precedentes que permanecem na nova configuração, ainda que modificados ou reformulados” (p. 21).

É o que ele demonstra ao responder se houve mudança nessa visão de ser-homem:

Mudou! Acredito que, quando a gente analisa aí os anos 70, 80 e 90, é... para os anos 2000, 2010 e 2020 a... a própria criação em si, né? A própria criação em si, eu acho que faz com que com quem tá hoje constituindo família a partir de 2010 e 2020, é... vai- vai ser bem diferente realmente nessa questão de ser o provedor, de ser a mulher a dona da casa, o homem ter que fazer o papel praticamente sozinho, né? Então hoje existe uma divisão muito grande, e os dois ‘tão’ trabalhando ‘junto’.

A sua fala produz o efeito de sentido de evolução, buscando demonstrar um avanço em direção a novas formas de ser homem e da ressignificação do que Biroli (2014) aponta como sendo a “ideologia da família”. Além disso, ao situar a mudança no campo da criação, Silas a

pensa a partir dos processos de socialização, assim, as transformações não são vistas como rupturas radicais, mas como resultados graduais de dinâmicas culturais e familiares, como aconteceu com ele.

É o que também nos mostra Vanderlei, mesmo que a partir de um outro olhar:

Primeiro eu acho que todo homem deve ter uma família, né? E eu acho que todo homem deve ter uma companheira, companheira mesmo, companheira mulher. Eu acho que... os princípios de família tem que... estar presente na vida do homem, como na vida da mulher. Mas o homem, como se diz, o alfa, né? Eu acho que o homem tem essa responsabilidade de conduzir a coisa, é... no seu âmbito familiar, de criar seus filhos, de prover, né? E... e ter um lar, ter uma família... é isso aí.

Em sua fala, Vanderlei enfaticamente reitera o modelo de família supramencionado, e o coloca como condição fundamental para atestar a masculinidade. Ao dizer que não basta ter uma família, mas que essa família deve partir de um homem e uma “companheira mesmo”, há o reforço do contrato heterossexual, explicitado por Butler (1988). Esse contrato resulta de convenções que, para Butler, não só regulam e garantem a produção, troca e o consumo na dimensão de bens materiais, mas também perpetuam os laços de parentesco que impõem tabus e regulam com a punição, a reprodução de seres humanos generificados a fim de atingir seus objetivos. O objetivo, nesse caso, é a manutenção da instituição familiar e das posições de homem e mulher.

Além disso, ao dizer que

Hoje, tá se perdendo a referência de homem e mulher, é... então assim, tá se perdendo a referência de família, até também... como escolha e opção sexual de cada um, tá se perdendo muito, porque hoje as crianças ‘tão acostumado’ a ver tudo, né? Então... tão escandaloso assim e banal que hoje as crianças ‘tão’ perdendo essa referência, principalmente os meninos.

Vanderlei evidencia o que Medrado e Lyra (2002) apontam acerca do conceito de “masculinidade verdadeira”. Para os autores, essa masculinidade é pensada a partir de dois contrapontos: da feminilidade e da homossexualidade. Nessa direção, não ser mulher não é o suficiente, é necessário também não ser homossexual. Assim, a homossexualidade, no relato de Vanderlei, aparece não somente como responsável pela perda de referencial do que é ser homem, mas como perda de referência de família, como um risco para as crianças, “principalmente os meninos”. Essa preocupação com o futuro, especificamente dos meninos, parte de uma lógica patriarcal que enxerga nos homens gays tudo aquilo que a noção

hegemônica despreza.

Para Connell (1995) esse fenômeno afeta profundamente também a vida de meninos heterossexuais que não performam a masculinidade ideal, e essa ausência de performance é definida por Vanderlei como uma tendência atual, e não como uma forma legítima e “real” de vivenciar a masculinidade: *O modismo hoje toma conta, e o modismo toma conta em tudo.*

Nesse sentido, não se trata unicamente de um estado interno que acarreta medo ou receio em relação à criação atual dos meninos de sua família, mas de uma produção discursiva retórica que por meio da mobilização de afetos justifica moralmente posições normativas sobre a heterossexualidade e a masculinidade (Edwards, 1999).

E esse afeto, caracterizado pelo tom nostálgico, surge novamente em sua narrativa quando pergunto se houve mudança:

Bastante! Bastante. De ser homem, de ser pai de família, de se, é... vamos dizer assim, ‘vamo’, ‘vamo’ colocar como falei agora há pouco, a se rotular como alfa, como provedor da casa, e o homem vem perdendo essa referência. É... talvez pela evolução da própria mulher, né? Que... parabenizar a todas que... excelente. Mas como eu sempre defendo, eu acho que... legal a mulher se evoluir, se... é... vamos dizer assim, ser... autossuficiente, né? Mas também eu acho que tem que ter um equilíbrio, quando se fala de família tem que ter um equilíbrio. É... pai, mãe e filhos. E essas coisas ‘tão’ se perdendo ao longo do tempo.

Mais uma vez os “excessos do feminismo” aparecem como causa primordial da perda de referencial do homem de verdade (Viveros, 2018). Embora Vanderlei não reivindique explicitamente uma posição de oposição, seu discurso mobiliza o mesmo repertório simbólico, caracterizado pela admiração de um tempo em que o homem era provedor, central e necessário, e a interpretação de que a conquista de autonomia pelas mulheres desestabiliza esse lugar. Assim, o que aparece como defesa da “família equilibrada” é, na verdade, a tentativa de preservar uma hierarquia tradicional e uma lógica de dominação masculina apresentada sob o discurso da harmonia e da complementaridade (Biroli, 2014), que revela, segundo Viveros (2018), um sentimento de fraqueza e inadaptação frente às novas configurações.

A tensão entre masculinidade e homossexualidade também aparece na definição de Henrique.

Homem é honrar com seus compromissos, né? Independente da sexualidade, homem tem que honrar com os compromissos, tem que ser o provedor, tem que cuidar da casa, cuidar dos filhos [...] Isso pra mim é o cara ser homem, é o cara ser verdadeiro, o cara ter compromisso, ter palavra.

Quando questionado se, em sua perspectiva, essa visão de masculinidade teria sido transformada ao longo do tempo, Henrique reitera e complementa o que havia dito anteriormente:

Essa questão de masculinidade, isso aí... É, não tem... igual falei pra você, independente de sexualidade, eu homem hétero tenho muitos amigos homossexuais e também são homens e responsáveis, tem os compromissos, tem os serviços, cuidam de suas casas, cuidam de seus serviços, como homens [...] é você honrar com seus compromissos e ter sua responsabilidade independente da sua sexualidade, honrar com as coisas que você faz.

A fala de Henrique, assim como a de Vanderlei, também reforça a ideia de que a homossexualidade é tida como contraponto à masculinidade (Medrado; Lyra, 2002), mesmo que não seja sob a perspectiva da não-aceitação. Embora Henrique mencione, mais de uma vez, que homens gays *também* são homens, a compreensão agregada “ser homem versus ser homossexual” aparece imediatamente, bem como a necessidade persistente de justificá-la, sem que nenhuma pergunta associada à sexualidade fosse feita. Essa associação automática expressa o processo profundo de naturalização dos ideais hegemônicos de masculinidade, mesmo que sob uma apresentação mais “flexível”, como ele indiretamente reforça.

Mesmo que em seu discurso Henrique utilize ferramentas para argumentar que sua visão de ser-homem se distancia de noções excludentes, como a menção de amigos homossexuais que “atestam” aquilo que está sendo afirmado, isto é, que gays podem ser homens de verdade pois possuem responsabilidades, como o trabalho e a casa, assim como os outros “homens de verdade”, marcá-los a partir da diferença (Connell, 1995), evidencia o quanto suas perspectivas ainda respondem o que pede à hegemonia. Nessa mesma direção, outro aspecto pertinente que surge em sua definição, é a relação da masculinidade com a honra.

Assim, mesmo para um homem gay, ser ou não honrado é o elemento que define se um homem pode ser considerado “de verdade”. Essa ideia acompanha a masculinidade há muito tempo, como descrito nos capítulos anteriores. Oliveira (2004) vai nos dizer que “a honra é a chancela social legítima que garante ao agente a possibilidade (não a obrigatoriedade) de lançar mão das prerrogativas de poder destinadas àqueles percebidos como honrados” (p. 234). Isso significa que aqueles que são reconhecidos socialmente como homens honrados podem exercer determinados poderes (como mandar, punir, proteger, vingar-se), porque são vistos como pessoas que possuem legitimidade para tanto. A honra, portanto, é um capital simbólico.

No entanto, o que significa ser honrado? Henrique associa essa noção à concretização de responsabilidades. Segundo ele, é ser responsável com o trabalho, cuidar dos filhos e da casa,

em linhas gerais, é estabelecer compromissos e realizá-los, é ser homem de verdade. Embora tenha aprendido isso com o pai, ao afirmar que *meu pai foi jus- meu pai foi homem, graças a Deus*, por exemplo, Oliveira (2004) aponta que essa relação com a honra parte de um modelo de *ethos* guerreiro medieval ressignificado na função do provedor, orgulhoso, respeitado pai de família e trabalhador disciplinado. Essa transposição mostra como alguns conceitos não se esgotam em seu tempo de origem, mas são continuamente reelaborados e incorporados às práticas contemporâneas. Nessa direção, a honra narrada por Henrique, opera como uma memória coletiva que cruza gerações, sustentando-se em discursos que conferem sentido e legitimidade à masculinidade no presente, mesmo quando se atualizam em novas formas (Bosi, 1993; Spink; Medrado, 2013).

Essa nova forma aparece em outro momento, de modo que, para Henrique, a visão do que é ser homem não têm mudado, mas os homens sim.

Ah... eu, eu acho que é a mesma coisa, eu acho que continua a mesma coisa, fica um pouco mais mole, vamos se dizer assim, fica um pouco mais mole assim mas o homem tem que ser homem de qualquer forma.

Ao afirmar que os homens ficaram “mais moles”, há o reconhecimento de certa flexibilização das condutas e modos de ser, mas o próprio termo escolhido indica que essa mudança é percebida de forma ambígua. Henrique não condena esse movimento explicitamente, mas ainda o marca por um juízo de valor que associa a “moleza” à perda de virilidade e autoridade, indicando que o modelo socialmente idealizado estaria em declínio (Cardoso; Amorim; Sulz, 2023). Além disso, Henrique reafirma a necessidade de “o homem ser homem de qualquer forma”, reforçando a ideia de que existe uma essência masculina que deve ser preservada, mas que não está vinculada à rigidez ou dureza dos homens, e sim à capacidade de honrar com os compromissos, como exposto anteriormente.

Marcelo carrega perspectivas semelhantes, ampliando-as e as distinguindo a partir de duas posições de aprendizagem, primeiro como filho e posteriormente como cristão.

Olha, eu tenho duas ‘visão’, aquela vou dizer assim, uma visão carnal e uma visão espiritual. A carnal é aquilo que o pai passa pra gente, né? De ser quem guarda, quem protege, quem provê, quem carrega peso, aquele que tem que ser o alicerce, a rocha, né? Dentro das situações, o que não se desespera, o que pensa pra resolver. E espiritualmente eu vejo que ser pai e ser homem é ser como um líder, acho que guarda muito essa relação de você chamar pra si a responsabilidade, então pra mim um homem é o que é responsável tanto se der certo quanto se der errado.

Pergunto de que forma ele aprendeu isso, e Marcelo responde:

Pelo meu pai a primeira que eu digo carnal, né? De ser provedor, protetor, de ter responsabilidade [...] Espiritual foi pela religião, que a gente é cristão, e eu cheguei a essa concepção também e meu pai também era cristão, por isso que ele me passou esses ensinamentos.

Em sua narrativa, duas instituições se encontram: a família e a religião. Ambas constituem instâncias formadoras da subjetividade masculina, e ainda que situadas por Marcelo em contextos distintos, estas convergem na centralidade da responsabilidade, provisão e liderança. Essa correlação é definida por Oliveira (2004) como teoria da imbricação dos estratos sociais, que se refere aos lugares simbólicos de sentido estruturante da masculinidade. Assim, esses espaços não atuam isoladamente, mas de maneira articulada, como camadas que se sobrepõem, viabilizando que a hegemonia masculina se mantenha justamente porque não é restrita a um espaço ou a um modelo, sendo suficientemente flexível para produzir aproximações diversas, permitindo que todos os homens, de todos os grupos, possam encontrar algum ponto de identificação (Connell, 1995).

Além disso, Marcelo traz outro aspecto estritamente relacionado à masculinidade, a capacidade de liderar. Esse atributo aparece como um marcador simbólico de autoridade, legitimando sua posição tanto no espaço doméstico quanto em contextos mais amplos, como o trabalho. A liderança, nesse sentido, não é apenas entendida como uma habilidade individual, mas como um papel socialmente esperado e reiterado, que reafirma o lugar do homem enquanto referência (Nolasco, 1993; Oliveira, 2004), sobretudo para aqueles que estão próximos, como declara Marcelo: *É você ser o exemplo pra quem tá atrás de você, os menores.*

Exemplo este que, em seu ponto de vista, deve ser aperfeiçoado a partir da mudança, tida como evolução do ser-homem.

Eu, com as minhas experiências, fui entendendo um pouco melhor do que ele [o pai] tava me passando, então assim, eu vejo que não que mudou pra pior, pra mim ficou melhor, evoluiu, porque meu pai nunca foi fechado, ele me ensinou a ser homem mas não machista. [...] então assim, eu não tive hoje o que o pessoal fala assim de masculinidade... bobo, sabe? Aquele negócio que homem não lava a louça, que homem não arruma a cama, que homem não mexe com casa, meu pai nos ensinou de forma diferente, então só evoluiu pra mim pra melhor e eu fui aperfeiçoando com as minhas experiências para poder passar pro meu filho também.

Marcelo descreve a interpretação e transformação de sua visão de masculinidade como

resultado de reflexões que permitiram compreender os ensinamentos paternos de maneira mais crítica e adaptada ao próprio tempo e realidade, entendendo o que Gama (2016) descreve ao dizer que ser homem ou tornar-se um, requer saber quais comportamentos adotar com base no contexto que se está inserido. Além disso, sua narrativa marca uma distinção entre diferentes modelos de ser-homem, em que práticas associadas ao machismo, como a recusa em realizar tarefas domésticas ou a imposição de comportamentos rígidos, são, por ele, rejeitadas.

No entanto, a história de Vitor se constituiu de maneira distinta. Para ele, o pai consiste em um referencial contrário, o oposto daquilo que ele concebe como ser-homem:

Significado de ser homem pra mim doutora, é não cometer os mesmos erros que meu pai cometeu. Não... cuidar de quem tá do meu lado. Eu sou uma pessoa que trabalha bastante, pra sustentar a minha casa, e isso, pra mim, é ser homem. É sustentar minha casa, é cuidar de quem 'tá' do meu lado.

Sua fala evidencia uma tentativa de ruptura com um modelo considerado falho ou moralmente inadequado. No entanto, ainda que sua narrativa se organize em torno da negação do que foi aprendido com o pai, o ideal que constrói permanece vinculado a elementos tradicionais da masculinidade hegemônica, como o trabalho e a provisão. Ao redefinir o que é “ser homem”, Vítor não abandona completamente os valores normativos que estruturam o masculino, mas os reinscreve em um registro que para si, é ético, em que ser homem passa a significar “não repetir os erros do pai”. Nesse processo, as transformações individuais não chegam a subverter a compreensão sobre a masculinidade, mas reafirmam o masculino sob novas bases morais e simbólicas (Connell, 1995).

Em linhas gerais, as narrativas apresentadas revelam que a definição do que é ser homem se constrói em meio a continuidades e deslocamentos, atravessada por tensões entre heranças normativas e tentativas de reinvenção. Ainda que alguns participantes indiquem mudanças na forma como compreendem a masculinidade, os referenciais tradicionais continuam a operar como medida orientadora, sobretudo aqueles que vinculam o masculino à força, à responsabilidade, à provisão e à honra. Esses ideais são frequentemente articulados a experiências com figuras paternas, sejam elas modelos positivos, presenças frágeis ou ausências, que funcionam como matrizes simbólicas apropriadas de maneiras distintas por cada entrevistado. Em alguns relatos, a presença do pai reforça expectativas de firmeza, estabilidade e desempenho tradicional; em outros, a ausência produz uma sensação de incompletude, como se faltasse o ponto de ancoragem necessário para consolidar uma identidade masculina à altura desse modelo.

Além disso, a responsabilidade, provisão material, honra e a sexualidade aparecem recorrentemente como pilares da masculinidade hegemônica, operando tanto como expectativa quanto como exigência silenciosa que organiza comportamentos e perspectivas sobre si. Essas transformações, porém, são sentidas no cotidiano, como nas relações que deixam de se sustentar em dinâmicas rígidas, nas famílias que educam de modo diferente e na redistribuição das responsabilidades.

Para alguns, isso abre possibilidades de viver masculinidades mais flexíveis, enquanto para outros, configura um terreno incerto no qual antigas referências perdem força antes que novas se estabilizem. O que emerge na fala, portanto, não é apenas a constatação de que a masculinidade mudou, mas a pluralidade de modos pelos quais essa mudança é experimentada, anunciando um momento em que ser homem já não significa o que significava antes.

7.2 O cuidado masculino e as tensões da masculinidade na contemporaneidade

Além da correlação masculinidade-trabalho que surge nas narrativas dos entrevistados, outra noção comum se refere ao cuidado com a família. Ser um homem de verdade, quase sempre, significa cuidar daqueles que estão ao seu lado. No entanto, o que implica esse cuidado e como ele é exercido?

Nas falas apresentadas, o cuidado aparece fortemente associado à ideia de responsabilidade material e moral, ancorada na função de provedor e de ser aquele que “sustenta”. É, portanto, um cuidado que se realiza sobretudo pela garantia das condições de sobrevivência e estabilidade financeira, mais do que pela presença cotidiana ou pelo envolvimento afetivo direto, diferentemente do cuidado atribuído às mulheres, que é marcado pela rotina, pela atenção constante e pela gestão emocional da vida daqueles que integram o núcleo familiar (Biroli, 2014).

Além disso, esse cuidado é tido como suficiente, como o modo legítimo e esperado de exercer a masculinidade e a paternidade, e embora exista o reconhecimento do cuidado como valor, essa noção é restrita e reforça a cisão entre o mundo doméstico e o mundo público, como descrito por Saffioti (1987) e Nolasco (1993), reiterando uma lógica em que o masculino se realiza fora de casa, no espaço produtivo, visível e socialmente valorizado, enquanto o íntimo e o relacional permanecem como território do feminino.

Assim, seja por necessidade, como descrito por Henrique: *Poderia ser melhor mas aí não tem como, tem que trabalhar, né? Aí tem que ficar na babá, mas é normal, a vida de todo*

mundo é assim, ou por vontade própria, como é para Vanderlei, que declara: *meu dia a dia é trabalhar, tenho minhas... minhas horas de folga, de meu lazer de futebol, e... com eles, é... assim, a minha vivência, durante a semana eu vejo eles assim, quando eu tenho vontade*, de todo modo, há a naturalização de que o cuidado direto dos filhos e da casa, tornem-se responsabilidades de outras pessoas. A lógica aqui apresentada se aproxima da crítica que hooks (2004) tece sobre a paternidade ao expressar que os homens exercem muito pouco a função de pais, e ainda assim, ouvimos tanto sobre a importância de ter um homem em casa.

Outra narrativa presente, é de que a masculinidade está em crise. Luciano e Vanderlei, por exemplo, ao serem questionados inicialmente sobre “o que é ser homem?”, não elaboraram uma definição, mas expressaram descontentamento, afirmando que “está difícil”. Essa dificuldade não se traduz em uma análise sobre o que constitui o masculino, mas em um sentimento de injustiça ou desconforto frente às transformações sociais e das novas formas de ser homem, como descrito por Nolasco (1993). A partir de seus relatos, essa dificuldade está relacionada principalmente à Lei Maria da Penha.

Hoje? (pausa) É uma pergunta... não machista, mas... ser homem hoje tá difícil, hein? Que nem... muitos... a gente é justificado e denunciado por poucas coisas... então ser homem hoje não tá fácil não, tem que enfrentar muitas coisas, muitas leis que às vezes ‘é’ abusiva pro nosso lado... eu acho... ser homem hoje... tá mais difícil que ser mulher.

Ao afirmar que “ser homem hoje tá difícil” e mencionar “leis abusivas”, Luciano interpreta a lei como um instrumento que penaliza injustamente os homens. Essa compreensão, mais do que expressar uma experiência individual, evidencia que a ampliação da responsabilização masculina é sentida como ameaça, tendo em vista que emerge, de acordo com Cardoso, Amorim e Sulz (2023) a necessidade de responder a temas historicamente distantes da experiência masculina.

Além disso, ao dizer “não machista, mas...”, Luciano lança mão de uma estratégia discursiva de autoproteção, sinalizando consciência do debate sobre o machismo, ao mesmo tempo em que legitima a sua queixa. Assim, é uma narrativa que desloca o foco da violência para o suposto excesso das leis, reforçando a ideia de que o homem é vítima de um sistema que o persegue “por poucas coisas”, coisas que, por sua vez, não refletem à gravidade dos atos em si, mas à perda do poder de definir o que é ou não aceitável (Cardoso; Amorim; Sulz, 2023).

Esse sentimento de crise, portanto, não emerge como um processo de transformação subjetiva, mas como um mal-estar diante do deslocamento de um lugar social de poder, como

aponta Oliveira (2004). Para Vanderlei, esse mal-estar se traduz em desafio.

Na verdade... é... vamos dizer no mundo atual, né? É um desafio. É um desafio ser homem, é um desafio ser pai de família, é... um desafio viver como separado, como divorciado, como queira. É... até porque hoje, com todas essas... essas evoluções de leis, de proteção, principalmente à mulher é... nós homens, não que a gente queira ser livre e fazer o que- o que vem na cabeça e... ser irresponsável. Mas... tá sendo um desafio porque a gente tá vendo aquela coisa que as mulheres sempre pediram que é a igualdade, né? E... e essa questão da igualdade eu acho que é bom, que é essencial mas ela tem limite, né? Teria que ter limite.

Assim como Luciano, Vanderlei também utiliza de uma narrativa de autoproteção, ao dizer que “não que a gente queira ser livre e fazer o que vem na cabeça”, ao passo que afirma em seguida que a aquisição de direitos e igualdade por parte das mulheres, acarreta limitações em sua vida como homem, pai e marido. Para ele, é uma igualdade que deve existir, mas de maneira limitada, a fim de evitar que sejam perdidas as referências de homem e mulher, como descrito anteriormente. A permanência desses papéis o garantem a posição que pretende continuar ocupando (Connell, 1995), e ao ter esse lugar de homem questionado com a medida protetiva, a crise ganha materialidade. Para Oliveira (2004), esse discurso, descrito como vitimário, é um lugar-comum que se reconfigura e reaparece ao longo do tempo sempre que os avanços sociais e políticos das mulheres produzem no universo masculino a sensação de ameaça ou perda de centralidade.

O que está sendo dito, de certo modo, é que não há reflexão sobre o significado de ocupar e performar o lugar de homem no mundo. No entanto, quando os alicerces que sustentam esse mundo começam a ser tensionados, há reação. Há, sobretudo, um saber prático e afetivo sobre a masculinidade que se manifesta não pela afirmação do que ela é, mas pela indignação diante do que ela pode deixar de ser frente aos “excessos do feminismo” (Viveros, 2018).

Ao perguntá-los se pretendiam, mesmo diante dessas tensões, transmitir (ou se transmitiram) aos filhos a mesma visão de masculinidade que eles aprenderam, o intuito era compreender em que medida esses modos de ser homem ainda lhes faziam sentido, e perceber se, apesar das dificuldades e contradições que associam a esse modelo, eles o reconheciam como algo a ser preservado ou superado. Mais do que uma resposta objetiva, me interessava saber se há, nesse processo, espaço para imaginar outras formas de ser homem.

Mas diante das incertezas que os novos tempos apresentam, agarrar-se ao que já é conhecido e assegurar que esses saberes sejam perpetuados configura, aparentemente, uma estratégia de preservar a si mesmo, a própria família e aqueles que, de algum modo, representam

aquilo que se deseja manter vivo, perpetuando suas identidades como guardiões da porta de uma casa (Nolasco, 1993). Nesse movimento, alguns demonstraram que buscam garantir que os filhos cresçam sob os mesmos princípios que orientaram suas trajetórias, enquanto outros tentam oferecer possibilidades diferentes, reconhecendo que o futuro não pode ser moldado apenas pelas referências do passado.

Ainda há aqueles que puderam somente narrar o que tentaram ou conseguiram fazer, uma vez que os filhos já se tornaram adultos e a influência direta cedeu espaço à autonomia, e os contornos das experiências e valores não mais são direcionados por eles. Ao menos é assim que Arnaldo descreve a experiência com os filhos: *Tentei. Passar eu passei, pelo menos quando morava junto com a mãe deles, eu passei. Que a responsabilidade do homem era cuidar da casa.*

Para Arnaldo, cuja masculinidade está vinculada à responsabilidade, assistir um dos filhos se afastar daquilo que lhe foi ensinado, é descrito por ele como *o maior desafio* no processo de criação dos mesmos, ainda que, em sua perspectiva, ele tenha feito o que estava em seu alcance enquanto pai, quando ainda estava junto da ex-esposa. Ao reafirmar que “passar, eu passei”, Arnaldo enfatiza dois pontos relevantes: o primeiro é que a transmissão de determinados ideais não significa que eles serão adotados, e segundo, é que mesmo que adotados, talvez não sejam performados da maneira esperada (Butler, 1988).

Isso é exatamente o que preocupa Vanderlei. Quando pergunto se ele pretende transmitir para o filho o mesmo ideal de masculinidade que carrega, prontamente ele responde: *Sim, sim! Sim. Diariamente, não só pros meus filhos, pra sociedade, pra- pra amigos, pra sobrinhos, pra toda a minha família.* Pergunto de que forma, e Vanderlei declara: *Primeiro mostrando realmente o que é ser um homem dentro de uma casa, o que é ser homem na sociedade, é... não só no comportamento, mas também nas palavras, né? Nos conselhos, nas brincadeiras, né? Que às vezes é brincadeira, mas é brincadeira séria.*

No entanto, a ausência de convívio com o filho e, em contrapartida, o contato diário da criança com a mãe, representa um desafio para Vanderlei nesse processo de ensinar o que realmente é ser homem.

Eu acho que a relação com a mãe, é... como se deu muito poder pra mulher, é... eu acho que muitos filhos vão crescer com esse trauma, porque por exemplo o meu, se acontecer alguma coisa que a mãe dele não gostar, a primeira coisa que ela faz é falar mal, é não deixar ele ver, pegar o celular dele pra ele não me ligar, então assim, essa... essa é a pior coisa que tem [...] E o principal desafio é você criar um filho longe, né? Não estando com você, porque... é como se diz, o mundo hoje é um desafio em todos os aspectos,

agora, com essa liberdade toda que se tá criando pras mulheres, para as crianças, né? Essa coisa toda da educação, de como se deve educar, “você não pode falar”, “você não pode fazer isso, não pode fazer aquilo”, não tô dizendo que tem que ser agressivo, mas eu fui criado de uma forma, né, que meu pai tinha autonomia entre nós. Então hoje tá sendo um desafio para os homens, principalmente quando você cria um filho que não tá dentro do mesmo lar.

Em seu entendimento, há o risco de que seu filho não receba o referencial adequado de masculinidade, sobretudo quando a maior parte da criação é de responsabilidade da mãe que pode, segundo sua fala, manipular a criança para se afastar de Vanderlei e educá-lo de maneira “livre”, sem autonomia masculina. O que está em jogo nessa dinâmica, não é necessariamente a relação parental, mas o receio de que o filho se torne “menos” homem como resultado de um contexto de crise que, supostamente, produz meninos frágeis e afeminados (Cardoso; Amorim; Sulz, 2023).

Para os demais, esse processo é descrito de maneira menos complexa. Transmitir uma determinada visão sobre masculinidade não aparece associada à preocupação de que o filho seja menos homem, caso esse aprendizado não aconteça, mas de que não seja uma boa pessoa no futuro, tendo em vista que princípios como a honra, responsabilidade e respeito, podem, de acordo com suas narrativas, auxiliar no desenvolvimento socialmente “correto”.

Luciano, por exemplo, expressa esse cuidado em sua fala. Ele diz que tenta, todos os dias, passar para os filhos aquilo que aprendeu enquanto homem, e que os aconselha frequentemente.

Ó, eu sempre falo pra eles: “seja um bom homem hoje porque amanhã o mundo tá aí”, “tendeu”? “Faça as ‘coisa’ certa, que amanhã ninguém vai falar mal de vocês”, “trabalha, seja um cara trabalhador, estuda pra ser alguém na vida”, porque o mundo que ‘nóis’ tá vivendo hoje, se- se a sua característica for errada, no futur- futuramente você só vai ser errado. Eu sempre tive uma visão pra eles pra ser um pessoal trabalhador, ‘tendeu’? Respeitar, respeitar o pai, respeitar a mãe, respeitar a vó, sempre falo isso pra eles.

O princípio para ser um bom homem, em sua perspectiva, significa ter estudo e trabalho. Embora o trabalho seja frequentemente concebido como uma das características centrais da masculinidade tida como ideal, Luciano o menciona não como aspecto que possa, no futuro, reafirmar o lugar de homem de seus filhos, mas como algo que os protegeriam de julgamentos.

A visão que Vitor pretende transmitir para seu filho parte de um lugar parecido, ainda que não seja somente para protegê-lo de julgamentos, mas de uma vida marcada pela violência. Quando pergunto de que maneira ele pensa em fazer isso, Vitor diz:

De novo o mesmo assunto do meu pai, não cometendo os mesmos erros que ele cometeu comigo. Cuidar, respeitar, respeitar a opinião. Se eu falasse pro meu pai que eu não queria vender droga, ele me batia. Se eu falasse pra ele que não queria segurar uma arma, ele me batia. Se eu falasse pra ele que queria brincar, jogar bola, ele me batia. Então, querendo ou não, ele é uma grande referência de pessoa pra ‘mim’ não seguir. Ele é a principal pessoa. E eu, sobre o meu filho eu quero sim que ele cresça, arrume um trabalho, crie uma profissão, é isso que eu quero ensinar pra ele.

O trabalho outra vez aparece como atributo a ser transmitido, mas no contexto de Vitor e de seu filho, como alternativa à criminalidade e como garantia de um futuro mais seguro. Mais importante que isso, Vitor sinaliza que pretende romper o ciclo que vivenciou com seu pai ao dizer que a sua forma de transmitir para o filho a visão de masculinidade que carrega, é respeitando a criança e suas opiniões. Esse desejo se relaciona ao que hooks (2004) pontua sobre a paternidade, em que habilidades como estabelecer limites, moderação e desenvolver autoestima, vão na contramão do que o patriarcado exige, sobretudo aos homens negros. Portanto, a autora descreve que “para adquiri-las, um homem precisa libertar-se do domínio do patriarcado sobre sua consciência [...] Para os homens negros, isso significa ousar criar novos roteiros de vida. Exige, também, a coragem de se permitir curar” (p. 104).

Henrique também afirma que pretende transmitir para o filho a sua visão de masculinidade fundamentada na honra: *No futuro sim, ele- ele tem que saber dos- dos valores, dos direitos, dos compromissos, ele tem que saber que eu vou ser sempre um pilar pra ele, mas ele tem que honrar com os compromissos dele*. No entanto, em sua fala, a transmissão da masculinidade se dá mais pela dimensão moral do que pela imposição de papéis ou comportamentos, levando em consideração que, em comparação ao seu avô e pai, ele tem criado o filho de maneira “mais mole”, como mencionado anteriormente, sugerindo que há um processo de reconfiguração e flexibilização no seu modo de ser-homem.

Na fala de Benjamin, por sua vez, a manutenção de papéis e a distinção de gênero aparece:

Eu tento e principalmente com os meus meninos, né, a dar valor, a ser próspero, né? Respeitar o pai e a mãe, principalmente a mãe, né, eu tenho em mente sim, não só a mãe, né, mas o sexo feminino... a mulher, né... ser respeitador, né, cuidar, amar, né... e no meu ponto de pensar, assim né, principalmente a mãe deles, né, porque é a que gerou a vida deles, né... é a que trouxe- se não fosse a mulher, a gente não estaria aqui.

A sua resposta revela um esforço de definir positivamente a relação entre masculinidade e feminilidade, enfatizando o respeito e o reconhecimento do valor da mulher ancorado em uma

lógica tradicional, na qual a mulher é celebrada principalmente por seu papel materno e gerador, o que mantém a centralidade da função biológica e reprodutiva na definição do feminino.

Além disso, ao demarcar que busca ensinar “principalmente aos meninos”, Benjamin situa o homem como aquele que deve aprender a proteger e zelar, e a mulher como a destinatária desse cuidado, perspectiva que é reforçada em outro momento, quando ele descreve que essa transmissão se dá, por exemplo, por meio da cobrança direcionada ao filho mais velho, ainda com um ano: *Então eu quero muito sim e desde novinho o [nome do filho] eu já corrijo sim, pego muito no pé dele, pra sempre se despedir da mãe, dar benção [...] cuidar da mãe, estar sempre com a mãe.*

Embora a pretensão seja, para Benjamin, de ensinar ao filho sobre respeito e cuidado, ele o faz através do que Beauvoir (1970) descreve como uma espécie de sacralização da mãe, colocando-a enquanto fonte de vida, pureza e abnegação, retirando da mulher sua dimensão de sujeito e a convertendo em um ser definido pelo outro. Assim, seu valor deriva unicamente do papel de gerar e cuidar.

Silas, Marcelo e Lídio, no entanto, apresentam perspectivas que sinalizam um distanciamento em relação ao modelo de masculinidade hegemônica. Embora reconheçam a força das referências paternas e familiares em suas trajetórias, suas narrativas apontam para um processo de reelaboração, ainda que sutil, do que foi aprendido, abrindo-se a possibilidade para que os filhos descubram (ou descobrissem) formas mais amplas de viver a masculinidade (Soares, 2021).

Ah... a criação que eu tive com meus filhos foi que... é uma criação mais aberta, né? É um pouco diferenciada em relação a época que meus pais ‘criou’ os filhos, e... dentro daquilo que é possível, a... a visão que eu acho que hoje meus filhos têm de como constituir família, de o que é ser homem dentro de casa, é... eles pegaram também coisa dos avós, né? Os avós foram muito presentes.

Ao dizer que a criação dos filhos foi “mais aberta” em relação à que recebeu dos próprios pais, Silas reconhece uma mudança geracional e a perda de rigidez que acompanhou essa transição. Ele também insere a transmissão da visão de masculinidade e de família dentro das possibilidades disponíveis, considerando que tanto a sua interpretação quanto a de seus pais, influenciaram a forma como seus filhos construíram as próprias perspectivas.

Para Marcelo, o modelo de masculinidade se consolida menos pelo discurso e mais pelas práticas cotidianas observadas, e é assim que ele busca transmitir o que aprendeu para o filho.

Ele ainda é pequeno ainda, eu sei que ele não tem muita, muita noção do que a gente passa, do que a gente ensina, mas como exemplo, como eu cuido da irmã dele, como eu trato também a mãe dele, na frente dele, eu quero que ele vá aprendendo com o tempo, né? Como que isso vai desencadear... e eu espero que assim como meu pai passou pra mim eu consiga passar pra ele essas questões, de aprender ser homem mas não ser uma pessoa fechada... a mente fechada para as coisas, aprender a saber fazer de tudo, de cuidar das pessoas e ter esse senso de responsabilidade, que eu mais quero passar é esse senso de responsabilidade, “o que deu certo a culpa é sua e se ‘cê’ deu errado a culpa é sua também”.

Nessa fala, Marcelo expressa uma intencionalidade educativa, orientada para a formação moral e emocional do filho. Ele associa o “ser homem” à abertura e à capacidade de cuidar, o que indica um afastamento parcial de modelos tradicionais baseados na rigidez emocional e na autoridade. Ao desejar que o filho aprenda “a ser homem, mas não de mente fechada”, ele propõe uma masculinidade reflexiva e adaptável. No entanto, Marcelo preserva o ideal de responsabilidade como eixo da identidade masculina (Oliveira, 2004), e ainda que o desloque de uma expressão de autoridade rígida, ele o introduz em outro registro também normativo, traduzindo-se em uma pedagogia de controle da masculinidade (Nolasco, 1993) que continua a operar sob a autonomia e autossuficiência.

Embora Lídio não tenha, segundo seu relato, a possibilidade de criar o filho da maneira como gostaria devido à falta de convivência, ele afirma que faria diferente do próprio pai, e não perpetuaria o ideal de masculinidade que aprendeu:

Com certeza eu seria o pai que eu não tive. Seria um pai presente, seria um pai mais próximo, conversar, explicar pra ele que homem chora sim, homem não é de ferro, ninguém é de ferro na verdade, a gente tem sentimentos e não tem problema nenhum em demonstrar. Isso como pai, mas em relação a mim não. Isso me fez forte até hoje.

Pergunto porque seria importante transmitir isso para o filho, e Lídio responde: *Pra que ele não crescesse, como eu posso dizer? Tão frustrado, como eu cresci, tão com medo das situações não ‘dar’ certo como eu cresci.*

Ao associar o choro, a conversa e a expressão de sentimentos a valores que deseja ensinar, Lídio posiciona a vulnerabilidade como elemento educativo, e não como fraqueza. A emoção, nesse contexto, é ressignificada como parte do aprendizado masculino, vinculada à superação do medo e da frustração que ainda marcam sua própria trajetória, representando um distanciamento significativo do que estabelece o ideal hegemônico. Entretanto, ao afirmar que a ausência e a repressão emocional “o fizeram forte”, Lídio reafirma, ainda que criticamente, a lógica da virilidade imposta (Nolasco, 1993). O discurso evidencia, assim, o quanto os ideais

de firmeza e autocontrole continuam operando, mesmo quando reconhecidos como produto de um processo de sofrimento.

Nesse cenário, os participantes refletem sobre a transmissão de valores para os filhos, procurando conciliar expectativas tradicionais, como o trabalho, firmeza, responsabilidade e honra, com rupturas que consideram necessárias diante dos “novos tempos”. É nesse ponto que, conforme relatam, surgem o diálogo e a sensibilidade como elementos inéditos que alguns deles passaram a incorporar na criação de seus filhos, reconhecendo que não tiveram acesso a essas formas de cuidado durante sua própria trajetória.

Essa abertura atua não apenas como estratégia educativa, mas como um modo de reconfigurar a masculinidade, produzindo deslocamentos que flexibilizam seu contorno normativo. Ao mesmo tempo, esses movimentos são lidos por alguns participantes como indícios de que as novas gerações estão “perdendo a rigidez” associada ao ser homem.

7.3. Rupturas e permanências nas práticas paternas e familiares

Nesse sentido, práticas, valores e modos de se relacionar são ao mesmo tempo herdados, questionados e reelaborados. Nessas experiências, os sentidos atribuídos à criação dos filhos, às relações afetivas e à masculinidade não aparecem de forma isolada, mas entrelaçadas, compondo um cenário complexo de aprendizagens e escolhas. Eles expressam tanto elementos que procuram manter, quanto aspectos que rejeitam ou ressignificam.

É exatamente o que Silas demonstra quando compara as dinâmicas relacionais e parentais de sua época, com a época de seus pais. Mesmo que ele considere que em seu casamento algumas práticas de divisão de gênero comuns em sua família tenham sido rompidas, bem como em relação à criação dos filhos, como descreve no seguinte trecho:

Sempre deixei bem claro que quando eu me casei, eu não queria que minha esposa fosse a pessoa que pilotasse fogão, máquina de lavar roupa, e assim a gente foi constituindo família, de criar os filhos de modo bem franco, bem aberto, muita conversa, muito diálogo.

Ele também reforça que gostaria de ter mantido os valores e práticas que seus pais lhe transmitiram: *Mas, se eu pudesse eu manteria, mantinha a... o estilo de educação, o estilo de criação.*

Além disso, em outro momento, quando pergunto que conselhos ele daria para outros homens, também pais de meninos, ele diz: *Que... eles... é, pegassem na essência... essa geração dos anos anteriores, dos anos 70, anos 80, até um pouquinho mais pra trás mesmo que era a*

criação dos filhos sendo mais severos. A sua justificativa é que com a criação de dispositivos de proteção à criança e ao adolescente, os pais estão sendo limitados, de certa forma: ‘Tá’ nascendo essas gerações com tanta... criação agora de alguns órgãos, é... alguns órgãos que acredito eu veio mais pra atrapalhar do que pra ajudar, tô falando do Conselho Tutelar, tô falando de algumas leis, né?

Assim, ao mesmo tempo em que Silas afirma ter construído sua família sob princípios distintos de seus pais, com maior abertura e corresponsabilidade, pautando-se, segundo ele, no diálogo e oferecendo uma dinâmica “mais tranquila” para os filhos e ex-parceira, ele olha para o passado como referência, sugerindo que a severidade e autoridade retornem como aspectos norteadores na criação dos filhos, elementos que Biroli (2014) aponta como condições para o livre exercício do patriarcado no contexto familiar. Somado a isso, Silas aponta que dispositivos de proteção às crianças e aos adolescentes configuram limitações no desenvolvimento adequado dos filhos, uma vez que impede que os pais possam exercer a parentalidade da forma como gostariam.

O que notamos a partir de sua fala, é que Silas expressa um conflito de expectativas. Embora afirme ter escolhido oferecer experiências mais flexíveis aos filhos, esperando que essas dinâmicas tenham sido mais adequadas que as quais ele teve acesso na infância, ele também retoma a severidade como aspecto norteador da paternidade, indicando que esse seja o caminho futuro para outros homens, pais de meninos.

Para Henrique, os valores que aprendeu enquanto homem e pai, como a sinceridade e a responsabilidade, serão transmitidos ao filho, mas de maneira diferente, em sua perspectiva: *Eu não quero bater nele igual eu apanhei, mas vou ensinar a ser homem também.* Por meio de formas consideradas mais sutis, como “pegar firme, brigar, dar uns gritos” e dizer que “vai dar umas chineladas”, Henrique pretende romper com o ciclo de surras que lhe gerou mágoa, mas assegurando que seu filho se tornará o modelo de homem o qual idealiza como adequado. Em relação ao futuro, ele imagina que a rigidez não servirá mais como base para criar os filhos:

Meu pai foi criado de uma forma, eu fui criado já de uma forma um pouco rígida, com o meu pai foi muito- o meu avô com meu pai foi muito mais rígido, meu pai foi rígido comigo pra caramba, eu não sou tão rígido com o meu igual meu pai era comigo, vai cada vez amolecendo mais...

No entanto, frente às mudanças sociais que, segundo ele, afetam a forma como os filhos são criados, ao passo que permitem o acesso à “coisas erradas”, manter a autonomia sobre o que o filho irá aprender, se tornará um obstáculo ainda maior. Para minimizar esse desafio, ele

sugere o diálogo como alternativa e aconselha: *Não deixar essas coisas ‘acontecer’, cuidar mais, conversar mais com nossos filhos.*

Em sua narrativa, a ruptura não se concretiza como negação total do passado, mas como uma tentativa de ajustá-lo aos contornos do presente. Ao substituir o castigo físico por formas “mais brandas” de controle e correção, ele indica manter vivo o princípio da autoridade masculina como eixo da relação paterna (Biroli, 2014; Rodrigues; Chalhub, 2014), ainda que mediado pelo discurso do diálogo e da proteção. Sua fala também sugere que há um esforço em conciliar afetividade e disciplina sem abrir mão do papel de guardião moral do filho, o que faz com que o ideal de “ensinar a ser homem” siga operando como horizonte, o que pode interpretado como um modo de atualizar práticas de poder à medida que novas sensibilidades sociais demandam outros modos de expressá-las.

Na perspectiva de Luciano, o diálogo também aparece como ferramenta de gestão de conflitos e de disciplina, que é, inclusive, algo que considera ter aprendido com seus pais e que escolheu manter com os filhos, como ele próprio descreve:

Um bom diálogo, que nem eu falei, meu pai e minha mãe sempre nos bateu, mas eles também ‘conversava’ com a gente bastante. A gente apanhava [ri] e depois conversava. Então hoje eu tento conversar sem precisar bater.

Ele reafirma que este foi o único aspecto que decidiu não reproduzir: *Sempre tentei fazer as mesmas coisas, né? Tirando a parte de violência.*

Assim como Henrique, Luciano também compreende a tecnologia como um desafio para as próximas gerações, e acredita que criar os meninos ficará “cada vez mais difícil”. O que aconselha, também é semelhante, ao dizer que os pais devem “educar mais com palavras”. Ao manter o diálogo como herança familiar, ele transforma seu sentido e o que antes acompanhava o castigo, se torna o próprio meio de educar, constituindo uma possibilidade de resolução (Guareschi *et al.*, 2006). Nesse deslocamento, Luciano indica uma tentativa de romper com a reprodução automática da violência sem se distanciar dos vínculos e valores herdados. Sua fala expressa, portanto, a possibilidade de construir continuidades que não implicam repetição, mas reinterpretação.

Nas narrativas de Arnaldo, não há sinalização de deslocamentos ou transformações significativas em suas compreensões sobre masculinidade, família e violência. Ele expressa perspectivas e práticas que permanecem ancoradas nos sentidos aprendidos em seu contexto familiar de origem. Aliás, a expressividade, de modo geral, nunca lhe foi algo comum. Ele relata que na infância, foi disciplinado “só pelo olhar”, e que sempre foi assim, alguém que “não é

muito de conversa”. Com o exemplo, Arnaldo aprendeu com os pais que deveria respeitar os outros, e trabalhar para nunca depender de ninguém, e é o que ele relata ter mantido quando construiu a própria família e teve seus filhos: *Sempre eu segui o exemplo dos meus pais, teve nada de diferente*. Sobre o futuro, Arnaldo, assim como os outros, também faz menção à tecnologia, percebendo-a como aspecto que dificultará a criação dos filhos, uma vez que os influencia e molda a educação, conforme relata:

Aí, tudo isso é celular que influencia as crianças, você não vê mais eles brincando na rua, com carrinho... se vai uma menina, uma mocinha assim, se dar uma boneca já acha ruim, já quer um celular, já quer uma coisa mais pra... pra... uma caixinha de som pra ficar dançando, não é mais igual antigamente. No celular, vê ‘umas gurizinha’ de 9, 8 anos, rebolando, com roupinha curta, mulher casada falando coisa que... se mostrando no celular, na rua você vê a mesma coisa, não é igual antigamente.

Além disso, a preocupação em relação às próximas gerações de meninos aparece atrelada à perda de autoridade. Arnaldo diz:

O pai hoje não tem voz mais em cima do filho, quem tem é a Justiça. Bater ‘num’ filho não pode, ‘cê’ gritar com um filho não pode, aí guri nasce, com 2, 3 anos já quer um celular, ‘cê’ já dá um celular pro filho e fica aquela... aí ‘cê’ quer criar o filho igual criava antigamente, aí já fica “ah não”, caretice, e é isso, é aquilo, tem que deixar a liberdade, tem que acompanhar a tecnologia se não ele fica pra trás, é o que você ouve das mães hoje em dia, dos filhos hoje em dia...

Esse marco de transformação social que, em sua visão, desestrutura os papéis tradicionais de gênero e a autoridade paterna, é explicitado ao comparar “meninas de hoje” associadas à exposição corporal e à perda de pudor com as de “antigamente”, ele indica uma leitura moralizante e generificada das mudanças culturais. Além disso, ao afirmar que “o pai hoje não tem voz mais em cima do filho”, Arnaldo demonstra incômodo diante das restrições legais e sociais ao uso da violência física, entendendo-as como ameaça à autoridade e à legitimidade da paternidade. O seu discurso sugere também a sensação de enfraquecimento do papel masculino com a compreensão de que o avanço tecnológico e as mudanças de costumes têm dissolvido fronteiras antes consideradas estáveis entre o que era ser homem e ser pai. Nessa direção, as práticas antigas são reafirmadas como um lugar seguro para a posição que ele ocupa, de modo que a violência e a moralidade, sobretudo em relação às meninas, são pensadas como aspectos norteadores da paternidade e masculinidade.

Para Vanderlei, o passado também não pode ser esquecido totalmente.

Eu... eu acho que essas mudanças, elas... é... elas estão assim, no mundo atual às vezes falam assim “ah, é modernidade, é porque você é ultrapassado”, não, mas eu acho que é... tudo tem um ponto de partida, né? Sobre a criação, sobre a pessoa, então assim, não dá pra gente esquecer todo o passado e dizer que só hoje tá certo, não, é... muitas coisas eu- eu, tento, é... cultivar, muitas coisas eu tento trazer da minha criação para a criação dos meus filhos porque são coisas que mesmo há 40, 50 anos atrás, eu acho que é a maneira mais correta, é a maneira mais certa de você criar um filho, eu não posso mudar, esquecer tudo como eu fui criado e dizer “não, eu fui criado assim mas hoje se cria assim”, não, alguns valores, algumas atitudes eu tenho que, que... introduzir nessa criação moderna, né? Pra que eu possa... contrabalancear até mesmo meu entendimento, porque... na minha cabeça tem um tipo de criação, aí hoje tem outra, olha que desafio, pra você tentar ser o homem que você é, como que eu posso ser uma pessoa e criar meu filho de outra? Então eu trago alguns valores que me- me formam como um homem, como pai de família e isso eu tenho que passar pros meus filhos, e como eu vou passar? Eu tenho que ser essa pessoa.

Assim como em outros momentos, Vanderlei evidencia o esforço de sustentar uma identidade masculina ancorada em valores tradicionais diante do que ele nomeia como “modernidade”. O movimento de trazer aspectos de sua criação, indica uma herança de gênero e moralidade que se quer preservar, mas que precisa ser continuamente justificada (Rodrigues; Chalhub, 2014) frente à noção de que há uma ruptura geracional. O termo “contrabalancear” também sugere que ele reconhece a existência de novas formas de socialização, mas se posiciona em defesa de uma continuidade normativa que legitima sua autoridade. Além disso, ser homem e ser pai aparecem em sua fala como dimensões indissociáveis, caracterizadas por um ideal de consistência moral que, para ele, não pode ser desestabilizado, mesmo que exista um distanciamento temporal significativo de quase meio século, que é o período que ele reforça como referência.

Lídio, por sua vez, concentra o que escolheu manter de sua criação em uma ideia: *O respeito. O respeito é o principal, em todos os sentidos.* Ele complementa, rememorando os conselhos que recebeu ainda na infância:

Eu sempre cresci ouvindo meu pai falar, minha ‘vó’ falar, que em mulher não se bate, que não pode levantar a mão pra ninguém e se alguém bater em você, tocar em você, não revida, vira as costas e vai embora, evita problema.

Acerca do que se desfez, Lídio diz:

Ser bem arrogante, ignorante, bater. Que eu apanhei bastante. Isso eu mudei, mudei não... tirei da minha rotina de vida como pai. Mesmo não tendo nenhum filho perto, se chegasse a conviver com os três, isso não iria acontecer, nunca gostei. É tanto que... nos relacionamentos quando a mãe queria bater na

criança, que fez alguma coisa errada... “não bate, chega, conversa, deixa de castigo, tira o que mais gosta” e ‘cabou’.

A fala de Lídio sugere uma tensão em relação ao lugar tradicional do homem como agente da correção e do controle, indicando uma possível aproximação às formas de mediação e contenção nas relações familiares. Ainda que o ideal de respeito permaneça como eixo moral central, o modo como ele o descreve demonstra um deslocamento na forma de compreendê-lo, não mais associado diretamente à imposição da força, mas à racionalidade e ao diálogo. Nesse sentido, o discurso parece apontar para uma reconfiguração do poder paterno, em que a autoridade se vincula mais à responsabilidade afetiva e ao autocontrole do que ao exercício da violência. No entanto, quando pergunto quais são as suas impressões sobre esses aspectos na atualidade, e como ele imagina o futuro, Lídio apresenta um ponto de vista distinto:

Antes os pais eram mais rígidos, a molecada ouvia né? A tecnologia também avançou muito, então isso, tem muita informação na palma da mão. Antigamente a gente apanhava, sentava e falava assim “foi por conta disso, disso e daquilo”, hoje em dia se um pai ou uma mãe for bater num filho vai preso. A criança sabe como denunciar, sabe o que fazer, sabe que não pode apanhar por mais que esteja errado. [...] Vai ser um caos, isso é fato. Tecnologia tá avançando muito, então... vai sair tudo muito fora do controle, muito. O pai não vai ter mais controle, a mãe não vai ter mais controle, vai ter muita molecada perdida. E eu acho que a masculinidade... não sei, não faço ideia. Essa questão do homem durão, vai acabar.

Pergunto de que forma ele percebe esse cenário, e ele responde que *negativamente*. Ainda assim, quando pedi, em um momento anterior, que ele descrevesse o que aprendeu sendo pai, Lídio afirma: *Bater não resolve, só piora. Mostra que você tá ali pra ser parceiro e não o inimigo, tenta resolver conversando.*

Essa coexistência de posições contraditórias, entre o medo da perda de controle e a valorização do diálogo, pode sugerir que tanto a masculinidade, quanto a paternidade, se encontram tensionadas entre modelos herdados e exigências contemporâneas, e estão em constante renegociação. Em sua fala, o esforço de conciliar o ideal de autoridade tradicional com uma prática mais relacional e comunicativa é evidente, revelando o campo de forças em disputa entre tempos distintos. Além disso, essa ambivalência que é marcada pela oscilação entre a nostalgia da rigidez e a defesa do diálogo, também pode significar um movimento de tentativa de adequação discursiva, de modo que Lídio busca conciliar o que pensa, o que sente e o que acredita ser o “modo correto” de se posicionar.

Por outro lado, Marcelo afirma que não só manteve os valores e práticas que lhe foram ensinados, mas que os transmite com maior intensidade.

Essa questão da disciplina, de entender que a casa é comum de todos, então todos tem que fazer alguma coisa, é assim que eu fui criado e algo que eu passo hoje pra eles, esse valor do cuidado é o que gera a unidade familiar e esse amor um pelo outro. Eu acho que eu só aumentei algumas coisas, de diferente eu não faço nada não porque pra nós deu certo, não precisamos mudar.

Quando pergunto acerca dessas dinâmicas na atualidade, Marcelo parte do mesmo lugar que os demais, aconselhando que os pais estejam mais presentes a fim de evitar “algo muito ruim”:

Hoje você tem muito acesso à informação, né, antigamente era difícil as crianças ‘ter’ acesso à informação [...] Então eu acho que o ambiente social muda sim e você tem que estar um pouquinho à frente, se a gente não tiver um passo à frente dos nossos filhos a gente vai perder. [...] Eu acho que hoje o pior inimigo dos pais é a informação, eu acho que toda informação no tempo errado ela prejudica. Então se os pais não forem presentes pra ter controle do que os filhos estão recebendo, vai gerar um problema. [...] Ou vai acontecer algo muito ruim ou algo vai acontecer que o povo vai retornar às práticas antigas.

A fala de Marcelo revela um movimento de reafirmação de modelos familiares e parentais tradicionais, sustentado pela crença na eficácia das práticas herdadas e pela resistência à mudança. A ausência de questionamento sobre os modos de educar, justificada pela ideia de que “deu certo”, indica uma continuidade normativa, em que o passado é tomado como referência legítima e suficiente para orientar o presente. No entanto, ao tratar das transformações sociais e do avanço tecnológico, ele reintroduz a necessidade de controle como uma forma de preservar o equilíbrio familiar, posicionando os pais como figuras de vigilância diante da ameaça simbólica representada pela “informação”.

Além disso, a evocação de um possível “retorno às práticas antigas” não parece ser apresentada como um desejo nostálgico, mas como uma resposta contingencial a um cenário que ele percebe que poderia ser desordenado. Em sua fala, essa retomada surgiria diante de uma crise. Assim, Marcelo mobiliza o passado como uma reserva moral a ser reativada se o presente falhar.

Diferente das narrativas apresentadas até aqui, Vitor e Benjamin expressam perspectivas situadas unicamente em suas vivências. Embora todos os participantes partam de experiências pessoais para elaborar sentidos sobre transformações ou permanências dos valores e práticas herdadas, nesses dois casos o movimento reflexivo se mostra ainda mais circunscrito. Suas falas não se voltam à compreensão de mudanças sociais mais amplas, mas o que emerge é uma leitura interpretativa sobre o mundo a partir somente do próprio percurso, sem projetar essas

compreensões para além desse tempo.

Vitor, por exemplo, pensa sobre o que manter ou rejeitar de sua criação de maneira menos complexa:

Se eu quero que meu filho não cresça igual a mim, não vou fazer a mesma coisa que aconteceu no passado, não vou agir da forma que meu pai agia, não vou forçar do jeito que meu pai me forçava a fazer as coisas, vou, eu, no meu caso, vou caçar jeito de escutar mais o meu filho, isso são coisas que meu pai não fazia comigo.

Assim, esse deslocamento do que foi aprendido e do que é tido como passível de ruptura, é desenvolvido a partir de uma lembrança dolorosa: *Meu pai não... uma vez só meu pai jogou bola comigo, meu pai foi me ensinar a andar de bicicleta, ele me ensinou no tapa. Trabalhar também, comecei a trabalhar com 12 anos, foi apanhando.* Pergunto o que ele faz que se distancia disso, e Vitor responde: *Pegar no colo, brincar, se divertir, ir pra uma praça, ir no mercado, trocar fralda. São coisas que meu pai não fazia.*

A comparação constante entre sua vivência e a que deseja proporcionar ao filho sugere que a descontinuação de um ciclo se funda na experiência do sofrimento, mais do que em uma análise ampla sobre parentalidade ou normas sociais. Ao detalhar práticas cotidianas, como brincar, pegar no colo ou trocar fraldas, que não foram incorporadas por seu pai, Vitor demonstra que o processo de reconstrução paterna é construído por contraste (Silva; Oro; Bossardi, 2021), definindo sua própria atuação a partir das ausências e limitações observadas no cuidado recebido. Emerge, assim, um movimento de reelaboração prática, em que a atenção, o afeto e a proximidade com o filho são valorizados como princípios centrais, ao passo que a disciplina rígida e o uso da força são deslocados como práticas a serem evitadas.

Benjamin, por sua vez, articula o que pretende manter e o que rejeita como valores ou práticas, pensando a partir do mundo atual, aproximando-se do que outros homens trouxeram:

Na era que a gente tá vivendo, no mundo que a gente tá vivendo: tecnologia, né, da inovação, é celular, tablet, certos tipos de redes sociais, né. A gurizada tá bem acelerada, e segurar o freio de mão deles, para nós, tá sendo bem complicado e o princípio é a educação, mas é doído, né, porque a gente quer impor respeito, né? Não só por nós, mas por todo mundo. Porque a gente já vem de família bagunçada, né? Então a gente veio para quebrar o ciclo do que é errado, né. A gente veio para fazer acontecer, para fazer certo. E tipo, tudo de errado das nossas vidas a gente 'tá' tirando fora, e estamos tentando... estamos tentando não, estamos fazendo o certo. [...] Eu não quero que eles sejam pessoas ruins, eu quero que eles sejam pessoas boas, que tenham formações e que tenham um destino melhor do que eu tive, do que eu tenho hoje. Eu não quero que eles sejam iguais a mim, quero que sejam melhores do que eu.

Ainda sobre o que busca descontinuar, Benjamin também menciona, em outro momento:

Às vezes a gente tá nervoso e dá umas palmadas, né, que menino homem você tem que ter o pulso firme com ele, porque ele vai ser um homem, ele vai crescer, ele vai ter a família dele, ele tem que se impor e resolver os problemas dele, não correr para mim. Lógico que, se ele vier, eu vou ajudar, mas primeiramente ele buscar uma solução. Mas a violência eu não tolero dentro da criação dos meus filhos e dentro do ambiente que eu tô vivendo. Se eu ver, eu já retiro. [...] E é uma coisa que não adianta: se você não tiver um diálogo com seu filho, se você não cuidar dele, zelar, dar amor... Um dos princípios também é a atenção. É o mínimo.

Benjamin se posiciona diante de um tempo acelerado e tecnologicamente mediado, reconhecendo as transformações sociais e buscando compreender como educar os filhos dentro desse contexto. Seu discurso revela uma tentativa de romper com um ciclo familiar que ele identifica como “bagunçado”, assumindo para si a responsabilidade de “fazer certo”. Essa fala se organiza em torno da ideia de correção e continuidade moral, não como um retorno a um passado idealizado, mas como esforço de reposição de valores considerados fundamentais, como respeito e educação.

Assim, Benjamin se distancia de práticas herdadas que ele entende como equivocadas, mas não abdica da noção de autoridade e do desejo de transmitir um legado. Nessa tensão, a permanência aparece na centralidade da função paterna como mediadora do futuro dos filhos, enquanto a ruptura se manifesta na forma reflexiva com que ele reinterpreta o próprio lugar, reconhecendo a falha daquilo que vivenciou e tenta instaurar outra ordem, mais consciente e orientada pela responsabilidade.

No segundo trecho, a fala de Benjamin se torna mais concreta ao abordar a questão da violência na criação dos filhos. Ao narrar o ato de “dar umas palmadas”, ele não o apresenta como totalmente justificável, mas como uma reação que precisa ser controlada. Esse movimento sinaliza o rompimento com práticas que ele identifica como parte de uma história que não quer repetir e o que emerge é uma consciência sobre o efeito da própria ação e o reconhecimento de que a autoridade não deveria se afirmar pela força.

Ao mesmo tempo, quando faz referência à masculinidade, nesse caso, ele não apenas expõe uma herança, mas também a reafirma. Ao dizer que com “menino homem é preciso ter pulso firme”, Benjamin reinscreve a ideia de que os meninos devem ser educados sob parâmetros de autoridade e força (Nolasco, 1993). Essa formulação evidencia a persistência de um padrão que associa a formação masculina à necessidade de endurecimento e controle,

sustentando a crença de que a firmeza é condição para que o filho “cresça e seja homem”.

Ainda que, posteriormente, ele relativize essa postura ao rejeitar a violência e priorizar o diálogo, o enunciado mantém ativa uma lógica de gênero que diferencia o modo de educar meninos e meninas, reproduzindo a expectativa de que a masculinidade se constrói pela disciplina. Desse modo, mesmo ao buscar novas práticas parentais, Benjamin continua operando dentro de uma lógica tradicional, no qual a autoridade e o controle seguem sendo elementos constitutivos do que entende por ser homem e, sobretudo, por formar um homem.

Em suma, o que podemos observar é que é na educação dos filhos que se configura o principal espaço de negociação entre continuidade e mudança de padrões de masculinidade, evidenciando como escolhas parentais moldam relações de poder e potencialmente mantêm ou transformam ciclos de violência. Assim, a manutenção de práticas tradicionais como disciplina rígida, pulso firme, provisão e “transmissão” da honra e responsabilidade não é neutra, ao passo que estruturar autoridade e hierarquia reforça a ideia de que o controle sobre outros é legítimo, podendo sugerir que relações desiguais e comportamentos coercitivos fazem parte da experiência masculina. Essas práticas persistem mesmo entre aqueles que reconhecem seus limites, exatamente por estarem profundamente enraizadas na ideia de responsabilidade masculina e na necessidade de garantir ordem e respeito dentro do núcleo familiar.

Ao mesmo tempo, surgem mudanças significativas quando os mesmos pais sugerem a incorporação do cuidado, diálogo, escuta e sensibilidade como estratégias para educar sem recorrer à imposição ou à violência. No entanto, eles também indicam que a adoção desses modos de educar não elimina totalmente a autoridade tradicional, mas permite que limites e responsabilidades sejam ensinados de maneira menos coercitiva, sinalizando uma reformulação parcial dos padrões herdados. É nessa linha tênue entre firmeza e flexibilidade que se percebe a negociação constante, em que o medo de perder autoridade diante de transformações sociais, culturais e tecnológicas convive com o reconhecimento de que métodos autoritários podem perpetuar comportamentos violentos e relações desiguais.

O efeito dessas decisões, portanto, se projeta de forma intergeracional, podendo incidir sobre a maneira como os filhos internalizam conceitos de masculinidade, autoridade e responsabilidade. A alternância entre a preservação de normas tradicionais e a adoção de estratégias mais sensíveis cria um espaço de aprendizagem em que os meninos podem ou não experimentar diferentes modos de ser homem, alguns reproduzindo hierarquias e comportamentos coercitivos, outros incorporando cuidado, diálogo e sensibilidade.

Nesse sentido, a educação paterna não é apenas reflexo do passado, mas um terreno

ativo de construção, em que a manutenção ou alteração de padrões autoritários e violentos depende das escolhas e possibilidades disponíveis para cada um desses homens e seus filhos, levando em consideração as posições que assumem e os marcadores sociais que carregam.

Assim, as experiências relatadas mostram que os modos como aprendem, negociam e performam a masculinidade dentro da família também estabelecem o lugar em que desigualdades de gênero se naturalizam ou são questionadas. Nesse processo, relações de autoridade, expectativas afetivas e referências intergeracionais produzem sentidos que, embora não mencionem a violência contra a mulher diretamente, organizam as condições para sua manifestação ou descontinuação. O modo como cada homem interpreta seu lugar na família, por fim, redefine limites, legitimidades e fronteiras simbólicas que estruturam o que se considera aceitável nas interações com os filhos e parceiras, de modo que as dinâmicas de poder e as desigualdades de gênero se tornam subjacentes a essas discussões.

8. NARRATIVAS SOBRE A VIOLÊNCIA: FATORES DE RISCO, PROTEÇÃO E O “NÃO-DITO” NA TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL

Este capítulo aprofunda as narrativas dos participantes sobre a violência e examina como essas experiências são construídas e interpretadas ao longo de suas trajetórias familiares. Ao acompanhar as formas pelas quais descrevem tensões, conflitos cotidianos e modos de se relacionar, torna-se possível perceber os movimentos que sustentam a continuidade das práticas violentas, constituindo fatores de risco, e também aqueles que anunciam possibilidades de ruptura e de proteção. Esse olhar também permite compreender em que medida os participantes reconhecem, relativizam ou deixam de identificar a violência em suas diferentes expressões, revelando nuances que marcam suas interpretações e posicionamentos.

8.1 A compreensão da violência: limites e relativizações

Pensar a violência, principalmente quando se é interpelado pelo lugar de quem a comete, é um exercício complexo. A medida protetiva, mais do que um dispositivo jurídico, funciona também como marcador simbólico que redefine o modo como alguém é reconhecido socialmente e como esse alguém pode falar de si. Assim, o discurso se torna um campo de tensão. Ao descreverem o que compreendem como violência, esses homens definem as fronteiras entre o que pode ser dito e o que os mantém, ou os retira da posição de agressor. Suas falas, sobretudo neste tópico, não expressam somente suas experiências, mas também as negocia.

Por isso, ao questioná-los somente o que é violência ou como a definem, minha pretensão foi criar abertura para que eles próprios pudessem expressar como significam e produzem sentidos sobre a violência, evidenciando quais são os limites simbólicos traçados entre o que consideram certo ou errado, natural ou não. E sendo a violência um fenômeno complexo, suas extensões são, muitas vezes, subjetivas (Guareschi *et al.*, 2006).

Isso significa que, embora constitua um objeto de estudo reconhecido e seja pensada a partir de diferentes perspectivas, até mesmo descrita como sendo “mais velha que o mundo” (Domenach, 1981, p. 33), as interpretações que cada um elabora sobre a violência resulta de arranjos muito particulares, tornando-a algo que é sempre reconfigurado.

Assim, se trata de um conceito controverso, tendo em vista a pluralidade de discursos que o perpassa. Lopes e Cordeiro (2018) enfatizam, no entanto, que todos os discursos formulados são

posicionados, contextualizados, relativos a campos do saber específicos, a momentos históricos, valores, culturas, interesses. São discursos que dependem dos recursos interpretativos disponíveis – e [...] seria ingênuo pensar que tais recursos estão à margem dos interesses e jogos de poder que atravessam toda formação social (Lopes; Cordeiro, 2018, p. 227).

As narrativas aqui apresentadas não escapam à isso.

E embora a violência seja compreendida sob múltiplas dimensões, entre os homens entrevistados, prevalece a associação às formas física, verbal e psicológica. No entanto, a perspectiva sobre a violência pode ser desenvolvida de maneira mais restrita, como é o caso de Arnaldo, que a define somente a partir da dimensão física: *Violência... eu acho que, quando um cara bate na esposa, bate nos filhos, isso é violência pra mim. Sei nem explicar.*

A sua fala, por exemplo, sugere uma compreensão da violência que é ancorada na experiência concreta, baseada em ações observáveis e que são marcadas no corpo. Ao dizer que “não sabe explicar”, Arnaldo também expressa uma dificuldade de abstração conceitual, que pode estar relacionada às leituras cotidianas, nas quais o entendimento sobre a violência resulta predominantemente da prática, mais do que em mediações mais complexas (Halloran, 1981). Além disso, essa dificuldade de nomeação também sugere que determinadas formas de violência só ganham sentido quando atravessam limites que já são amplamente legitimados como inaceitáveis. Aquilo que não se inscreve nessa dimensão tende a permanecer despercebido no cotidiano, o que reforça a ideia de que a compreensão da violência depende do repertório disponível para reconhecê-la.

Nesse processo, práticas que não deixam marcas corporais ou que não se apresentam de modo imediatamente identificável podem ser entendidas como desvios menores, conflitos comuns ou até mesmo como parte do funcionamento usual das relações familiares.

Em muitos casos, pode haver o reconhecimento de que a violência ultrapassa o ato físico e se manifesta em esferas mais amplas, mas nem sempre há recursos para mensurar ou traduzir discursivamente essa amplitude, sendo algo que está nas experiências, afetos, relações e estruturas sociais, tornando-se difícil de condensar em uma definição. Talvez por isso o recurso à concretude apareça como a forma mais acessível de explicá-la.

Luciano também recorre à situações passíveis de observação para apresentar a forma como compreende a violência, embora reconheça a existência de outras esferas.

É... de várias 'forma' né? Primeiro- o principal motivo de violência, que eu acho que é violência, ou querer educar com... querer educar batendo ou com palavras erradas, né? Xingamento... eu acho isso muito errado, é mais nessa parte.

Em sua fala, a violência é associada à tentativa de educar, como um recurso pedagógico e moral naturalizado socialmente, mas que, em sua perspectiva, consiste em algo inadequado, indicando que, embora exista o reconhecimento da violência como prática condenável, o seu uso para fins de “correção” pode ser relativizado ou justificado em alguns contextos, como acontecia em sua própria casa.

Não gosto de bater, nunca fui de bater, eu sempre gostei de resolver as coisas no diálogo, quando não resolve coloco de castigo. [...] No meu tempo meu pai colocava a gente de joelho, cada um pra cima e ficava lá duas horas. Meu castigo hoje... o meu modo de castigo hoje eu gosto de tirar o que eles 'gosta'.

Apesar de reafirmar o castigo físico como uma forma de violência que “acha muito errada”, em outro momento, Luciano diz:

Então... eu sempre via o jeito que meu pai criou a gente... criou, eu não tenho do que reclamar. A gente é o que nossos pais nos 'ensinou', né? Nos criou... mas... não influenciou em nada, eu só não uso os mesmos métodos que meu pai nos ensinou. Porque eu acho, o que eles nos ensinaram 'usa' muito a parte de... de violência, né? Ele resolvia as 'coisa' batendo, ou colocando de castigo de forma que 'judia', que... que machuca. Então eu não quis fazer isso com meus filhos, eu acho que não precisa, né?

Isso mostra, de certo modo, que a maneira como foi criado não é encarada de maneira totalmente negativa. No entanto, não se trata de uma incoerência de Luciano, mas uma expressão de como as experiências de violência são ressignificadas dentro de uma lógica de afeto e autoridade paterna (Guareschi *et al.*, 2006). Portanto, mesmo que tenha sido “judiado”, ele internaliza essa noção da violência como uma expressão de cuidado parental e “não tem do que reclamar”, afinal, foi isso que o tornou quem ele é.

Esse movimento pode ser lido também como uma tentativa de preservação da imagem moral do pai e, conseqüentemente, da própria experiência como filho. Admitir que o pai foi violento implicaria uma ruptura simbólica dolorosa, pois colocaria em questão um vínculo fundante. Assim, ele reconhece a violência como erro que não pretende repetir, mas não como dano ao ponto de ter sido afetado.

Vitor apresenta uma compreensão mais ampla, integrando outros aspectos.

Hm doutora, isso aí... (pausa) eu... violência... (pausa), basicamente tá relacionado a quase tudo, né? Em gritar, humilhar, xingar, estapear, que no caso é agredir. Então, basicamente tudo.

Embora não busque conceitualizar a violência de modo abstrato, Vitor a reconhece como integrando diversas formas de interação cotidiana. A sua fala sugere que, para ele, a violência não se restringe aos atos físicos, mas se manifesta também nas palavras e gestos. O uso do termo “tudo”, no entanto, é relevante e pode ser entendido como indício da centralidade que a violência assumiu em sua história de vida. Até antes dos 14 anos, quando saiu de casa, Vitor e a mãe eram constantemente agredidos pelo pai, como ele próprio relata: *Pelo menos uma vez na semana meu pai agredia minha mãe, então eu cresci com essa questão de violência dentro da minha casa. Chegou um tempo que... a agressão partiu pra cima de mim.* Isso significa que atualmente, ainda com 29 anos, metade da sua trajetória se deu nesse contexto.

Em outro momento, Vitor diz que essa dinâmica lhe parecia natural:

Mas tipo, quando eu era mais novo pra mim era normal, o que ele fazia com minha mãe. Aí conforme, fui tendo mais cabeça, fui crescendo, fui pegando uma certa idade... eu- eu descobri que aquilo ali não era certo.

Ao reconhecer esse processo de transição, ele indica como a violência opera como linguagem sócio-afetiva e como essa linguagem pode soar familiar, a menos que outras dinâmicas relacionais sejam conhecidas (Rodrigues; Chalhub, 2014). Após sair de casa e ir morar com amigos, época que Vitor descreve como sendo a melhor parte de sua vida, é que ele pôde acessar outros espaços e vivenciar relações distintas, que lhe possibilitaram “ter a sua criação”. Na rua, ele diz ter aprendido o que é respeito e a diferença entre o certo e o errado. Com isso, ele distancia o espaço de formação moral do ambiente familiar, tradicionalmente concebido como lugar de socialização primária (Rodrigues; Chalhub, 2014; Silva; Oro; Bossardi, 2021), para o espaço público, frequentemente associado ao risco e à marginalidade.

Nessa direção, Vitor nos conduz a pensar que o aprendizado que carrega hoje sobre a violência decorre da negociação, do reconhecimento do outro e dos limites das próprias ações. Isto é, essa familiaridade com a violência produziu um modo específico de interpretar o mundo, no qual a agressão se apresentava como resposta previsível e até esperada diante de conflitos, tensões ou frustrações e quando afirma ter descoberto que aquilo não era certo somente após ampliar seu convívio para além do espaço doméstico, Vitor evidencia o peso que a experiência cotidiana possui na formação do discernimento moral. Sua trajetória indica que a possibilidade de estranhamento diante da violência depende da exposição a outras formas de relação, capazes de oferecer parâmetros distintos daqueles vivenciados no ambiente familiar. Ao deslocar sua

referência de socialização primária para os vínculos construídos na rua, ele demonstra como a ruptura com a normalidade violenta exige um processo de deslocamento afetivo e simbólico que nem sempre está disponível.

A compreensão de Benjamin se assemelha à das narrativas mencionadas. Para ele, a violência também é pensada a partir das dimensões psicológica e física, sendo esta a sua resposta inicial, reproduzindo em parte a linguagem institucional e jurídica com a qual teve contato durante os encontros do grupo. Pergunto a ele como seriam essas violências, e Benjamin as define como *palavras ofensivas e a física seria empurrar, dar murro... psicologicamente é dolorosa também*.

Posteriormente, ele descreve que não tinha esse entendimento.

Antes de eu começar a fazer meu tratamento psicológico, eu era uma pessoa bastante explosiva, nervosa, e não conhecia sobre muitas questões de violência que às vezes a gente faz no dia a dia e não tem conhecimento, leigo de informações, né, reconhecimento de estudo. Depois que eu aprendi essa questão, eu comecei a pensar mais [...] se hoje a gente não tiver a paciência e a calma para resolver as coisas, tudo vira uma confusão, uma complicação que leva até questões de briga e morte. Então, hoje a gente tem que ter bastante sabedoria e conhecimento, porque às vezes a gente tá fazendo coisas que estão machucando, afetando, magoando, e a gente não percebe. Quando a gente vai perceber, já foi, já aconteceu, acabou, não tem como voltar atrás, né.

Embora Benjamin também ultrapasse a ideia de violência restrita ao dano corporal, a maneira como ele estrutura a fala ao expressar que a violência psicológica é “dolorosa também”, ele sugere que essa forma pode ser concebida como complemento ou extensão, e não como uma dimensão que é tida como igualmente central, sendo essa a sua perspectiva antes. A sua compreensão parece sinalizar a naturalização e hierarquização que perpassam as violências, em que ações observáveis, como “empurrar” e “dar murro”, são amplamente classificadas como tal, enquanto “palavras ofensivas” ou outras formas de agressão que não são passíveis de mensuração, tendem a ser relativizadas ou consideradas menos graves (Silva; Coelho; Caponi, 2007) ainda que, para ele, “doa mais que um tapa”, como ele define em outro momento:

A psicológica, eu acho que dói mais que um tapa, né [...] Porque, na minha infância, eu não tive isso [diálogo]. Sempre foi: “Você é um burro, você não sabe a tabuada do 5.” — “Não, não sei, não, pai.” — “O quê?” *Tuf*, um murrão na cabeça. “Não, moço, você é um burro, você vai puxar carroça, você nunca vai ter nada na vida, você vai ser um frouxo, entendeu, homem não é assim não.” Meu pai sempre falava nesse contexto comigo.

Seu enunciado revela como a violência simbólica e física afetaram a formação de sua masculinidade ainda na infância, sendo o pai o agente de um discurso pedagógico disciplinador

que associa ser homem à força, racionalidade e ser bem-sucedido. As ofensas e agressões físicas funcionaram como práticas que inscrevem corporalmente a norma de gênero, produzindo uma pessoa que aprende a se ver a partir da humilhação e da cobrança de desempenho. Além disso, esse processo de naturalização, iniciado ainda na infância, pode ter afetado sua leitura sobre a violência durante muito tempo, a qual ele aponta ter mudado somente após tratamento psicológico, momento em que teve acesso a outras ferramentas de resolução de conflitos e teve o “reconhecimento de estudo” sobre dinâmicas relacionais e tipos de violência ampliado. Isto é, somente quando foi questionado por suas práticas de violência exercidas no cotidiano as quais ele não tinha “conhecimento”, e convocado a pensar sobre elas, é que Benjamin pôde conhecer outros recursos para se expressar e interagir com outras pessoas, incluindo os membros de sua família.

Lídio também encara a violência a partir de dimensões semelhantes, mas não as define. No seu relato, a forma como ele se posiciona acerca da violência, especificamente contra a mulher, é o aspecto que é descrito mais enfaticamente.

Verbal, físico, não... inaceitável, inadmissível [...] tanto que, com a minha atual, ex mulher, uma vez ela me perguntou “você nunca bateu em nenhuma mulher?”, eu falei “não”, nossa família não tem histórico, da parte do meu pai não tem histórico de violência assim não. A gente tinha uns tios que gostavam de farra, de bagunça, de briga, mas de bater em mulher, tocar a mão em mulher, nunca. Abomino qualquer tipo de violência principalmente com a mulher.

O uso reiterado de termos como “inaceitável”, “inadmissível”, “abomino” sugere não somente uma condenação racional da violência, mas também uma demarcação ética e simbólica, que pode ser lida como autorrepresentação de si como homem não-violento. Além disso, quando menciona que nunca bateu em uma mulher e que em sua família não há histórico desse tipo de violência, Lídio parece buscar, com uma narrativa genealógica, sustentar e legitimar a posição que apresenta. No entanto, a violência em outros contextos é concebida por outra perspectiva. Ao descrever a dinâmica familiar da infância, Lídio diz:

[...] a gente tinha rotina dentro de casa. Se a gente não falasse- fizesse, era castigo e surra. E assim, não tenho raiva, não guardo mágoa por isso. Acho que isso me ensinou muita coisa. A gente nunca foi criado de forma, com tudo na mão, sempre teve uma certa dificuldade, a gente teve que conquistar. Com ela funcionava assim, com minha vó.

Embora abomine qualquer tipo de violência, a sua utilização enquanto recurso pedagógico, também é validada em seu discurso. Para além disso, Lídio afirma que essas

experiências não provocaram sentimentos de injustiça ou sofrimento, mas que lhe ensinaram “muitas coisas”. A continuação de sua fala sugere que ter apanhado fez com que ele aprendesse sobre responsabilidade e resistência, ressignificando a violência como ato de cuidado (Guareschi *et al.*, 2006). Assim, o castigo e a surra, quando direcionados para as crianças como ferramentas de manutenção da rotina, deixam de ser inaceitáveis e inadmissíveis, passando a ocupar um lugar muito distinto, preenchido por valor afetivo e justificado pela aprendizagem da resiliência, produzindo a internalização sutil desses métodos como justificáveis a depender do uso e do contexto.

É o que Henrique também expressa.

Ó, esses tipos de violência a gen- é... muitas coisas nós não temos assunto, que como não viver- não vivemos certas situações, igual psicológica assim só que- assim, só um jovem, um adulto que viveu assim que sabe falar, mas... (pausa) tipo assim no meu caso, [...] eu apanhei do meu pai e da minha mãe, isso não é violência, violência doméstica. Não apanhei de ser cortado e... e falar “meu Deus me torturou!” não, tem a violência que... maus tratos, negar, negar as coisas, né? Igual oprimir a criança [...] em questão de bater porque-... é... o filho fez uma coisa errada, tudo bem, eu acho certo. Mas também não faria. Mas também não tem que espancar, tem que dar um corretivo ali [...] É que nem como eu falei no começo, poderia saber resumir quem realmente sofreu violência desses certos tipos, eu não, não vou saber dizer pra você como é que seria uma violência.

Nesse trecho, ele tende a relativizar seu próprio lugar de fala, dizendo que não viveu certas situações e, portanto, não poderia descrevê-las. Esse movimento indica uma hierarquização das experiências legítimas de violência, em que só quem sofreu de maneira extrema ou visível seria autorizado a falar sobre o tema. A violência, assim, é concebida como algo que precisa deixar marcas corporais ou emocionais intensas, como a tortura, para ser reconhecida como tal (Galtung, 1981). Contudo, a adoção dessa visão pode resultar em um movimento muito nocivo, que é o estabelecimento de parâmetros elevados para entender determinados comportamentos como violências.

No entanto, em outro momento, Henrique relembra essas experiências a partir de outro olhar: *Algumas coisas deixam mágoa, né? Algumas surras, algumas cintadas [ri] deixam mágoa na gente, né? Mas graças a Deus né.* Mesmo marcado pela mágoa, ele mostra gratidão, que, em sua fala, se refere ao fato de que as surras de seu pai o ensinaram o caminho certo e, mais que isso, o ensinaram a ser homem.

Assim como alguns dos outros entrevistados, a compreensão de Henrique também parte de uma dinâmica profunda de naturalização da violência quando associada à disciplina e à correção moral, portanto, a violência passa a ser legitimada desde que ancorada em uma

intenção educativa, inclusive vinculada à masculinidade (Connell, 1995; Oliveira, 2004). Além disso, na ambiguidade entre considerar “certo” e ao mesmo tempo dizer que “não faria”, e agradecer a Deus pelos aprendizados que as surras lhe trouxeram, ele indica uma tensão entre o aprendizado familiar herdado e a reelaboração subjetiva que tenta romper, ao menos parcialmente. As hesitações e pausas também sugerem uma tentativa de Henrique de dar sentido a algo que foi vivido de forma naturalizada, ambígua e justificada.

Marcelo também situa a violência a partir das dimensões física e verbal, utilizando a própria vivência, que resultou na medida protetiva, como exemplo para defini-la.

Agressão, né? Agressão é um problema, né, não... não só agressão física mas a agressão verbal também, eu acho que é um grande problema. Um dos fatores que fez a gente romper o relacionamento é que nossas brigas estavam ficando muito acaloradas, né, muita verbalização, muito grito, muita fala ofensiva, por fim, muita discussão. Não tenho problema de compartilhar isso com você, eu tive a medida protetiva por conta da minha cunhada, a gente entrou numa discussão eu e a minha esposa e ela falou algumas palavras para mim... que desejou que eu morresse, e no meio dessa discussão, ela tava muito próxima e eu empurrei ela, falei pra ela “sai para lá” e ela chorou muito, pegou as crianças e saiu, chegou lá a minha cunhada ligou para a polícia e deu toda esse problema com a Maria da Penha [...] hoje eu até vejo que... que foi melhor porque acabou ali, não sei se é essa expressão que vocês ‘usa’, mas ciclo de violência, porque eu não sou um homem violento, né? Eu não quero guardar isso, mas o ser humano ele é falho, e no momento de calor, de ira, de raiva, de uma relação desgastada, você acaba fazendo coisas que você não queria fazer, né?

Ao narrar esse episódio, ao mesmo tempo que reconhece a violência, Marcelo também busca se afastar da imagem de homem violento, sugerindo que a discussão foi algo excepcional, um momento de descontrole provocado pela raiva e desgaste. Encará-la dessa forma, segundo Guareschi *et al.* (2006), é uma narrativa comum, restringindo-a a um aspecto pessoal, momentâneo. Embora tenha acarretado na denúncia, ele afirma que isso possibilitou que o ciclo de violência fosse interrompido. Nesse ponto, ele entrelaça o discurso de responsabilização e de justificação, que coexistem e disputam sentido em sua fala.

No entanto, essa responsabilização se torna universalizada quando a violência, nesse caso, contra a mulher, é tomada por Marcelo como uma falha humana que pode ser explicada a depender do contexto.

Outros trechos de sua fala sugerem essa mesma condição, ao dizer que quando seus pais o batiam, tratava-se de correção: *nunca foram espancadores não... não tem o trauma de surra, dessas coisas, sabe? Quando a gente apanhava, a gente sabia que tinha feito alguma coisa errada mesmo.* Além disso, ao narrar quais estratégias utiliza para lidar com questões de

disciplina em casa, Marcelo descreve:

Então acho assim, que tem que ter um controle. Se tiver teimando, quando chegar em casa a gente vai lá, dá uma chinelada na bunda, porque eu acho que a bunda foi feita para acontecer isso aí, e a gente chama atenção, e quando for necessário utilizar de vara ou de cinto, você utiliza, de forma educativa mesmo. E quando você age com consciência não tem violência, até o jeito de bater é diferente.

Nesse ponto, há a sugestão de que, seja por explosão ou para fins de adequação comportamental, a violência é considerada uma ferramenta passível de utilização, ou ao menos, a sua utilização se torna justificada. Mais do que isso, a violência deixa de ser concebida a partir desse lugar quando há “consciência” do que se está fazendo. Assim, em momentos de falha na consciência, a violência se torna um momento de ira, de raiva, mas quando os pensamentos estão fluindo sem nenhuma intercorrência, a violência se torna educação. Em ambos os casos, para Marcelo, não é algo que se dá sem a possibilidade de ser explicado.

Vanderlei, por sua vez, não usa a própria experiência para pensar a violência, mas para pensar a indignação que sente frente aos desafios causados pelos discursos “modernos” e suas reverberações nas relações afetivo-familiares:

É... não sei, é que tem vários tipos de violência dentro do lar, o filho com mulher, com si próprio, né? Então eu acho que teria que ser mais específico, porque assim, tá falando violência como? Do filho, violência com a família, violência com a mulher, né? É... eu acho que tá sendo um desafio, porque os filhos cada vez mais, né, tá tendo mais liberdade [...] não é a criação do pai, o modismo hoje toma conta, e o modismo toma conta em tudo, [...] então, é... o que eu falei, hoje existe modismo em relação a mulher com o homem, é moda, é bonito falar que o homem é agressor, que o homem é isso, que a mulher é, né? E... a gente sabe que toda ação tem uma reação, né? Então essa questão de agressão, de, de violência eu acho que tem que ver, tem que ser revisto, porque é... ninguém ama uma pessoa, chega em casa e, e- e- desfere um palavrão, um xingamento, só por olhar ‘pra’ pessoa que ele ama, alguma coisa aconteceu. Porque a violência às vezes não é só o homem ser agressivo, do jeito que eu falei, toda ação tem uma reação. Quando você faz alguma coisa, quando você mente, quando você trai, quando você, é... é... sei lá, tem um comportamento, é... é... fora do que o padrão do casamento, do respeito, você tá sendo agressiva. Agressão não é só xingamento, não é só uma agressão física, verbal, não...

Apesar de, inicialmente, pedir que a pergunta fosse especificada, Vanderlei a direciona a partir de sua própria compreensão, pensando a violência junto da relação parental e conjugal. E ao mencionar o “modismo” nesse contexto, ele sugere que as transformações sociais têm suscitado a violência dos filhos contra os pais, bem como acusações equivocadas por parte das mulheres que, segundo Vanderlei, “acham bonito falar que o homem é agressor”. Além disso,

a ideia de que “toda ação tem uma reação” indica que a violência é concebida como uma resposta a algum comportamento “fora do padrão”, e portanto, deveria ser revista.

Embora expanda a definição de violência, Vanderlei o faz sugerindo a reformulação da culpabilidade, deslocando-a para o comportamento do outro, em uma tentativa de neutralizar a diferença entre a pessoa que pratica a violência e aquela que supostamente a provoca, fundando-se em uma moral relacional baseada na reciprocidade ao dizer que *algo aconteceu*. Nesse sentido, há a atribuição de causas mútuas e justificáveis para a prática de violência, podendo resultar na desresponsabilização desse ato.

Esse enquadramento produz uma leitura que não apenas relativiza a responsabilidade de quem pratica a agressão, mas também a inscreve em uma noção de normalidade que depende da reciprocidade e do cumprimento de expectativas que, para ele, deveriam orientar a vida conjugal e parental. Ao mesmo tempo, o recurso ao “modismo” funciona como estratégia discursiva que desqualifica as mudanças sociais recentes, interpretando-as como excessos que ameaçam a estabilidade das relações e, por isso, contribuiriam para conflitos intensificados ou acusações consideradas infundadas. Nesse movimento, a violência aparece menos como um fenômeno a ser reconhecido em sua complexidade e mais como uma consequência inevitável de comportamentos vistos como inadequados, principalmente se exercidos por mulheres ou crianças.

Por outro lado, Silas explica a violência a partir da ausência de entendimento sobre a sua amplitude. Em sua narrativa, ele demarca a compreensão sobre o tema em um antes e depois.

É... então falar sobre violência hoje são momentos que eu vejo em- em dois sentidos, né? Dois momentos diferentes [...] o que eu pensava sobre violência era uma coisa, e o que eu penso sobre violência hoje, é outra coisa. É... eu não tinha esclarecido pra mim uma concepção de como que seria a violência de modo geral, né? Psicológica, física, moral, então (pausa longa) é... eu acho complicado, mas assim, falando abertamente como que é ser ou não ser violento, né? Ou falar um pouco a respeito de violência nesse sentido, dá pra se colocar em dois pontos, que foi o antes e o depois. [...] Na verdade eu não tinha entendimento do que que seria essa violência, [...] às vezes você pratica alguma coisa, mas você não tem (pausa) você não tem entendimento, você não sabe até onde isso pode provocar na outra parte ou que pode chegar pra ela [...] Então a partir do momento que você conhece e sabe o quanto é profundo certos tipos de violência, é difícil.

A fala de Silas indica um processo reflexivo em curso, marcado pela passagem de um não saber prático para um saber elaborado a partir da experiência formativa com a qual teve contato. Dessa forma, determinadas ações, antes naturalizadas, passam a ser percebidas como violentas somente após serem questionadas e problematizadas (Lopes; Cordeiro, 2018). Essa

compreensão de si mesmo como possível agente de violência aponta para uma reconfiguração de comportamentos e valores incorporados à masculinidade e às relações familiares. Assim, Silas sugere um movimento de responsabilização subjetiva, ainda que marcado por hesitações e incômodos, e reconhecer a profundidade da violência cometida e entender a si mesmo como pessoa que a pratica mesmo sem ter conhecimento, embora seja um deslocamento potente, também é difícil, como o próprio relata.

O que parece, pensando sobre todas essas narrativas, é que a violência é, antes de tudo, algo de difícil assimilação. Ao mesmo tempo em que determinadas ações são nomeadas por eles como violentas, quando deslocadas para outras circunstâncias ou relações, o caráter que as permeia é modificado. Assim, em várias das perspectivas apresentadas, a violência é algo inaceitável, até mesmo desprezível, exceto se praticada pelo que entendem como amor ou desespero. Se o propósito é que, com cintadas, gritos, castigos dolorosos ou empurrões, algo seja ensinado ou provado no final, então não é violência, ainda que machuque ao ponto de permanecer na memória ao longo de toda uma vida. É uma lição. Não é trauma, não é errado, não é desproporcional, é afeto, é família, é o que constrói um homem: sofrer, resistir e agradecer (Nolasco, 1993; Oliveira, 2004)

E quando a noção predominante é que o amor e a violência andam lado a lado, podendo inclusive serem confundidos como uma coisa só, torna-se difícil identificar os limites entre ambos (Oliveira; Sani, 2009). É tão difícil que violências que operam de forma silenciosa, sequer são mencionadas. Quando muitos não a citam, ainda que houvesse abertura, é um movimento que pode ser interpretado a partir de diferentes olhares.

O primeiro deles, indiscutivelmente presente em várias das narrativas, é que a violência sequer é reconhecida em toda a sua amplitude. Embora a violência física e psicológica sejam reiteradamente apresentadas como parte de suas compreensões, a impressão é que, para a maioria, somente o que é passível de observação, ainda que sejam gritos e xingamentos, é considerado como violência, acarretando na perpetuação do que Silva, Coelho e Caponi (2007) definem como “violência silenciosa”, que abarca outras estratégias de coerção mais sutis, como tratamento de silêncio, chantagem emocional, ameaças, isolamento social e controle, que não aparecem nas narrativas.

Outro ponto a ser considerado é que, mesmo quando há o reconhecimento de que tais dinâmicas representam atos de violência, reconhecer a si mesmo como agente dessas ações requer muito mais que somente nomeá-las e identificá-las. Requer assumir uma posição que, discursiva e socialmente, é veementemente rejeitada. Além disso, exige um processo de

reelaboração da própria subjetividade masculina. Nos momentos em que isso não é possível, a elaboração se dá em outras esferas, mais naturalizadas e portanto, menos culpabilizantes, como as punições e a tentativa de controle sobre as crianças, cuja justificativas apresentadas se aproximam daquelas que sustentam o discurso de violência contra as mulheres, como a necessidade de impor a passividade e obediência (Cavaler; Souza; Beiras, 2022).

A terceira possibilidade que talvez explique o silêncio sobre esse tópico é que ao não falarem sobre a violência contra as mulheres, também não correm o risco de se expressarem de forma equivocada acerca dessa questão. Isto é, ao deslocarem a narrativa para outras relações afetivo-familiares, de certo modo asseguram a permanência em uma zona discursiva menos arriscada, onde não precisam confrontar diretamente suas posições.

Para todos os efeitos, a não-nomeação também é uma forma de dizer.

8.2 Fatores de risco na socialização masculina e a transmissão da autoridade

As falas sobre a infância e a relação com os pais mostram que em diversos casos, a violência aparece como uma linguagem de correção e aprendizado que é legitimada. As figuras que batem para “ensinar”, “impor respeito”, para ensinar a ser “homem de verdade”, são aquelas que gradativamente se tornam referências. Esse modelo familiar em que o sofrimento é ressignificado como uma manifestação de afeto e necessário para o desenvolvimento, naturaliza o uso da força e da punição como forma de comunicação e resolução de conflitos (Oliveira; Sani, 2009), principalmente com “menino homem”, para o qual a vulnerabilidade e a sensibilidade não podem expressas, pois significaria fraqueza, ausência de controle emocional e inaptidão para ocupar o lugar que dele se espera (Barbosa, 1998). Afinal, para se tornar o esteio da casa, o alfa, que provê e protege os seus, até mesmo as brincadeiras precisam ser “brincadeiras sérias”.

Essas experiências de infância, organizadas por disciplina severa, contenção emocional e um entendimento de masculinidade vinculado à força, constituem um ambiente em que a violência é compreendida como recurso legítimo e até necessário, o que as transforma em fatores de risco para sua reprodução entre gerações. Não apenas porque ensinam um comportamento, mas porque instauram um sentido de mundo no qual a autoridade se afirma pela imposição e não pelo diálogo.

Dessa forma, a transmissão intergeracional da violência não se dá necessariamente pela reprodução de comportamentos, mas também pela incorporação precoce de sentidos morais e

relacionais que associam a masculinidade à valores rígidos que, posteriormente, orientam práticas seguindo uma lógica hierárquica e disciplinadora. São valores que atravessam gerações e embora sejam reconfigurados, adaptados para cada tempo e espaço, sustentam dinâmicas afetivo-familiares fundamentadas na autoridade e na manutenção de posições desbalanceadas dentro das relações, como descrevem Oliveira, Sousa e Peixoto (2023), Rodrigues e Chalhub (2014) e Oliveira e Sani (2009).

Portanto, mesmo com a perda de rigidez ao longo do tempo e a maior flexibilização dos modos de ser homem, que são aspectos que surgem em várias das narrativas, as mulheres e as crianças seguem sendo posicionadas no lugar daqueles que devem ser tutelados, por exemplo.

Esse processo envolve igualmente a construção de um repertório afetivo em que o sofrimento é reinterpretado como parte formativa, funcionando como prova de resistência e como exigência para o desenvolvimento masculino. Quando a dor é normalizada e entendida como necessária, formas não violentas de estabelecer limites ou lidar com conflitos se tornam menos acessíveis, porque falta a esses homens um vocabulário emocional que permita reconhecer e expressar vulnerabilidade.

A manutenção dessas dinâmicas também se relaciona com a ausência de vínculos masculinos marcados pela expressão emocional, o que restringe possibilidades de convivência em que a fragilidade seja acolhida. Sem esse tipo de vínculo, a agressividade tende a ocupar o lugar de resposta predominante diante de tensões, aproximando-se do que Zanello (2018) denomina “embrutecimento afetivo”, no qual a emoção se torna inexpressável e a força passa a operar como idioma central nas relações. Esse quadro se sustenta, ainda, pela naturalização das desigualdades de gênero e por leituras morais e religiosas que reafirmam a autoridade masculina como eixo ordenador da família, reforçando hierarquias que legitimam o recurso à força.

Por outro lado, ainda que de modo sutil, algumas fissuras aparecem. No reconhecimento do próprio sofrimento, muitos expressam o desejo de não utilizar a violência física como ferramenta pedagógica ou de negociação, enfatizando o diálogo como recurso principal. Além disso, eles sugerem que há um movimento de transição em curso, e o homem de antigamente têm cedido lugar a um homem mais sensível, ou até mesmo, “mais mole”. Isso indica que alguns desses padrões começam a ser percebidos como pesados ou dissonantes, sobretudo no que diz respeito às expectativas impostas à expressão emocional masculina, o que abre brechas para reelaborações.

Independente de qual seja a perspectiva adotada frente a essa mudança, que é sentida por todos eles, o simples reconhecimento de que algo se transformou já indica uma ruptura no

modelo tradicional de masculinidade e de família. Ainda que essa transformação narrada por eles seja mínima - sobretudo se considerarmos a predominância de discursos conservadores entre as novas gerações (Bates, 2023) -, ela sinaliza a perspectiva de que o “homem de antes” e o “homem de agora” não ocupam o mesmo lugar, o que também é significativo.

8.3 A família como campo de tensões: identificando fatores de proteção

Na maior parte dos relatos, a instituição familiar aparece como um espaço ambivalente, e ao mesmo tempo que pode reforçar a violência, também pode criar condições para a sua superação. Essa ambivalência não se limita ao convívio cotidiano, pois aparece também como um elemento estruturante da forma como os participantes compreendem a si mesmos, já que o mesmo ambiente que produz medo e controle também oferece experiências de cuidado que, em algumas trajetórias, funcionam como apoio afetivo e moral. Essa sobreposição de sentidos mostra que a família não opera apenas pela repetição da violência, mas também pela abertura de pequenas possibilidades de reorganização do afeto, mesmo que de modo fragmentado, contraditório e esporádico.

É, portanto, um campo de forças marcado por aprendizados opostos, onde o afeto e a coerção coexistem de maneira quase indissociável, e nessas circunstâncias, as punições não são narradas de forma desvinculada do cuidado, mas como parte dele (Rodrigues; Chalhub, 2014; Oliveira; Sani, 2009). Assim, o castigo físico convive com o gesto de ternura, o medo e obediência dividem o mesmo espaço com o respeito e admiração por aquele que pune.

O amor é vivenciado, na maioria das vezes, como uma experiência difusa, e o próprio lar não representa um ambiente inteiramente opressivo, do mesmo modo que não é plenamente harmônico, sendo onde se apanha, mas também é onde se brinca. Essa complexidade sugere que a violência não se sustenta e se reproduz unicamente pela ausência de afeto, mas pela sua interpretação distorcida.

A diferença é o que cada um internaliza a partir da posição que ocupa no mundo. Enquanto uns são ensinados que amar é controlar e dominar, outros aprendem que amar é permanecer e abdicar de si mesmo em nome da família (Araújo, 2008). É nessa assimetria que o gênero se institui como princípio ordenador das relações familiares, organizando afetos, responsabilidades e poderes de forma desequilibrada. Assim, quem cuida, quem decide, quem obedece é também a expressão de uma lógica mais ampla, que ultrapassa os limites de uma casa.

Nessa direção, a violência não pode ser compreendida apenas como um conflito familiar, nem como uma falha individual e momentânea. É uma relação marcada, ainda que de forma nem sempre consciente, pelo exercício do poder e pela manutenção de privilégios (Biroli, 2014). Mesmo quando não é nomeado, há sempre um reconhecimento implícito no cotidiano de que alguém ocupa o lugar de controle enquanto os demais são submetidos a ele.

Em linhas gerais, isso significa que todos os membros de um núcleo familiar se movem dentro de limites socialmente impostos e de estruturas que oferecem margens restritas para o cuidado e o desenvolvimento emocional.

São nesses movimentos diversos que se configuram tanto os riscos quanto as possibilidades de ruptura na transmissão intergeracional da violência.

Nesse sentido, os discursos dos participantes revelam como a violência se inscreve nas relações afetivo-familiares muito antes de ser praticada. Ela aparece como uma linguagem aprendida, transmitida e legitimada. Desde a infância, os meninos são expostos a um repertório afetivo em que a força e a autoridade são alicerces nas relações (Connell, 1995; hooks, 2004). Essa pedagogia da violência ensina, mesmo que indiretamente, que o poder é um modo legítimo de se relacionar e que a masculinidade se afirma justamente pela capacidade de dominar o outro.

Nesse processo, a ausência de vínculos masculinos pautados na expressão emocional e no reconhecimento da vulnerabilidade se torna um eixo central e a falta de referências afetivas restringe as possibilidades de elaboração das experiências de dor e conflito. Assim, a agressividade passa a ser um dos únicos idiomas possíveis para lidar com problemas de qualquer ordem (hooks, 2004; Oliveira, 2004). A socialização masculina, por sua vez, estruturada pela negação do afeto e pela validação do controle, produz homens que o compreendem como sinônimo de estabilidade.

Essa aprendizagem cotidiana não é neutra e está diretamente articulada à forma como as desigualdades de gênero são naturalizadas. Nesse contexto, algumas crenças religiosas e morais também aparecem nas narrativas, e reforçam hierarquias entre homens e mulheres que contribuem para cristalizar a ideia de que o masculino deve proteger, corrigir e guiar, mesmo que isso implique o uso da força.

Desse modo, a violência passa a organizar a vida doméstica e define o que é ou não aceitável dentro das relações (Biroli, 2014). Ainda que esses homens não nomeiem suas práticas como violência, as falas revelam, de certo modo, a permanência de uma consciência nem sempre explícita, de que há um poder a ser exercido e um lugar a ser preservado.

Por outro lado, mesmo nesse terreno de contradições, emergem possibilidades de deslocamento. Seja pela resiliência construída frente à dureza das experiências ou pela presença de pessoas que introduzem outros modos de se relacionar - como a mãe que escolhe sair de casa para proteger o filho, ou os amigos que acolhem na rua -, surgem frestas em que o afeto passa a ser entendido de outra forma. Essas figuras funcionam como referências alternativas que relativizam a força dos modelos violentos, não porque anulam a experiência anterior, mas porque oferecem a possibilidade de imaginar outras formas de estar no mundo. O diálogo, a escuta e o afeto oferecidos por essas presenças configuram modos pedagógicos distintos, que ampliam o repertório relacional e permitem que o afeto seja associado à segurança e não ao medo.

Dentro desse cenário, começam a emergir fatores de proteção que, embora sutis, sinalizam que a violência não é assimilada de modo absoluto. Assim, experiências de cuidado e reconhecimento, que introduzem fissuras em um modelo relacional fundado na autoridade e na coerção aparecem como possibilidades de interrupção desse ciclo.

A presença de figuras familiares que valorizam o diálogo e a escuta também amplia as possibilidades de significação do afeto, permitindo que ele seja dissociado da punição e do controle. Do mesmo modo, a capacidade de autorreflexão ou de exposição a novas referências, possibilita um distanciamento das normas internalizadas (Abbassi; Aslinia, 2010), ainda que de forma gradual, parcial e por vezes, contraditória.

Essas experiências não necessariamente eliminam a violência, mas provocam tensionamentos nos quais os sentidos de ser homem e de se relacionar são, ao menos, reavaliados. É nesse ponto que a intervenção do Serviço Reflexivo, por exemplo, se torna significativa, porque mesmo com resistências iniciais, oferece um espaço em que os participantes são convocados a examinar suas práticas, identificar continuidades com seu passado e reconhecer responsabilidades. Esse espaço funciona como um dispositivo de desestabilização que não produz transformações imediatas, mas abre caminho para questionamentos que dificilmente emergiriam sem mediação externa.

Além disso, há a possibilidade de desenvolvimento de resiliência diante das experiências de violência (Abbassi; Aslinia, 2010), transformando-as em referência para a construção de outras formas de relação, “uma referência do que não ser”. Nessa direção, muitos participantes demonstram reconhecer que as estratégias coercitivas às quais foram submetidos não são adequadas para serem reproduzidas, revelando um desejo de descontinuar os modelos herdados.

Essa intenção, ainda que marcada por contradições e limites, aponta para a transformação dos padrões relacionais, uma vez que a própria vivência é tomada como aprendizado.

Em síntese, as manifestações da violência se enraízam em processos de socialização e em vínculos familiares que se perpetuam ao longo das gerações, ainda que nem sempre sejam nomeados ou identificados dessa forma. Nesse sentido, o que os participantes entrevistados demonstram, é que a persistência ou a transformação dessas práticas estão diretamente relacionadas à maneira como os homens reelaboram suas próprias experiências e ressignificam os sentidos da autoridade, do afeto e do poder.

Compreender a violência contra a mulher, portanto, implica compreender acima de tudo, os modos pelos quais os homens foram ensinados a sentir, a amar e a existir em relação ao outro, e o seu enfrentamento requer mais que intervenções e questionamentos pontuais, exigindo uma reconfiguração profunda e contínua das relações afetivo-familiares, dos dispositivos de socialização e, sobretudo, das formas de viver a masculinidade. Assim, as pequenas rupturas e reposicionamentos, mesmo que incompletos e ambíguos, evidenciam um potencial de transformação que se sustenta justamente na capacidade de reinterpretar o vivido, reconhecer seus danos e buscar modos alternativos de se relacionar.

Observamos também que a violência contra a mulher se inscreve em processos de formação que atravessam a socialização masculina e se renovam entre as gerações, e as narrativas apresentadas evidenciam que normas internalizadas desde cedo estruturam modos de agir e de interpretar conflitos, produzindo continuidades que tornam esses padrões difíceis de romper. Ao mesmo tempo, surgem movimentos que apontam para deslocamentos, como relações mais expressivas e flexíveis, o acesso à outras referências de masculinidade e família, revisões de experiências passadas e o contato com espaços de reflexão, permitem que novos sentidos sejam atribuídos às próprias trajetórias. Esses momentos não eliminam os padrões herdados, mas introduzem possibilidades de transformação que se constroem de maneira gradual.

Os silêncios que caracterizam alguns dos relatos adicionam outra camada ao entendimento dessas dinâmicas. O que permanece não dito não funciona como ausência, mas como marca das tensões que estruturam as experiências e delimitam o que pode ser reconhecido. Esses vazios podem revelar zonas de difícil elaboração e ajudam a compreender por que certos aspectos se mantêm fora do campo discursivo desses homens.

Além disso, a articulação entre padrões intergeracionais, movimentos de ressignificação e silenciamentos evidencia que a violência não se repete de forma automática, mas se sustenta

em aprendizagens enraizadas e se transforma quando novas interpretações se tornam possíveis. É nesse entrelaçamento entre continuidade, mudança e aquilo que escapa à fala que se delineiam as condições concretas de interrupção do ciclo de violência.

Considerações finais

Nesta etapa que antecede o ponto final dessa reflexão em curso, busco retomar os objetivos que fundamentaram o desenvolvimento deste trabalho, os resultados alcançados, compartilhar algumas reflexões suscitadas a partir da experiência enquanto pesquisadora e mulher com o Serviço Reflexivo e seus participantes e por fim, apresentar os aspectos que, em minha análise, representam os limites e potencialidades dessa pesquisa.

Como objetivo central, pretendíamos analisar como as manifestações da violência contra a mulher se desenvolvem e se transformam nas relações intergeracionais-familiares entre homens, tendo como referência a experiência de vida de homens encaminhados ao Serviço Reflexivo pela Vara Especializada de Violência Doméstica contra a mulher do município de Rondonópolis. De maneira específica, buscamos caracterizar os participantes em uma perspectiva interseccional; compreender como as dinâmicas familiares e os padrões de relacionamento entre as gerações influenciam a perpetuação ou ruptura da violência contra a mulher e identificar possíveis fatores de risco e de proteção na transmissão intergeracional de padrões de violência contra a mulher.

Tais objetivos partiram da hipótese que a violência é um fenômeno passível de transmissão, sobretudo em contextos onde é concebida como estratégia legítima de resolução de conflitos ou como ferramenta pedagógica. No entanto, essa transmissão não ocorre de forma neutra, mas é profundamente marcada pelos modos de construção das masculinidades. A socialização masculina, sustentada por valores que associam virilidade à força e autoridade, tende a legitimar o uso da violência como recurso de afirmação, principalmente no que concerne às relações familiares e afetivas. Assim, mesmo que homens e mulheres possam recorrer a práticas violentas, a autorização simbólica e social para o exercício da violência é majoritariamente atribuída aos homens.

A fim de alcançar o que foi proposto, elegemos como percurso metodológico o levantamento de dados sociodemográficos dos homens encaminhados ao Serviço, e a realização de entrevistas semiestruturadas com aqueles que aceitaram contar suas histórias. Dessa forma, o cruzamento entre esses dois caminhos auxiliou na construção de um quadro mais completo sobre o grupo e as questões pesquisadas. Por um lado, os relatos trouxeram perspectivas, justificativas e tensões que apareciam de maneira particular em cada trajetória, enquanto os dados sociodemográficos permitiram reconhecer regularidades que ajudaram a situar essas falas em perfis concretos.

Ao longo da análise, essas aproximações permitiram que as perguntas que orientaram o estudo encontrassem respostas possíveis, tornando-se mais claro de que modo esses homens interpretam suas práticas, quais referências mobilizam para justificar comportamentos e como vivenciam as mudanças culturais que tensionam modelos tradicionais de masculinidade e de família.

De modo geral, os dados revelaram que a maioria dos encaminhados são homens jovens-adultos, pretos e pardos, que não ultrapassaram o ensino médio, com filhos e tipificações envolvendo sobretudo violência psicológica e física. Esse perfil, determinado por marcadores raciais, educacionais e familiares específicos, e situado no contexto mato-grossense, onde a violência doméstica e familiar possui alta incidência, ajudou a pensar por que determinados modelos de autoridade, virilidade e controle permanecem presentes e são frequentemente percebidos como legítimos.

Nesse cenário, destaco a associação frequente entre masculinidade e o ideal de eficácia, ancorado na figura do provedor e trabalhador, acompanhada da valorização da honra e da verdade como atributos essenciais do ser-homem. Esses elementos apareceram como referências para justificar condutas e expectativas, estruturando a forma como os participantes concebem as próprias posições - e também dos filhos - dentro da família. É a partir desse ideal que muitos descreveram suas responsabilidades e sugeriram dar sentido aos conflitos vividos no passado e presente.

As falas também evidenciaram uma ambivalência afetiva e moral diante da violência familiar, especialmente quando direcionada aos filhos. Assim, os participantes reconhecem os efeitos negativos das agressões físicas e psicológicas, mas, ao mesmo tempo, relatam situações em que tais práticas são interpretadas como parte da rotina ou como ferramenta pedagógica. Essa oscilação revela a articulação entre afetividade, autoridade e tradição, produzindo justificativas que nem sempre se estabilizam e que expressam o esforço de conciliar amor, cuidado e controle.

A divisão dos papéis de gênero no ambiente doméstico também surgiu com certa nitidez ao longo das entrevistas. Mesmo quando não formulada de modo explícito, a organização da vida familiar continua orientada por uma separação entre mundo público e privado, tarefas domésticas e provimento material, reforçando a centralidade masculina nas decisões e no sustento. Essa estrutura confere aos homens uma posição de autoridade e distanciamento em relação ao cuidado cotidiano, o que influencia suas práticas parentais e o olhar sobre a masculinidade.

Em relação a isso, os participantes reiteraram, na maioria das vezes, perceber as masculinidades atuais como menos positivas quando comparadas às das gerações anteriores. Esse sentimento é caracterizado por incertezas e pela impressão de que referências antes consideradas sólidas se encontram em processo de desgaste. Além disso, as transformações culturais recentes, associadas a mudanças nas relações de gênero e na configuração familiar, são vividas com desconforto e, em alguns casos, com sensação de perda de lugar.

A preocupação com as mudanças socioculturais também apareceu de maneira consistente, sobretudo no que diz respeito ao papel da tecnologia, de modo que os homens expressaram dúvidas sobre como lidar com novas dinâmicas familiares, com o acesso facilitado a conteúdos violentos ou que vão na contramão do que ensinam aos filhos, isto é, com a circulação de discursos que interpretam como ameaçadores para a formação de crianças e adolescentes, sobretudo do gênero masculino. Essas inquietações, no entanto, apontam um esforço de administrar riscos que parecem escapar à autoridade tradicionalmente atribuída aos homens.

Esses achados mostram um campo marcado pela convivência entre padrões tradicionais de masculinidade e sinais de deslocamento produzidos pelas transformações contemporâneas, cujas narrativas oscilam entre a reafirmação de modelos consolidados e a expressão de dúvidas, compondo um panorama no qual a masculinidade hegemônica, embora ainda central, já não se sustenta sem contradições.

E acerca da violência, especificamente contra a mulher, esta parece ultrapassar qualquer conceito, compreensão e experiência que pretenda circunscrevê-la. Trata-se de algo profundo e complexo, presente em muitas das relações, de modo que, para identificá-la, pode ser necessário tomar distância e olhar novamente para o cenário que corresponde à conjuntura de toda uma vida. Isso, de certo modo, explica os silenciamentos e negociações produzidos acerca do tema.

A partir disso, pensamos em como é possível romper com um aprendizado que se inscreve nas relações mais íntimas e passa a orientar a própria forma de perceber e habitar o mundo, tornando-se profundamente natural e legítimo, ou, sequer reconhecido.

Muitos participantes recorrem à própria trajetória como referência, destacando o desejo de não repetir práticas vivenciadas no passado e reconhecendo o esforço que essa mudança exige. Esse movimento se articula com a presença de novos referenciais que introduzem outras formas de se relacionar, expressar sentimentos e conduzir processos de socialização. Nesse sentido, o diálogo surge como uma ferramenta valorizada nesses relatos, entendido como alternativa ao controle e à rigidez que marcaram experiências anteriores.

Essas perspectivas revelam uma abertura gradual para modos distintos de viver a masculinidade, acompanhada do reconhecimento de que o ideal de ser homem tem passado por transformações e que essas mudanças, embora desafiadoras, oferecem possibilidades para reorganizar vínculos e práticas no cotidiano familiar.

Além disso, penso que esse rompimento também é possível por meio de outra prática, e é nesse sentido que a educação é pensada, como uma ferramenta de criticidade e emancipação, não somente dentro dos grupos reflexivos, mas de maneira mais ampla, presente nos infinitos processos de socialização que permitem a reconfiguração contínua das relações, ações e discursos. Inserir as questões de gênero, e nesse caso, das masculinidades, como algo que está estritamente ligado à dimensão educativa, talvez seja a única maneira de provocar deslocamentos e brechas nas dinâmicas de violência e nas instituições - familiares, religiosas, jurídicas, políticas, educacionais - que as perpetuam.

Isso não significa que desenvolver e trabalhar a partir dessas intervenções seja fácil, mas que possui desafios e limitações significativos, principalmente sendo uma mulher. Ao longo desse percurso, minhas colegas e eu, pesquisadoras e psicólogas, fomos descredibilizadas e inferiorizadas incontáveis vezes por homens integrantes do Serviço, das mais variadas formas. Com batidas na mesa e vozes alteradas, como estratégia de intimidação, comentários depreciativos e comparativos, com a atribuição de adjetivos que pudessem deslegitimar nossos apontamentos (como por exemplo, explosiva, que é quem vos escreve), perguntas invasivas, apelidos inadequados, interrupções constantes, dentre outros episódios semelhantes de maior ou menor sutileza.

O que quero dizer é que ser questionado não é simples, mas questionar, é menos ainda. Algumas vezes, o convite à reflexão, ao diálogo, à expressão de sentimentos, é recebido como um ataque, uma armadilha a qual não se deve cair, talvez por isso apareçam respostas ásperas e automáticas por meio da fala ou em gestos de esquila. Isso não justifica tais ações, mas definitivamente nos auxilia a pensar sobre elas.

Uma das reflexões resultante dessa experiência, partiu dessas contrariedades e se refere ao momento em que esses homens são conduzidos a pensar sobre suas masculinidades e formas de se relacionarem. Primeiro, o encaminhamento aos grupos acontece após a emissão da medida protetiva, e possui caráter obrigatório. Além disso, são homens com uma vida consolidada, com experiências particulares que os definiram, a maioria com filhos, casa, emprego, casamento e diversas atribuições com as quais aprenderam a lidar a partir de uma lógica patriarcal,

priorizando a eficácia, a provisão material, a estabilidade das relações privadas e o distanciamento emocional.

Nesse contexto, dez encontros podem não ser suficientes para sustentar mudanças significativas que permitam repensar dinâmicas que estão enraizadas, por vezes, sequer é suficiente para suscitar reflexões sobre essas dinâmicas, uma vez que esse processo é iniciado em um momento de raiva, negação e bloqueio. Com isso, embora a intervenção seja incontestavelmente importante e potente, mais importante seria que esses processos reflexivos emergissem em outros momentos da vida e que pudessem fazer parte do cotidiano, ainda nos primeiros processos de socialização, sobretudo, dos meninos.

Quando introduzidos apenas na vida adulta, os modos de ser e de se relacionar já se encontram mais rígidos, e sendo resultado de um processo judicial, qualquer tentativa de questionamento tende a ser recebida como algo que incomoda e ameaça, mais do que convida à reflexão.

Outra reflexão emergiu nesse percurso: o cuidado com a forma de explicitar e analisar as narrativas, de modo que não fossem reforçadas leituras que as tornassem neutras ou romantizadas, mas que também não as invalidasse. Portanto, encontrar um ponto de equilíbrio, conhecendo as histórias desses homens e as diferentes versões que eles constroem a depender do contexto, bem como as posições distintas que assumem a fim de sustentar as justificativas que apresentam, talvez tenha sido o maior desafio envolvendo a produção deste estudo - que espero ter conseguido conduzir com a atenção e a escuta necessárias para que os relatos fossem compreendidos em sua complexidade, sem perder de vista a perspectiva crítica que os perpassa.

Além disso, reconheço que este trabalho apresenta outras limitações inerentes ao próprio percurso de pesquisa e das escolhas metodológicas. O número reduzido de participantes e a delimitação geográfica, associada à realização das entrevistas em um único serviço, restringem o alcance das análises. Somado a isso, a dependência de narrativas auto-relatadas implica que as interpretações desenvolvidas não devem ser tomadas como generalizáveis, mas como construções situadas em um contexto específico, deste modo, os dados alcançados devem ser encarados como possibilidades de reflexão, e não como certezas inquestionáveis. Na mesma direção, cabe reiterar que a minha posição enquanto mulher, assim como o próprio contexto institucional em que as entrevistas ocorreram, também podem ter influenciado o modo como os homens contaram suas histórias, configurando-se como parte do processo de produção deste conhecimento.

No que se refere ao desenvolvimento das análises, diversos temas emergiram simultaneamente ao longo das falas, como por exemplo, a constante menção à tecnologia e o medo do futuro, mas não puderam ser aprofundados em razão dos limites da escrita e das escolhas interpretativas assumidas.

Apesar dos desafios, considero que esta pesquisa pode contribuir para o aprofundamento das discussões sobre masculinidades e sobre os modos de subjetivação presente nas experiências de violência. A aproximação com homens em contexto judicial, por exemplo, permitiu explorar as tensões entre responsabilização, afetividade e resistência que perduram nas dinâmicas intergeracionais e intrafamiliares, que são aspectos ainda pouco abordados nos estudos sobre gênero, violência e família. Além disso, optar por uma abordagem narrativa e construcionista possibilitou compreender como esses homens produzem sentidos sobre suas trajetórias e relações, destacando nuances que, por vezes, permanecem invisibilizadas em análises mais prescritivas.

Com isso em vista, os achados contribuem ao evidenciar como as masculinidades se constituem em meio a tensões permanentes que se relacionam diretamente às práticas de violência no contexto familiar, mesmo as mais sutis. Assim, embora referências tradicionais ainda funcionem como eixo norteador de muitas ações, também existem movimentos que indicam abertura para outras formas de se posicionar, de criar vínculos e de lidar com conflitos. Esses pequenos desvios mostram que a transformação não se dá de forma abrupta, mas ocorre em camadas, conforme os homens se veem interpelados por novas experiências, linguagens e modos de interpretar o próprio lugar nas relações.

No âmbito social, a pesquisa permite ampliar o entendimento sobre as condições que permitem ou dificultam o rompimento com práticas violentas, mostrando que mudanças reais dependem de mais do que a simples transmissão de normas, exigindo acesso a referenciais que legitimem outras formas de existir e de se relacionar, capazes de romper com expectativas rígidas de autoridade, controle e dureza emocional, reforçando a importância da valorização da escuta e do diálogo.

Pertinente às políticas públicas, os achados sugerem que intervenções direcionadas a homens autores de violência precisam considerar as camadas simbólicas que sustentam essas práticas. Portanto, quando há espaço para refletir sobre suas histórias, reconhecer limites e experimentar outras formas de agir, a possibilidade de reorganizar vínculos e as próprias subjetividades se torna mais concreta. Essa perspectiva pode contribuir para fortalecer programas que combinem responsabilização com processos formativos contínuos, permitindo

que homens reconheçam a complexidade dos seus lugares no mundo e das relações que constroem.

Nesse sentido, penso que a principal contribuição desta pesquisa está em mostrar que enfrentar a violência exige intervenções voltadas tanto para a estrutura quanto para o cotidiano e sobretudo, os processos de socialização dos homens, iniciados ainda na infância, reconhecendo que transformações duradouras acontecem quando há condições para que novas formas de vivenciar a masculinidade possam, de fato, ganhar lugar na experiência.

Portanto, investigações que direcionem o olhar para o modo como os meninos atravessam seus primeiros processos de socialização e para as aprendizagens que, pouco a pouco, configuram sentidos de autoridade, afeto e conflito podem oferecer nuances importantes sobre como certas práticas são tidas como legítimas ou inevitáveis dentro do convívio familiar, bem como pesquisas que explorem ambientes em que circulam referências alternativas de masculinidade. Além disso, analisar a presença, ausência ou fragilidade desses espaços, sejam eles escolares, comunitários ou religiosos pode ajudar a compreender como determinados repertórios ganham força ou se tornam menos acessíveis ao longo da vida.

Outra possibilidade são trabalhos voltados às juventudes masculinas, suas experiências com as mudanças sociotecnológicas e seus modos de lidar com tensões cotidianas podem ampliar o alcance das questões aqui levantadas, abrindo novas perspectivas para compreender como se reinventam, resistem ou se diluem certas práticas relacionadas ao gênero e da violência contra a mulher.

Por fim, enfatizo que este trabalho não representa um ponto final, mas integra um percurso em constante movimento. Espero que ele siga se transformando, enriquecido pelo olhar e pelas palavras de outras pessoas, como propõe Mara Viveros, ao lembrar que todo pensamento se renova no encontro com outros. Que estas páginas possam, assim, sustentar a possibilidade de revisitar e reinventar os modos de compreender o que foi aqui pensado, abrindo caminho para novas interpretações e diálogos.

Referências

ABBASSI, Amir; ASLINIA, S. Dean. Family violence, trauma and social learning theory. *Journal of Professional Counseling: Practice, Theory & Research*, v. 38, n. 1, p. 16-27, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/15566382.2010.12033863>

ALMEIDA, L. S. Agro a galope: alegorias da conquista e agrobolsonarismo. Século XXI – *Revista de Ciências Sociais, [S. l.]*, v. 14, n. 2, p. 91–108, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672590501>

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2025. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 19, 2025. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>>. Acesso em: 03 mar. 2025.

ACOSTA, Fernando; SOARES, Barbara. *Documento base para a elaboração de parâmetros técnicos para os serviços de educação e responsabilização de homens autores de violência doméstica contra mulheres*. Rio de Janeiro: ISER, 2012. Disponível em: <https://feccompar.com.br/wp-content/uploads/2022/08/iser.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

ARAÚJO, Maria de Fátima. *Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação*. *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 14, out. 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BAKHTIN, Mikhail Mikhaïlovich. *Speech genres and other late essays*. University of Texas Press, 1986.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, maio/ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>.

BARBOSA, Maria José Somerlate. Chorar, verbo transitivo. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 11, p. 321–343, 2013. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998\(11\)/Barbosa.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998(11)/Barbosa.pdf)> Acesso em: 02 abr. 2025.

BATES, Laura. *Men who hate women: the extremism nobody is talking about*. London: Simon & Schuster UK, 2021. *E-book*. ISBN 9781398504653.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEIRAS, Adriano; BRONZ, Alan. *Metodologia de grupos reflexivos de gênero*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016. Disponível em: https://margens.ufsc.br/files/2020/06/Metodologia-Noos__PDF-final.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2025.

BEIRAS, Adriano; WASHINGTON, Daniel. F. M; SOMMARIVA, Salete Silva; HUGILL, Michelle de Souza Gomes. *Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de*

violência contra mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações [recurso eletrônico]. Florianópolis: CEJUR, 2021. ISBN 978-65-87982-06-9.

BEIRAS, Adriano; FAUTH, Daniel; MARTINS, Washington; SOMMARIVA, Salette Silva; HUGILL, Michelle de Souza Gomes. *Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: experiências e práticas*. Florianópolis: Academia Judicial, 2022. ISBN 978-65-87982-10-6.

BEIRAS, Adriano, MARTINS, Daniel F. W.; HUGILL, Michelle S. G. *Mapeamento Nacional dos Grupos Reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres 2023*. Margens/UFSC: Florianópolis, 2024. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/nucleo-judiciario-da-mulher/parceiros/mapeamento-nacional-ghav-2023.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BEST, Joel. *People count: the social construction of statistics*. The Joint Statistical Meeting of The American Statistical Association. 2002.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado da sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BIROLI, Flávia. *Família: novos conceitos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Termo de Referência – *Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor*. Brasília: Governo Federal, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/servico-de-responsabilizacao-do-agressor-pos-workshop.pdf?utm_source=chatgpt.como>. Acesso em: 09 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: SPM, 2011. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sev/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2025.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. *Revista de História*, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261–294, 1965. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422>.

BUTLER, Judith. *Atos performativos e constituição de gênero: um ensaio em fenomenologia e teoria feminista*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. Theatre Journal, 1988.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDAS, Leidyane; FORTALEZA, Kamyla; SILVA, Paulo V.; BRITO, Luciane; DA COSTA, Maria Bethânia; VASCONCELOS, Caio Brandão. Violência contra a mulher idosa: vozes silenciadas. *Geriatrics, Gerontology and Aging*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 167-175, out./dez. 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=739780657006>> Acesso em: 03 jun. 2025.

CARDOSO, Frederico Assis; AMORIM, Marina Alves; SULZ, Juliana Albuquerque. “Crise da Masculinidade”: Retóricas da Ofensiva Antigênero e o Antifeminismo de Estado. *Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 32, n. 72, p. 97-115, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2023.v32.n72.p97-115>.

CASSARO, Valmir Moratelli. *Dois Antônio, várias velhices: representações sociais da masculinidade no audiovisual*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.com.puc-rio.br/ppgcom/pos_teses/>. Acesso em: 09 mar. 2025.

CAVALER, Camila Maffioletti; DE SOUZA, Daniel Cerdeira; BEIRAS, Adriano. Motivações para o crime de feminicídio: Revisão integrativa da literatura. *Quaderns de psicologia*, v. 24, n. 2, p. 8, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1735>.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 01, p. 241-282, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>.

CONNELL, R. *Masculinidades*. Tradução (esp) de Irene Artigas. Programa Universitário de Estudos do México: 2015.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. Tradução e revisão técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

CORDEIRO, Mariana P; FREITAS, T. R; CONEJO, S. P; LUIZ, G. M. Como pensamos ética em pesquisa. In: SPINK, Mary J; BRIGAGÃO, J; NASCIMENTO, V; CORDEIRO, M (orgs.). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*, p. 31-56, 2014.

CORDEIRO, Mariana Prioli; LOPES, Felipe Tavares Paes. *Comunicação, violência e problemas sociais: uma leitura construcionista*. *Organicom*, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 28, p. 223–235, 2018. DOI: [10.11606/issn.2238-2593.organicom.2018.150583](https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2018.150583).

CORDEIRO, Mariana Prioli; LOPES, Felipe Tavares Paes; BRIGAGÃO, Jacqueline I. M.; RASERA, Emerson F. (Orgs.). *Diálogos sobre construcionismo social: entrevistas com Kenneth Gergen, Lupicinio Íñiguez-Rueda, Mary Jane Spink e Tomás Ibáñez*. Curitiba: CRV; IPUSP, 2023.

CRESWELL, John W. David. *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Artmed, 2007.

DANZIGER, K. The varieties of social construction. *Theory & Psychology*, v. 7, n. 3, p. 399-416, 1997. DOI: [10.1177/0959354397073006](https://doi.org/10.1177/0959354397073006).

DIAS, Sandra Vivian; FEIJÓ, Luan Paris. Os grupos reflexivos para homens contribuem na redução da reincidência da violência doméstica contra a mulher? Revisão integrativa. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Universidade La Salle, Canoas, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.unilasalle.edu.br/handle/11690/4077>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

DOMENACH, Jean-Marie. La violencia. In: DOMENACH, Jean-Marie; LABORIT, Henri; JOXE, Alain; GALTUNG, Johan. *La violencia y sus causas*. París: UNESCO, 1981.

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EMERJ). *Direito em movimento: nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. Rio de Janeiro: EMERJ, v. 14, 2º semestre de 2012. Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistadireitoemovimento_online/edicoes/volume14/revista_n14.htm>. Acesso em: 14 mai. 2025.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, M. A. O que é mesmo Educação?. *Revista Educativa - Revista de Educação*, Goiânia, Brasil, v. 13, n. 1, p. 161–175, 2010. DOI: <https://doi.org/10.18224/educ.v13i1.1253>.

G1. Em decisão unânime e histórica, STF proíbe o uso da legítima defesa da honra. *Jornal Nacional*, 1 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/08/01/em-decisao-unanime-e-historica-stf-proibe-o-uso-da-legitima-defesa-da-honra.ghtml>. Acesso em: 24 mar. 2025.

GALTUNG, Johan. Contribución específica de la irenología al estudio de la violencia: tipologías. In: DOMENACH, Jean-Marie; LABORIT, Henri; JOXE, Alain; GALTUNG, Johan. *La violencia y sus causas*. París: UNESCO, 1981.

GAMA, Juliana Fonsêca de Almeida. “Né homem não?” - Retratos das masculinidades: entre as singularidades e a hegemonia. Dissertação (Mestrado). 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27635>>. Acesso em: 06 jun. 2025.

GERGEN, K. J. *Realities and relationships*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

GERGEN, K. J.; GERGEN, M. *Construccionismo social: um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

GERHARDT, C. Agrojuventude, subjetivação e engajamento na sociedade do agronegócio. Século XXI – *Revista de Ciências Sociais, [S. l.]*, v. 14, n. 2, p. 109–138, 2024. DOI: 10.5902/2236672590503.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, Juliana Soares. Novas estéticas para estruturas antigas: tecnologias, próteses de gênero e textualidades do mandato de masculinidade. Tese de Doutorado. 2021. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1843/41717>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

GONSALVES, Elisa Pereira. *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. 5. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: paradoxos políticos, deslocamentos conceituais. *Judicialização da Violência de Gênero em Debate: Perspectivas Analíticas*. Brasília: ABA Publicações, p. 64-90, 2021. DOI: 10.48006/978-65-87289-12-0-3.

GUARESCHI, N. M. de F.; WEBER, A.; COMUNELLO, L. N.; NARDINI, M. Discussões sobre violência: trabalhando a produção de sentidos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 19, n. 3, p. 379-386, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000100017>.

GUIMARÃES, Claudia Domingues. Relações étnico-raciais e masculinidades: notas sobre território como espaço geográfico e corpo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL – ENPESS, 17., 2022, Rio de Janeiro. *Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Rio de Janeiro, 2022. ISSN 2965-2499. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/enpess-anais/edicoes/2024/apresentacao-oral?page=1>> Acesso em: 13 mai. 2025.

HACKING, I. *The social construction of what?* Harvard: Harvard University Press, 1999.

HALLORAN, J. Los médios de comunicación social: ¿síntomas o causas de la violencia? In: DOMENACH, Jean-Marie; LABORIT, Henri; JOXE, Alain; GALTUNG, Johan. *La violencia y sus causas*. París: UNESCO, 1981.

HOOKS, bell. *We real cool: Black men and masculinity*. New York; London: Routledge, 2004.

HONÓRIO, Maria das Dores. Cabra-macho, sim senhor! Um estudo sobre a masculinidade no Nordeste do Brasil. *I Seminário Nacional de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, 2009. Disponível em: <https://portal.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=191&limit=50&limitstart=0&order=hits&dir=DESC&Itemid=171>. Acesso em: 14 jul. 2025.

IBÁÑEZ, T. *Municipiones para disidentes: Realidad-verdad-política*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2001a.

IBÁÑEZ, T. *Psicología social construccionista*. Guadalajara: Editorial Pandora, 2001b.

IBÁÑEZ, T. La construcción social del socioconstruccionismo: retrospectiva y perspectivas. *Política y Sociedad*, Madrid, v. 40, n. 1, p. 155–160, 2003. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO0303130155A>>. Acesso em: 18 mar. 2025.

IBÁÑEZ, T. El giro lingüístico. In: ÍÑIGUEZ RUEDA, Lupicínio; MARTÍN ROJO, Luisa; MENEGOFF, Vera Mincoff; SPINK, Mary Jane (Orgs.). *Análisis del discurso: manual para las ciencias sociales*. 2. ed. Barcelona: Editorial UOC, 2006.

KENDALL, S.; TANNEN, D. Discourse and Gender. In: *The Handbook of Discourse Analysis*, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

McNAMEE, S.; HOSKING, D. M. *Research and social change: a relational constructionist approach*. Nova York: Routledge, 2012.

MEDRADO, Benedito; CORRÊA, Tiago; LYRA, Jorge. Homens e masculinidades no contexto da violência de gênero: para além dos serviços para agressores. In: VEIGA, Ana Maria; LISBOA, Teresa Kleba; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero e violências: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016. (Série Diversidades). Disponível em: <<https://gema-ufpe.blogspot.com/p/producoes-capitulos-de-livro.html>> Acesso em: 02 jul. 2025.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Produzindo sentidos sobre o masculino: da hegemonia à ética da diversidade. In: ADELMAN, Mirian; SILVESTRIN, Celsi. (Org.). *Coletânea Gênero Plural*. Curitiba: UFPR, 2002, v. , p. 63-76. Disponível em: <<https://gema-ufpe.blogspot.com/p/producoes-capitulos-de-livro.html>> Acesso em: 02 jul. 2025.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, p. 809-840, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300005>.

MEDRADO, Benedito; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, ed. esp., p. 78-86, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000400011>.

MELO, Alessandro de. *Fundamentos socioculturais da educação*. Curitiba: InterSaberes, 2012.

MORILLA, Jéssica Leitão; MANSO, Maria Elisa Gonzalez. A violência contra a mulher idosa no Brasil e os fatores relacionados ao tema: uma revisão integrativa. VITTALLE - *Revista de Ciências da Saúde, [S. l.]*, v. 33, n. 2, p. 66–82, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14295/vittalle.v33i2.12328>.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA, Conceição. Construcionismo social, discurso e gênero. *Psicologia*, v. 15, n. 1, p. 43-65, 2001. DOI: <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v15i1.490>.

NOLASCO, S. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OLIVEIRA, Madalena Sofia; SANI, Ana Isabel. A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. ISSN 1646-0502. 6 (2009) 162-170, 2009. Disponível em: <http://catalogobibliografico.ufp.pt/pacweb/SearchResult.aspx?search=_OB:%2B_QT:AU_Q:SANI%2C%20ANA%20ISABEL%2C%201973-_EQ:T_D:T__>. Acesso em: 04 jul. 2025.

OLIVEIRA, Madalena Sofia; SOUSA, Ana Rita; PEIXOTO, Carlos Silva. Uma Violência intergeracional nas relações de intimidade: prevalência do fenómeno. *Revista Internacional de*

vitimologia e Justiça Restaurativa, v. 1, n. 2, 2023. DOI: <https://doi.org/10.58725/rivjr.v1i2.54>.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Editora UFMG, 2004.

PEREIRA, Antônio Cícero de Andrade. Masculinidades (in)questionáveis: um ensaio sobre homens, raça, sexualidade e interseccionalidade. In: ASENSI, Felipe (org.). *Ciência e conhecimento: visões plurais*. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2021.

PORTELA, Yeda. Violência Psicológica: Dificuldade Em Romper O Vínculo Afetivo Em Uma Relação Conjugal Violenta. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, [S. l.], v. 32, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i2.987>.

POTTER, J., & WETHERELL, M. *Discourse and social psychology: Beyond attitudes and behaviour*. Sage Publications, 1987.

PRADO, J. "Os opostos se distraem, os dispostos se atraem": amor e política no uso das mídias digitais entre sujeitos que se autodenominam de esquerda. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 27, 2025. DOI: 10.5216/sec.v27.80157.

PRATES, Paula L.; ANDRADE, Leandro F. Grupos reflexivos como medida judicial para homens autores de violência contra a mulher: o contexto sócio-histórico. *Seminário Internacional fazendo gênero*, v. 10, 2013. Disponível em: <https://www.fg2024.eventos.dype.com.br/anais/trabalhos/lista>>. Acesso em: 05 abr. 2025.

PRECIADO, P. B. *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. Editora Zahar, 2023.

RODRIGUES, Luciana Santos; CHALHUB, Anderson Almeida. Contextos familiares violentos: da vivência de filho à experiência de pai. *Pensando fam.*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 77-92, dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2025.

RORTY, R. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SAFFIOTTI, H.I.B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 03 mar. 2025.

SCOTT, Juliano Beck; OLIVEIRA, Isabel F. de. Grupos reflexivos para homens que cometem violência doméstica: um estudo comparativo baseado em três programas brasileiros. *Psicologia: teoria e prática*, v. 23, n. 1, p. 01-20, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPSP13040>.

SESP-MT. Anuário da Mulher de Mato Grosso: dados de violência contra a mulher registrados no estado de Mato Grosso – ano 2023. Cuiabá: Secretaria de Estado de Segurança

Pública, 2024. Disponível em: <<https://www.sesp.mt.gov.br/anu%C3%A1rio>>. Acesso em: 06 abr. 2025.

SESP-MT. Vítimas de feminicídio por município: período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2024. Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Superintendência do Observatório de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <<https://www.sesp.mt.gov.br/estat%C3%ADstica-viol%C3%Aancia-contr-a-mulher>>. Acesso em: 06 abr. 2025.

SHOTTER, J. *Conversational realities*. Londres: Sage, 1993.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: a violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 11, n. 21, p. 93-103, jan./abr. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832007000100009>.

SILVA, Regina A. B. N.; COSTA, Natalina Sierra Assêncio; BARROS, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de. RELAÇÃO ENTRE A LÍNGUA, A CULTURA E A IDENTIDADE DO HOMEM PANTANEIRO. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais, [S. l.]*, v. 10, n. 1, p. 693–706, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2023v10n1p693-706>.

SILVA, Aline Cristini da; ORO, Gabriela Zinne; BOSSARDI, Carina Nunes. Aspectos intergeracionais de famílias em situação de violência. *Pensando fam.*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 239-255, dez. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2021000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SILVA, Natanael de Freitas. Historicizando as masculinidades: considerações e apontamentos à luz de Richard Miskolci e Albuquerque Júnior. *História, histórias, [S. l.]*, v. 3, n. 5, p. 7–22, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10826/9507>>. Acesso em: 02 jul. 2025.

SOARES, Antonio Mateus de Carvalho. Construção social da violência e a negação da civilidade. *Latitude*, Maceió-AL, Brasil, v. 8, n. 1, 2018. DOI: <https://doi.org/10.28998/lte.2014.n.1.1521>.

SPINK, M. J. P. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, Mary Jane; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentido. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, Mary Jane (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, Mary Jane P.; MENEGON, Vera Mincoff. A pesquisa como prática discursiva. In: SPINK, Mary Jane P. (Org.). *Produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 2013.

SPINK; MEDRADO; MÉLLO. Vinte e Cinco Anos nos Rastros, Trilhas e Riscos de Produções Acadêmicas Situadas. In: SPINK; BRIGAGÃO; NASCIMENTO; CORDEIRO (Org.). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2014.

UN WOMEN. Engaging men and boys in gender equality and women's empowerment. 2020. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/en/what-we-do/youth/engaging-boys-and-young-men-in-gender-equality>>. Acesso em: 24 abr. 2025.

VIVEROS-VIGOYA, Mara. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

WOOLGAR, S. Psychology, qualitative methods and the idea of science. In: RICHARDSON, J. T. E. (Org.). *Handbook of qualitative research methods* (pp. 11-24). Leicester, UK: BPS Books, 1996.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

ZURIFF, G. Against metaphysical social constructionism in psychology. *Behavior and Philosophy*, v. 26, p. 5-28, 1998. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/1999-13479-001>>. Acesso em: 04 mar. 2025.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Ecos do passado, vozes do futuro: uma análise sobre práticas de masculinidades e violências em três gerações” (Título Provisório), realizada por Myllena Oliveira Portela, aluna do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis, sob orientação do Prof. Dr. George Moraes de Luiz.

Os objetivos desta pesquisa são: I) Analisar como elementos vinculados à violência de gênero se manifestam nas relações intergeracionais entre homens, tendo como foco a experiência no Serviço Reflexivo pela Vara Especializada de Violência Doméstica contra a mulher do município de Rondonópolis; II) Compreender como as dinâmicas familiares e os padrões de relacionamento entre as gerações influenciam a manifestação da violência de gênero; III) Explorar como as concepções de masculinidade e os papéis de gênero são transmitidos e transformados ao longo das gerações; IV) Compreender como a participação no Serviço Reflexivo influencia percepções e atitudes em relação à violência de gênero e como isso se reflete nas relações de masculinidade intrafamiliar.

Este estudo tem como justificativa o interesse em pensar a temporalidade e os processos construtivos dos discursos presentes em grupos de educação e reflexão para homens autores de violência no âmbito doméstico e familiar contra as mulheres, que remetem às formas de masculinidades conhecidas e exercidas dentro das vivências subjetivas de cada sujeito, bem como conhecer os atravessamentos da violência ao longo das gerações dos homens-participantes e as interpretações e os significados atribuídos em ciclos distintos.

Ao aceitar fazer parte desta pesquisa, você será convidado a participar de uma Entrevista Semiestruturada, que ocorrerá nas dependências da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), após a conclusão dos 10 (dez) encontros. Esta entrevista será gravada e depois transcrita pela pesquisadora responsável, e será utilizada somente para fins relacionados à presente pesquisa. Você poderá solicitar acesso à transcrição da entrevista na íntegra a qualquer momento dentro do período estipulado para armazenamento. Não há tempo de duração determinado para a entrevista, tal aspecto será decidido a partir de sua disponibilidade e condições físicas, emocionais, psicológicas e de deslocamento. O conteúdo da entrevista abordará sua história de vida, suas experiências e memórias enquanto homem, relações familiares de masculinidade, violências e dificuldades e perspectivas referentes a essas vivências.

Sua identidade será mantida em sigilo, sobretudo durante o processo de coleta de dados, divulgação ou publicação dos resultados e serão utilizados códigos de identificação, caso você deseje. Os dados coletados serão armazenados em dispositivo particular da pesquisadora responsável, em pastas seguras de acesso restrito. Os dados obtidos serão armazenados durante o período de 5 anos após o término da pesquisa, havendo possibilidade de consulta de sua parte, caso necessário. Após este período, os dados serão removidos permanentemente de todo e qualquer dispositivo utilizado para armazenamento.

Em relação aos riscos da pesquisa, estes caracterizam-se como baixos e moderados considerando os procedimentos requeridos para a realização da entrevista e presença no Serviço Reflexivo. A participação na pesquisa exigirá que você dedique um tempo à entrevista, fator que poderá afetar sua rotina diária. A fim de inibir esse possível desconforto, a entrevista será agendada tendo em vista a sua disponibilidade, de modo que o horário e localização seja conveniente. A participação na pesquisa poderá ser fisicamente desgastante, portanto, caso necessário, você poderá solicitar intervalos durante a entrevista, bem como redução de tempo a fim de evitar sobrecarga física. A entrevista poderá envolver a rememoração de histórias e acarretar em sentimentos de tristeza, medo, traumas pertinentes à violência e o desencadeamento de estresse pós-traumático, portanto, poderá ser um processo emocionalmente desgastante. Com isso em vista, será adotada uma escuta sensível e acolhedora, sobretudo qualificada de modo que seus limites serão respeitados. Caso necessário, você poderá solicitar suporte psicológico adicional com outro profissional do Serviço Reflexivo, bem como poderá interromper a entrevista ou retirar-se da mesma a qualquer momento, sem prejuízos. Pertinente a isso, o acompanhamento será iniciado caso sejam identificadas necessidades emergentes, de modo que você será imediatamente orientado a buscar suporte adicional com os demais profissionais atuantes no Serviço Reflexivo, com garantia de mediação, orientação e esclarecimentos adicionais por parte da pesquisadora responsável a fim facilitar e antecipar o acesso ao atendimento. Ademais, você será informado, sempre que necessário, sobre seus direitos e possibilidades de continuidade do atendimento após o término da pesquisa.

Para realização da entrevista, será utilizada uma sala privada e segura a fim de preservar a sua participação. Sua identidade e a razão de sua presença na Universidade Federal de Rondonópolis, serão mantidas em sigilo.

A utilização de ferramentas tecnológicas poderá acarretar em quebra de sigilo ou vazamento de dados, no entanto, seus dados pessoais serão mantidos em sigilo, com utilização

de códigos ou pseudônimos para identificação caso você queira. Senhas fortes, verificação em duas etapas e acesso restrito serão utilizados a fim de garantir a privacidade e segurança dos dados, além da utilização de antivírus e programas que apresentem confiabilidade tecnológica, inibindo os riscos de vazamento ou acesso indevido por terceiros. Além disso, o acesso será monitorado frequentemente, de modo a garantir que nenhum documento foi acessado erroneamente. Em casos de vazamento de dados e possibilidade de quebra do sigilo, você será notificado e acolhido, caso necessário, medidas como a recuperação de acesso, realocação dos dados para outro dispositivo, alteração de senhas e bloqueio imediato serão efetuadas.

Pertinente aos benefícios, estes se sustentam na validação e reconhecimento das suas experiências. Compartilhar vivências dolorosas ou complexas pode auxiliar no seu processo de elaboração e compreensão, de modo que você possa refletir e explorar os pensamentos e sentimentos referentes a tais experiências em um espaço seguro e com escuta qualificada, propiciando desenvolvimento emocional, bem-estar, redução do estresse e da ansiedade, inibição de sentimentos de isolamento, desenvolvimento da autocompreensão e o fortalecimento da resiliência.

Os resultados provenientes da pesquisa também podem auxiliar no entendimento vigente acerca das masculinidades e violências, a transmissão de discursos e práticas dentro das relações intrafamiliares. Ademais, dado o caráter inédito de um Serviço Reflexivo na cidade de Rondonópolis - MT, a pesquisa pode fornecer informações acerca do funcionamento do serviço, demandas a serem ajustadas, metodologias que podem ser incorporadas ou mantidas a partir das percepções das suas percepções, dos demais participantes e equipe.

Sua participação nessa pesquisa é voluntária e você poderá desistir de participar a qualquer momento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Caso ocorra alguma despesa em decorrência da pesquisa você terá direito a ressarcimento (reembolso direto pertinente a custos diretamente relacionados à participação no estudo) e caso sinta-se lesado ou ocorra algum dano de outra natureza, você poderá solicitar indenização, como em caso de danos físicos, psicológicos ou quebra de sigilo decorrentes da participação neste estudo. A solicitação, caso necessária, poderá ser feita entrando em contato com o Serviço Reflexivo.

Você poderá ter acesso aos resultados da pesquisa a qualquer momento.

Você receberá uma via deste Termo e terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Caso haja necessidade, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável ou o Serviço Reflexivo a qualquer momento da pesquisa.

O presente Termo de Consentimento foi pautado na Resolução CNS n° 510/2016.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Rondonópolis.

Em caso de dúvidas éticas, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), que é um colegiado constituído por membros de diferentes áreas do conhecimento e avalia os procedimentos éticos adotados pelos pesquisadores para proteger tanto os participantes da pesquisa como o pesquisador e a instituição.

Telefone: (66) 3410-4153 | Coordenadora do CEP: Aline Pereira Marques

Email: cep@ufr.edu.br Horário de funcionamento e local: terça, quinta e sexta das 13h às 17h, Universidade Federal de Rondonópolis.

Sendo assim, Eu

declaro que fui informado sobre os objetivos, riscos e benefícios desta pesquisa, bem como tive a oportunidade de esclarecer dúvidas e aceito participar da pesquisa.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora Responsável
Myllena Oliveira Portela
CRP-MT 18/7828

Rondonópolis, MT ____/____/____

Email: myllena.portela@aluno.ufr.edu.br | Tel: (66)99600-5696

Contato (Serviço Reflexivo): (66) 99611-5372 - Endereço: Av. dos Estudantes, 5055 - Cidade Universitária, Rondonópolis - MT, 78736-900 (Bloco de Psicologia)

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Introdução

- Poderia me falar um pouco sobre você e sua família?
- Como é a sua rotina diária com seus filhos?

2. Compreensões sobre masculinidade

- O que significa ser homem para você?
- Como você acha que essa visão de masculinidade mudou desde a época dos seus pais?
- De que forma você tenta passar essa visão para seus filhos?

3. Educação e criação dos filhos

- Como você divide as responsabilidades parentais com sua parceira/seu parceiro?
- Quais são os principais desafios que você enfrenta na criação dos seus filhos?
- Como você lida com questões de disciplina em casa?

4. Violência e resolução de conflitos

- Como você define violência?
- Como você lida com conflitos em casa?
- Que estratégias você usa para evitar o uso de violência na educação dos seus filhos?

5. Transmissão intergeracional

- Quais valores ou práticas da sua criação você mantém com seus filhos?
- O que você faz diferente dos seus pais na criação dos seus filhos?
- Como você acha que as mudanças sociais afetaram a forma como você cria seus filhos em comparação com a geração anterior?

6. Reflexões finais

- Que conselhos você daria para outros pais sobre como criar filhos hoje em dia?
- Como você imagina que será a criação de filhos para a próxima geração?

ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDONÓPOLIS - UFR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Ecos do passado, vozes do futuro: uma análise sobre práticas de masculinidades e violências em três gerações

Pesquisador: MYLLENA OLIVEIRA PORTELA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 84753324.2.0000.0126

Instituição Proponente: Universidade Federal de Rondonópolis - UFR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.393.086

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nesse campo foram retiradas do arquivo Informações Básicas do Projeto de Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2456386.pdf, submetido em 11/02/2025, p. 02-04).

RESUMO

"Este estudo tematiza acerca das masculinidades e violências, com o objetivo de analisar as experiências de homens encaminhados ao Serviço Reflexivo pela Vara Especializada de Violência Doméstica contra a Mulher, a partir de uma perspectiva intergeracional (avô-pai-neto). Para isso, adotamos como base teórico epistemológica as contribuições do construcionismo social e das práticas discursivas, em diálogo com as noções de gênero, masculinidades e intergeracionalidade. Metodologicamente, o estudo se fundamenta em uma abordagem construcionista e qualitativa. As técnicas utilizadas incluem entrevistas semiestruturadas, oficinas lúdicas e observação participante. A análise dos dados será conduzida por meio do método dos mapas dialógicos, com o intuito de compreender as dinâmicas familiares e as percepções dos diferentes membros da família sobre os temas investigados. Espera-se que este estudo ofereça uma contribuição científica na área da educação, fornecendo subsídios

Endereço: AVENIDA DOS ESTUDANTES, 5055 Bloco Administrativo da UFR, terreo, sala 1
Bairro: CIDADE UNIVERSITARIA **CEP:** 78.736-900
UF: MT **Município:** RONDONOPOLIS
Telefone: (66)3410-4153 **E-mail:** cep@ufr.edu.br

Continuação do Parecer: 7.393.086

RESPOSTA: A data de coleta de dados na Plataforma Brasil foi alterada, de modo que a nova data corresponde ao cronograma inserido no Projeto Brochura anteriormente. Assim sendo, a previsão de início do estudo foi redefinida para 31/03/2025.

ANÁLISE: Atendida.

Conclusão: A presente proposta atende aos aspectos éticos da Resolução CNS N° 510, conclui-se, portanto, pela aprovação do protocolo de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

A presente proposta foi aprovada no que concerne aos aspectos éticos. Caso haja mudança na proposta inicial, este CEP deverá ser informado, por meio de Emendas, via Plataforma Brasil. Os relatórios parciais deverão ser encaminhados, semestralmente, para o CEP, com vistas ao acompanhamento da execução do projeto. Ao término deste, o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar o relatório final ao CEP, conforme Resolução CNS n° 466/12, item XI.2.d ou Resolução CNS n° 510/16, art. 28, item V.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2456386.pdf	11/02/2025 23:27:15		Aceito
Outros	CartaRespostaIII.pdf	11/02/2025 23:24:50	MYLLENA OLIVEIRA PORTELA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALEVersaoIII.pdf	19/12/2024 21:45:08	MYLLENA OLIVEIRA PORTELA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoVersaoIII.pdf	19/12/2024 21:44:17	MYLLENA OLIVEIRA PORTELA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ApendiceATCLEII.pdf	04/12/2024 21:45:03	MYLLENA OLIVEIRA PORTELA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLEPaisResponsaveis.pdf	04/12/2024 21:44:41	MYLLENA OLIVEIRA PORTELA	Aceito

Endereço: AVENIDA DOS ESTUDANTES, 5055 Bloco Administrativo da UFR, terreo, sala 1
Bairro: CIDADE UNIVERSITARIA **CEP:** 78.736-900
UF: MT **Município:** RONDONOPOLIS
Telefone: (66)3410-4153 **E-mail:** cep@ufr.edu.br

Continuação do Parecer: 7.393.086

Justificativa de Ausência	TCLEPaisResponsaveis.pdf	04/12/2024 21:44:41	MYLLENA OLIVEIRA PORTELA	Aceito
Outros	ApendiceEOficanasLudicas.pdf	12/11/2024 22:10:45	MYLLENA OLIVEIRA PORTELA	Aceito
Outros	ApendiceDEntrevistall.pdf	12/11/2024 22:10:14	MYLLENA OLIVEIRA PORTELA	Aceito
Outros	ApendiceCEntrevistal.pdf	12/11/2024 22:09:42	MYLLENA OLIVEIRA PORTELA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	12/11/2024 22:08:43	MYLLENA OLIVEIRA PORTELA	Aceito
Outros	AnuenciaCEPRAPSI.pdf	12/11/2024 22:08:13	MYLLENA OLIVEIRA PORTELA	Aceito
Outros	AnuenciaTJMT.pdf	12/11/2024 22:07:40	MYLLENA OLIVEIRA PORTELA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_28229_Myllena_Portela_Assinado.pdf	12/11/2024 21:57:13	MYLLENA OLIVEIRA PORTELA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RONDONOPOLIS, 18 de Fevereiro de 2025

Assinado por:
ALINE PEREIRA MARQUES
(Coordenador(a))



Endereço: AVENIDA DOS ESTUDANTES, 5055 Bloco Administrativo da UFR, terreo, sala 1
Bairro: CIDADE UNIVERSITARIA **CEP:** 78.736-900
UF: MT **Município:** RONDONOPOLIS
Telefone: (66)3410-4153 **E-mail:** cep@ufr.edu.br

ANEXO B - TERMO DE COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: Ecos do passado, vozes do futuro: uma análise sobre práticas de masculinidades e violências em três gerações			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 0			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR			
5. Nome: MYLLENA OLIVEIRA PORTELA			
6. CPF: 044.277.901-19		7. Endereço (Rua, n.º): MACEDO VIEIRA NUCLEO HABITACIONAL MARECHAL RONDON RONDONOPOLIS MATO GROSSO 78715628	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: 66996005696	10. Outro Telefone:
		11. Email: myllenap_@outlook.com	
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>11</u> / <u>11</u> / <u>2024</u>		 Documento assinado digitalmente MYLLENA OLIVEIRA PORTELA Data: 11/11/2024 16:57:25-0300 Verifique em https://validar.itl.gov.br	
Assinatura			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS		13. CNPJ:	14. Unidade/Órgão: Universidade Federal de Rondonópolis - UFR
15. Telefone:		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>Edna Maria Bonfim da Silva</u>		CPF: <u>960.***.***-34</u>	
Cargo/Função: <u>Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa</u>		 Documento assinado digitalmente EDNA MARIA BONFIM DA SILVA Data: 12/11/2024 16:58:20-0300 Verifique em https://validar.itl.gov.br	
Data: <u>12</u> / <u>11</u> / <u>2024</u>		Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO C - CARTA DE ANUÊNCIA DO CENTRO DE PRÁTICAS PSICOLÓGICAS (CEPRAPSI)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

Campus Sede
Av. dos Estudantes, CEP 78736-900, Rondonópolis (MT)
CNPJ: 35.854.176/0001-95 - Telefone: (66) 3410-4006

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro conhecer o projeto de pesquisa intitulado "**Ecoss do passado, vozes do futuro: uma análise sobre práticas de masculinidades e violências em três gerações**", de responsabilidade do(a) pesquisador(a) Myllena Oliveira Portela. Email: myllena.portela@aluno.ufr.edu.br
Contato: (66)99600-5696.

Declaro ter ciência que o objetivo geral da proposta é de: Analisar como as manifestações da violência de gênero se desenvolvem e se transformam nas relações entre homens de três gerações (avô-pai-neto), tendo como foco a experiência do pai encaminhado ao Serviço Reflexivo pela Vara Especializada de Violência Doméstica contra a mulher do município de Rondonópolis.

Declaro ainda conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades com o presente projeto e de seu compromisso no resguardo da segurança das informações e do bem-estar de seus participantes da pesquisa.

Assim, manifesto-me favorável à elaboração da etapa realização de entrevista no espaço do CEPRAPSI (Centro de Práticas Psicológicas - UFR), nesta instituição, desde que o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/CONEP) da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR e dos Comitês de Ética cadastrados como coparticipantes desta pesquisa.

Rondonópolis, 08 de Novembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
MYLLENA OLIVEIRA PORTELA
Data: 08/11/2024 16:14:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura Pesquisador(a) Responsável

Documento assinado digitalmente
EVANDRO DE QUADROS CHERER
Data: 11/11/2024 17:44:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura Coordenador(a) do CEPRAPSI
Evandro de Quadros Cherer

ANEXO D - CARTA DE ANUÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro conhecer o projeto de pesquisa intitulado "**Ecos do passado, vozes do futuro: uma análise sobre práticas de masculinidades e violências em três gerações**", de responsabilidade do(a) pesquisador(a) Myllena Oliveira Portela. Email: myllena.portela@aluno.ufr.edu.br
Contato: (66)99600-5696.

Declaro ter ciência que o objetivo geral da proposta é de: Analisar como as manifestações da violência de gênero se desenvolvem e se transformam nas relações entre homens de três gerações (avô-pai-neto), tendo como foco a experiência do pai encaminhado ao Serviço Reflexivo pela Vara Especializada de Violência Doméstica contra a mulher do município de Rondonópolis.

Declaro ainda conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades com o presente projeto e de seu compromisso no resguardo da segurança das informações e do bem-estar de seus participantes da pesquisa.

Assim, manifesto-me favorável à elaboração da Pesquisa vinculada à esta instituição (Tribunal de Justiça do Mato Grosso - Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Rondonópolis) desde que o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/CONEP) da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR e dos Comitês de Ética cadastrados como coparticipantes desta pesquisa.

Rondonópolis, 08 de Novembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br MYLLENA OLIVEIRA PORTELA
Data: 08/11/2024 16:10:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura Pesquisador(a) Responsável

MARIA MAZARELO
FARIAS
PINTO:7233

Assinado de forma digital
por MARIA MAZARELO
FARIAS PINTO:7233
Dados: 2024.11.11
14:46:07 -04'00'

Assinatura do(a) Responsável TJMT - Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Maria Mazarelo Farias Pinto